

## **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra**

### **NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária<sup>1</sup>**

#### **Introdução**

Um dos desafios para se analisar a questão da luta pela terra hoje no Brasil é a dificuldade de reunir dados. Os pesquisadores que trabalham com um município, uma microrregião ou até mesmo um estado, podem encontrar diversas situações em que reunir os dados necessários para a pesquisa requer muito tempo. Para os que trabalham como macrorregiões, evidentemente, os problemas são maiores. Trabalhar com a questão da luta pela terra em escala nacional tem sido ainda mais difícil. Com o objetivo de contribuir com a pesquisa sobre a questão da luta pela terra, estamos implantando o DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra.

Em princípio, o DATALUTA<sup>2</sup> é um banco de dados que visa subsidiar o Centro de Documentação do MST, criado por meio do convênio entre a Universidade Estadual Paulista - Unesp e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que funcionará no Centro de Documentação e Memória da Unesp - CEDEM, localizado no antigo prédio da Reitoria da Unesp, na Praça da Sé, em São Paulo<sup>3</sup>. Esse espaço deverá ser utilizado por diferentes profissionais em busca de informações e dados para realização de seus trabalhos. O Centro de documentação do MST reunirá todo o acervo do Movimento, bem como será atualizado permanentemente.

Os dados que ora apresentamos neste artigo são resultados de dois anos de sistematização. São dados de assentamentos e ocupações de terra, que estão organizados por municípios, microrregiões, estados, macrorregiões e Brasil. Também estão organizados por períodos conforme pode ser observado nas tabelas. Neste trabalho apresentamos uma síntese dos dados para os estados, macrorregiões e Brasil. Os dados detalhados por assentamento, município, microrregião estão organizados nos arquivos do NERA<sup>4</sup>. Nesse primeiro momento do DATALUTA trabalhamos com dados secundários, por meio de pesquisas junto ao MST, ao Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária – Incra, ao Instituto de Terras de São Paulo – Itesp, e à Comissão Pastoral da Terra – CPT. Desde o início do ano 2.000, com o apoio das Secretarias Estaduais do MST, iniciamos a pesquisa primária para a organização de dados e informações a respeito da luta pela terra. Serão levantados dados das ocupações, despejos e reocupações; das prisões e assassinatos, dos assentamentos, da organicidade e da organização do MST. Nosso objetivo é disponibilizar os resultados dessa pesquisa no Centro de Documentação do MST.

---

<sup>1</sup> - O NERA é vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Unesp, campus de Presidente Prudente. A equipe responsável pelo projeto DATALUTA é formada pelos pesquisadores: Bernardo Mançano Fernandes (coordenador); Cristiane Barbosa Ramalho; Solange Lima; Juliana M. Vaz Pimentel; Gleison Moreira Leal; Sérgio Gonçalves; Gilberto V. dos Santos; Débora Carla de Pádua; Edilson Ferreira Flores (colaborador).

<sup>2</sup> - Apoio da Pró – Reitoria de Extensão da Unesp – PROEX e do MST.

<sup>3</sup> - cedem@reitoria.unesp.br

<sup>4</sup> - nera@prudente.unesp.br

Desse modo, apresentamos o DATALUTA e fazemos uma leitura da Geografia da luta pela terra no Brasil, apresentando um conjunto de dados que nos permite uma primeira análise dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra<sup>5</sup>. Por meio da utilização de gráficos, quadros, tabelas e figuras, realizamos uma comparação da espacialização das ocupações e da territorialização dos assentamentos.

### A Geografia da Luta pela Terra.

Desde 1988 até 1998, os números de ocupações de terras e de famílias aumentaram intensivamente, como pode ser observado nos gráficos 1 e 2. Esse crescimento aconteceu, principalmente por causa da territorialização do MST<sup>6</sup>. Analisando os gráficos, observa-se que do ano de 1994 para 1995 há um aumento em torno de 50% no número de famílias participantes das ocupações e de 20% no número de ocupações. Todavia, comparando o ano de 1995 com o de 1996, o número de ocupações cresceu 2.7 vezes e o número de famílias dobrou. A organização dos movimentos sociais, o aumento do desemprego e a política de assentamentos do governo federal são os principais fatores para compreendermos esses crescimentos. A tendência das ocupações e do número de famílias é de crescimento e em 1998 foram 599 ocupações com 76.482 famílias. Até abril de 1999, haviam sido realizadas 249 ocupações com 29.223 famílias. (Ver quadro 1).

**Quadro 1**  
**1996/1999 – Brasil - Número de ocupações e número de famílias – participação do MST**

Ano	Nº ocupações	Nº famílias	Nº ocupações MST	%	Nº famílias MST	%
1996	398	63.080	176	44	45.218	72
1997	463	58.266	173	38	28.358	49
1998	599	76.482	132	22	30.409	40
1999	249*	29.223*	149**	60	24.519**	83
<b>Total</b>	<b>1709</b>	<b>227.051</b>	<b>630</b>	<b>37</b>	<b>128.504</b>	<b>57</b>

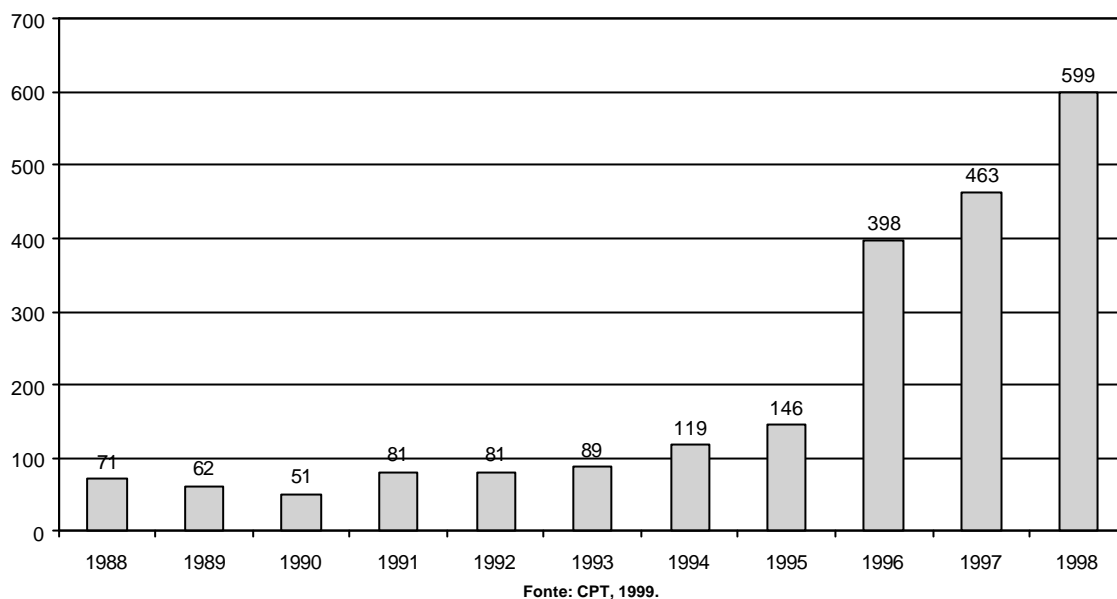
Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 1999.  
Bases de dados: CPT - MST - INCRA. \* até abril. \*\* até maio

Este quadro comparativo é apenas uma referência para analisarmos a participação do MST na luta pela terra. De 1996 a 1998, o MST realizou aproximadamente 1/3 das ocupações e metade do total de famílias ocupantes se organizaram no Movimento, numa tendência decrescente. Todavia, até maio de 1999, realizou 60% das ocupações e organizou 83% das famílias. Por meio da realização das ocupações massivas e por estar organizado em quase todo o Brasil, o MST se destaca tanto na participação das famílias quanto nas ocupações.

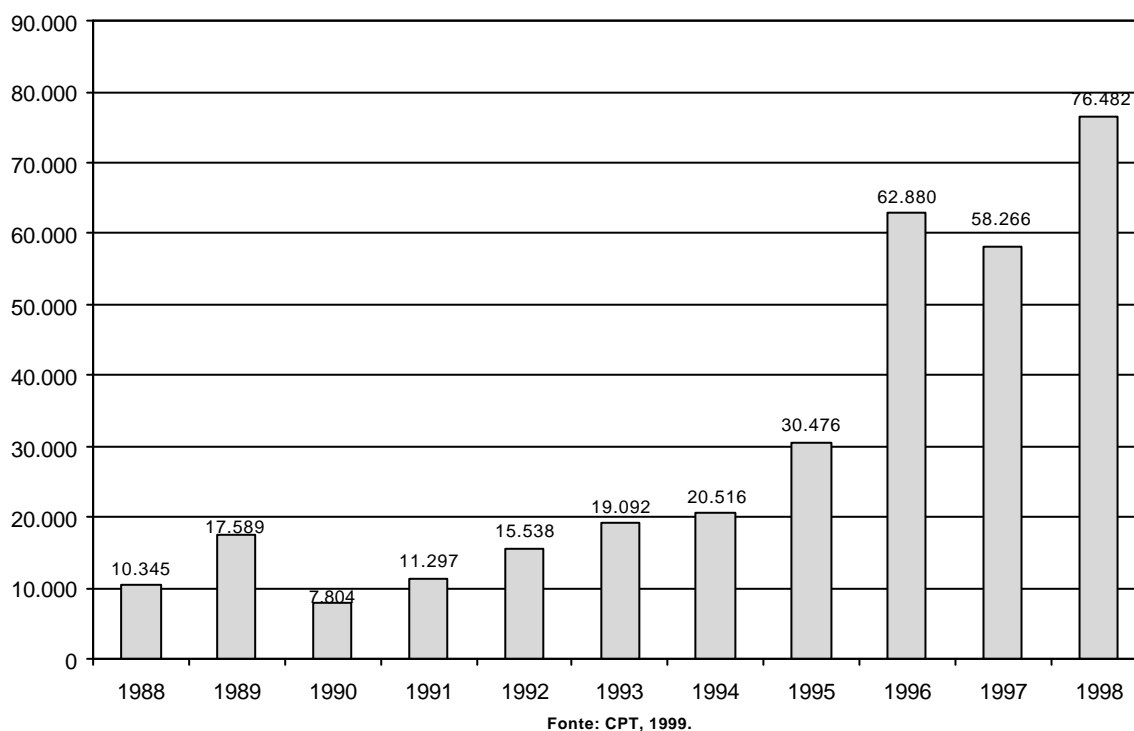
<sup>5</sup> - A respeito ver Fernandes, 1999 e Fernandes, 2000.

<sup>6</sup> - Idem.

**Gráfico 1**  
**Brasil - Número de Ocupações de Terra - 1988 - 1998**



**Gráfico 2**  
**Brasil - Ocupações de Terra - Número de Famílias - 1988 - 1998**



Por meio da leitura da tabela 1, temos uma noção da distribuição regional das ocupações para o período de 1990 a 1994, governos Collor/Itamar, e da tabela 2, para o período de 1995 a 1999, governo Fernando Henrique Cardoso. No primeiro período, 81,95% das ocupações aconteceram nas Regiões Nordeste, Sul, Sudeste e na Região Centro Oeste – principalmente em Goiás e Mato Grosso do Sul, reunindo 89% das famílias ocupantes, sendo que os maiores números foram das regiões Nordeste e

Sul. Nesse período foram realizadas 421 ocupações com 74.247 famílias. Com exceção do ano de 1990, de intensa repressão do governo Collor, nos outros anos do período, a tendência da evolução do número de famílias foi crescente.

**TABELA 1 - BRASIL - OCUPAÇÕES DE TERRAS – 1990 - 1994**

REGIÃO/UF	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
<i>NORTE</i>	76	18.05	7.987	10.75
AC	1	0.24	200	0.27
AM	0	0	0	0
AP	0	0	0	0
PA	35	8.31	4.681	6.30
RO	11	2.61	1.863	2.51
RR	0	0	0	0
TO	29	6.89	1.243	1.67
<i>NORDESTE</i>	131	31.11	21.915	29.52
AL	9	2.13	1.431	1.93
BA	26	6.18	7.294	9.82
CE	13	3.09	1.680	2.26
MA	14	3.33	2.531	3.41
PB	10	2.37	775	1.04
PE	28	6.65	4.896	6.59
PI	6	1.42	428	0.57
RN	16	3.80	2.010	2.71
SE	9	2.13	870	1.17
<i>CENTRO OESTE</i>	71	16.85	9.990	13.45
DF	5	1.19	440	0.59
GO	20	4.75	2.263	3.05
MS	37	8.78	5.880	7.92
MT	9	2.13	1.407	1.89
<i>SUDESTE</i>	52	12.35	16.097	21.68
ES	3	0.71	330	0.44
MG	12	2.85	1.591	2.14
RJ	3	0.71	190	0.26
SP	34	8.08	13.986	18.84
<i>SUL</i>	91	21.61	18.258	24.59
PR	43	10.21	6.980	9.40
RS	29	6.89	9.509	12.81
SC	19	4.51	1.769	2.38
<b>BRASIL</b>	<b>421</b>	<b>99.97</b>	<b>74.247</b>	<b>99.99</b>

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - UNESP/MST

✉ - nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: CPT – MST - INCRA

No segundo período, o número de ocupações mais que quadruplicou, enquanto o número de famílias cresceu 3.5 vezes. Nesse período, apenas 7.33% das ocupações aconteceram na região Norte, envolvendo 8.27% das famílias ocupantes, com destaque para o estado do Pará. O Nordeste foi a região com os maiores números, tanto de ocupações, quanto de famílias, sendo que somente no Estado de Pernambuco ocorreram 41% das ocupações com 33% das famílias da região. Por meio dos dados das ocupações, desde 1988 até 1998, pode-se observar a seguir na figura Geografia das Ocupações de Terra que a maior parte das famílias ocuparam terras na Região Nordeste (com destaque para a Zona da Mata e Médio Vale do São

Francisco). Na Região Sul (com destaque para o Noroeste Rio – grandense; Oeste Catarinense e o Sudoeste e Norte Paranaense). Na região Sudeste (com destaque para o Pontal do Paranapanema, Noroeste de Minas e Norte do Espírito Santo). Na Região Centro – Oeste destaca-se o Centro – Sul Mato – grossense e o Sudoeste do Mato Grosso do Sul. Na região Norte, destaca-se o Sudeste Paraense e Rondônia, nesta ordem.

**TABELA 2 - BRASIL - OCUPAÇÕES DE TERRAS – 1995 - 1999**

<b>REGIÃO/UF</b>	<b>Nº OCUPAÇÕES</b>	<b>%</b>	<b>Nº FAMÍLIAS</b>	<b>%</b>
<i>NORTE</i>	<i>136</i>	<i>7.33</i>	<i>21.204</i>	<i>8.27</i>
AC	10	0.54	540	0.21
AM	06	0.32	2.286	0.89
AP	0	0	0	0
PA	77	4.16	14.006	5.47
RO	21	1.13	3.525	1.37
RR	01	0.05	48	0.02
TO	21	1.13	799	0.31
<i>NORDESTE</i>	<i>755</i>	<i>40.70</i>	<i>97.038</i>	<i>37.83</i>
AL	83	4.48	13.528	5.27
BA	128	6.90	18.660	7.28
CE	22	1.18	2.090	0.81
MA	29	1.56	4.290	1.67
PB	63	3.40	7.751	3.02
PE	308	16.61	35.090	13.69
PI	23	1.23	2.694	1.05
RN	60	3.23	5.913	2.30
SE	39	2.10	7.022	2.74
<i>CENTRO-OESTE</i>	<i>323</i>	<i>17.41</i>	<i>48.155</i>	<i>18.77</i>
DF	11	0.59	1.306	0.51
GO	114	6.14	10.585	4.13
MS	161	8.67	26.172	10.20
MT	37	1.99	10.092	3.93
<i>SUDESTE</i>	<i>359</i>	<i>19.35</i>	<i>44.225</i>	<i>17.24</i>
ES	29	1.56	4.754	1.85
MG	114	6.14	8.091	3.15
RJ	16	0.86	2.564	10.00
SP	200	10.79	28.816	11.24
<i>SUL</i>	<i>282</i>	<i>15.20</i>	<i>45.845</i>	<i>17.88</i>
PR	203	10.94	20.605	8.34
RS	26	1.40	18.009	7.02
SC	53	2.86	7.231	2.82
<b>BRASIL</b>	<b>1.855</b>	<b>99.99</b>	<b>256.467</b>	<b>99.99</b>

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - UNESP/MST.

✉ - nera@prudente.unesp.br

Base de dados: CPT – MST – INCRA. Até abril de 1999



Todavia, embora o menor número de ocupações tenha sido realizado na Região Norte, a maior parte dos assentamentos das famílias aconteceu nessa região (Ver tabela 7). Essa foi a tendência predominante de todos os governos desde João Figueiredo até Fernando Henrique Cardoso (Ver tabelas 3, 4, 5 e 6). Para estes últimos, temos os dados de ocupações, de modo que podemos fazer uma comparação entre os números de ocupações e de famílias ocupantes com os números de assentamentos e famílias assentadas. Conforme a tabela 1, no período aconteceram 91 ocupações com 18.258 famílias na região Sul, sendo que somente foram assentadas 5.677 famílias. Temos a mesma realidade para as regiões Sudeste, Centro – Oeste e Nordeste.

Para o período do governo Fernando Henrique Cardoso, houve uma ligeira mudança nessa tendência. Ainda, 48% das famílias foram assentadas na Região Norte, ou tiveram suas posses regularizadas, conforme a tabela 7. A novidade da política desse governo foi a intensificação da implantação dos assentamentos rurais, especialmente na Região Nordeste, como observa-se na tabela 6. Principalmente nos estados onde foi implantado o Projeto Cédula da Terra: Maranhão, Ceará e Bahia. Com exceção para o estado de Pernambuco, onde 35.090 famílias ocuparam terra e apenas 9.591 foram assentadas. No estado de Minas Gerais, onde também foi implantado esse Projeto, igualmente o número de famílias assentadas é menor que o número de famílias ocupantes.

Nas regiões Sul e Sudeste, bem como nos estados de Mato Grosso do Sul, Alagoas e Sergipe, o número de famílias assentadas é muito inferior ao número de famílias ocupantes. Os sem-terra, por meio da intensificação das ocupações, estão pressionando o governo que tem evitado tocar na estrutura fundiária das regiões Sul e Sudeste. Aliás, apesar de todas as lutas e de todos os assentamentos implantados, até o momento a política de assentamentos do governo federal não conseguiu mexer com a estrutura fundiária brasileira. Conforme as tabelas 8 e 9, comparado a participação relativa por grupos de áreas, observa-se que as áreas dos estabelecimentos de menos de 100 hectares representavam 21,21% em 1985, passando a 19,96% em 1995/6. No outro extremo, as áreas dos estabelecimentos com mais de 1000 hectares representavam 43,72% em 1985, passaram a 45,10% em 1995/6. Sempre lembrando que essa comparação é relativa, já que o Censo de 1985 foi realizado em ano civil e o Censo de 1995/6 em ano agrícola. Assim, esses censos não são comparáveis, tomando-se como referências os números absolutos. Essa comparação, por participação relativa dos grupos de área é, possivelmente, um indicador que a concentração da terra continua sendo uma realidade.

Todavia, desde 1979 até 1999 os assentamentos implantados eram 4.373, somando 503.442 famílias assentadas em 23.852.219 hectares. 55% da área está na Região Norte (sendo que quase metade [44%] situa-se no estado do Pará) e 45,6% dos assentamentos estão na região Nordeste. Nessas duas regiões estão assentadas 71,8% das famílias. Ver tabela 7. A distribuição geográfica desses números pode ser observada nas figuras Geografia dos Assentamentos Rurais do Brasil, apresentadas a seguir.

O grande desafio do MST e de outros movimentos sociais é intensificar a conquista da terra nas regiões Sul e Sudeste. Desde 1990 até abril de 1999, o número de famílias ocupantes foi de 124.425, enquanto foram assentadas apenas 41.652, ou seja, 33%. (Ver tabelas 5 e 6). O avanço da luta nessas regiões está associado à

organização dos trabalhadores sem-terra na espacialização das ocupações para mais microrregiões dos estados e na intensificação da luta nas microrregiões onde já estão organizados, e à conjuntura política e econômica, por meio de políticas públicas para a implantação dos assentamentos. O número de assentamentos existentes é um indicador favorável para os sem-terra, porque o aumento do número de famílias assentadas e organizadas contribui para a espacialização e territorialização da luta. Na década de 1980 e até meados dos anos 90, para fazer uma ocupação, os sem-terra tinham muito mais dificuldade. Atualmente, por meio das experiências construídas e das conquistas, o poder de organização e de pressão é maior. A luta política contra o atual modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária é fator importante para a territorialização do MST e de outros movimentos sem-terra, bem como para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos, como de toda a agricultura camponesa.

**TABELA 3 - BRASIL - ASSENTAMENTOS RURAIS - 1979 - 1984**

REGIÃO/UF	Nº ASSENTAMENTOS	%	Nº FAMÍLIAS	%	ÁREA (ha)	%
<i>NORTE</i>	02	1,8	1.888	16,3	893.395	74,3
AC	00	0,0	00	0,0	00	0,0
AM	01	50,0	1.385	73,4	689.000	77,1
AP	00	0,0	00	0,0	00	0,0
PA	00	0,0	00	0,0	00	0,0
RO	01	50,0	503	26,6	204.395	22,9
RR	00	0,0	00	0,0	00	0,0
<i>NORDESTE</i>	52	47,7	4.507	38,9	148.211	12,3
AL	02	3,9	199	4,4	872	0,6
BA	00	0,0	00	0,0	00	0,0
CE	05	9,6	1.038	23,0	31.944	21,6
MA	00	0,0	00	0,0	00	0,0
PB	01	1,9	131	2,9	306	0,2
PE	00	0,0	00	0,0	00	0,0
PI	36	69,2	2.144	47,6	99.871	67,4
RN	07	13,5	902	20,0	13.821	9,3
SE	01	1,9	93	2,1	1.397	0,9
<i>CENTRO-OESTE</i>	03	2,8	221	1,9	85.070	7,0
DF	00	0,0	00	0,0	00	0,0
GO	01	33,3	88	39,8	2.686	3,2
MS	01	33,3	133	60,2	3.812	4,5
MT	01	33,4	00	0,0	78.572	92,3
<i>SUDESTE</i>	22	20,2	2.674	23,0	46.474	3,9
ES	03	13,7	56	2,1	584	1,3
MG	00	0,0	00	0,0	00	0,0
RJ	08	36,3	831	31,0	6.493	14,0
SP	11	50,0	1.787	66,9	39.397	84,7
<i>SUL</i>	30	27,5	2.302	19,9	28.960	2,5
PR	10	33,3	1.484	64,5	14.812	51,2
RS	19	63,4	734	31,9	13.250	45,7
SC	01	3,3	84	3,6	898	3,1
<b>BRASIL</b>	<b>109</b>	<b>100</b>	<b>11.592</b>	<b>100</b>	<b>1.202.110</b>	<b>100</b>

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - UNESP/MST.

✉ - nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: INCRA-MST-ITESP-CPT.



TABELA 4 – BRASIL - ASSENTAMENTOS RURAIS – 1985 – 1989

REGIÃO/UF	Nº ASSENTAMENTOS	%	Nº FAMÍLIAS	%	ÁREA (ha)	%
<i>NORTE</i>	<i>106</i>	<i>17,3</i>	<i>37.792</i>	<i>42,3</i>	<i>2.358.464</i>	<i>57,0</i>
AC	10	9,4	1.791	4,8	227.307	9,7
AM	09	8,5	6.066	16,0	561.837	23,8
AP	03	2,9	1.930	5,1	142.000	6,0
PA	33	31,2	16.393	43,4	948.347	40,2
RO	15	14,1	7.150	19,0	294.425	12,5
RR	01	0,9	1.375	3,6	165.000	7,0
TO	35	33,0	3.087	8,1	19.548	0,8
<i>NORDESTE</i>	<i>189</i>	<i>30,8</i>	<i>24.237</i>	<i>27,1</i>	<i>836.693</i>	<i>20,2</i>
AL	05	2,7	297	1,2	3.581	0,4
BA	39	20,7	6.997	28,9	266.387	31,9
CE	43	22,8	3.887	16,0	128.697	15,4
MA	29	15,3	8.859	36,5	339.393	40,6
PB	13	6,9	562	2,3	9.543	1,1
PE	25	13,2	1.151	4,8	17.625	2,1
PI	10	5,3	441	1,8	16.325	2,0
RN	19	10,0	1.577	6,5	44.676	5,3
SE	06	3,1	466	2,0	10.466	1,2
<i>CENTRO-OESTE</i>	<i>73</i>	<i>11,9</i>	<i>13.118</i>	<i>14,7</i>	<i>625.542</i>	<i>15,1</i>
DF	00	0,0	00	0,0	00	0,0
GO	11	15,1	1.025	7,8	73.795	11,8
MS	23	31,5	4.372	33,3	131.868	21,0
MT	39	53,4	7.721	58,9	419.879	67,2
<i>SUDESTE</i>	<i>86</i>	<i>14,0</i>	<i>6.805</i>	<i>7,6</i>	<i>163.756</i>	<i>3,9</i>
ES	21	24,5	698	10,3	8.324	5,1
MG	13	15,1	1.492	22,0	76.540	46,7
RJ	25	29,0	2.312	33,9	27.818	17,0
SP	27	31,4	2.303	33,8	51.074	31,2
<i>SUL</i>	<i>160</i>	<i>26,0</i>	<i>7.374</i>	<i>8,3</i>	<i>155.721</i>	<i>3,8</i>
PR	68	42,4	3.364	45,6	74.010	47,5
RS	46	28,8	2.014	27,3	47.148	30,3
SC	46	28,8	1.996	27,1	34.563	22,2
<b>BRASIL</b>	<b>614</b>	<b>100</b>	<b>89.326</b>	<b>100</b>	<b>4.140.176</b>	<b>100</b>

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - UNESP/MST.

✉ - nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: INCRA-MST-ITESP-CPT.

TABELA 5 - BRASIL - ASSENTAMENTOS RURAIS – 1990 - 1994

REGIÃO/UF	Nº ASSENTAMENTOS	%	Nº FAMÍLIAS	%	ÁREA (ha)	%
<i>NORTE</i>	<i>104</i>	<i>22,2</i>	<i>37.130</i>	<i>56,8</i>	<i>2.665.843</i>	<i>74,0</i>
AC	08	7,7	1.493	4,0	85.913	3,2
AM	12	11,5	6.638	17,9	466.050	17,5
AP	01	1,0	450	1,2	33.031	1,2
PA	36	34,6	17.628	47,5	1.222.490	45,9
RO	14	13,5	5.374	14,5	402.386	15,0
RR	02	1,9	3.641	9,8	298.300	11,2
TO	31	29,8	1.906	5,1	157.673	6,0
<i>NORDESTE</i>	<i>182</i>	<i>38,2</i>	<i>14.577</i>	<i>22,2</i>	<i>445.674</i>	<i>12,4</i>
AL	06	3,3	764	5,2	5.243	1,2
BA	13	7,1	1.675	11,5	49.260	11,0
CE	20	11,0	1.274	8,7	36.938	8,3
MA	26	14,3	4.651	32,0	187.792	42,2
PB	26	14,3	994	6,8	7.958	1,8
PE	18	9,9	626	4,3	13.956	3,1
PI	38	20,9	2.722	18,7	106.014	23,8
RN	21	11,5	1.239	8,5	31.606	7,1
SE	14	7,7	632	4,3	6.907	1,5
<i>CENTRO-OESTE</i>	<i>31</i>	<i>7,0</i>	<i>4.817</i>	<i>7,3</i>	<i>324.594</i>	<i>9,1</i>
DF	00	0,0	00	0,0	00	0,0
GO	14	45,2	491	10,2	19.487	6,0
MS	05	16,1	657	13,6	18.225	5,6
MT	12	38,7	3.669	76,2	286.882	88,4
<i>SUDESTE</i>	<i>46</i>	<i>9,8</i>	<i>3.259</i>	<i>5,0</i>	<i>66.754</i>	<i>1,8</i>
ES	06	13,0	89	2,7	984	1,5
MG	13	28,3	886	27,2	34.389	51,5
RJ	13	28,3	1.024	31,4	6.552	9,8
SP	14	30,4	1.260	38,7	24.829	37,2
<i>SUL</i>	<i>107</i>	<i>22,8</i>	<i>5.677</i>	<i>8,7</i>	<i>97.256</i>	<i>2,7</i>
PR	46	43,0	3.503	61,7	59.145	60,8
RS	52	48,6	1.921	33,8	33.386	34,3
SC	09	8,4	253	4,5	4.725	4,9
<b>BRASIL</b>	<b>470</b>	<b>100</b>	<b>65.460</b>	<b>100</b>	<b>3.600.121</b>	<b>100</b>

Fonte: DATALUTA –Banco de Dados da Luta pela Terra - UNESP/MST.

✉ - nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: INCRA-MST-ITESP-CPT.

TABELA 6 - BRASIL- ASSENTAMENTOS RURAIS - 1995 – 1999

REGIÃO/UF	Nº ASSENTAMENTOS	%	Nº FAMÍLIAS	%	ÁREA (ha)	%
<i>NORTE</i>	<i>575</i>	<i>18,0</i>	<i>112.396</i>	<i>33,4</i>	<i>7.175.163</i>	<i>48,1</i>
AC	39	7,0	7.274	6,4	469.857	6,5
AM	10	1,8	2.206	1,9	315.711	4,4
AP	20	3,4	6.027	5,3	752.479	10,4
PA	303	52,6	65.032	58,0	3.585.814	49,9
RO	55	9,5	12.883	11,4	1.062.739	14,8
RR	26	4,5	7.526	7,0	485.363	7,0
TO	122	21,2	11.448	10,0	503.200	7,0
<i>NORDESTE</i>	<i>1.571</i>	<i>49,5</i>	<i>128.844</i>	<i>38,2</i>	<i>3.628.101</i>	<i>24,3</i>
AL	37	2,3	4.102	3,1	24.141	0,7
BA	229	14,5	20.366	15,9	634.670	17,5
CE	359	22,9	16.241	12,8	564.971	15,6
MA	325	20,7	45.175	35,0	1.383.213	38,1
PB	124	8,0	8.042	6,2	108.518	3,0
PE	154	9,9	9.591	7,4	111.819	3,0
PI	135	8,5	10.810	8,3	475.406	13,1
RN	152	9,7	10.906	8,4	269.119	7,4
SE	56	3,5	3.611	2,9	56.244	1,5
<i>CENTRO-OESTE</i>	<i>452</i>	<i>14,3</i>	<i>63.108</i>	<i>18,8</i>	<i>3.265.945</i>	<i>22,0</i>
DF	03	0,6	103	0,1	1.870	0,05
GO	161	35,7	10.818	17,1	403.560	12,3
MS	59	13,0	8.246	13,0	219.109	6,8
MT	229	50,7	43.941	69,8	2.641.406	80,8
<i>SUDESTE</i>	<i>292</i>	<i>9,1</i>	<i>18.337</i>	<i>5,4</i>	<i>534.605</i>	<i>3,6</i>
ES	26	9,0	2.001	10,9	17.556	3,2
MG	153	52,4	8.457	46,1	355.821	66,6
RJ	13	4,4	1.860	10,1	26.294	5,0
SP	100	34,2	6.019	32,9	134.934	25,2
<i>SUL</i>	<i>290</i>	<i>9,1</i>	<i>14.379</i>	<i>4,.</i>	<i>305.998</i>	<i>2,0</i>
PR	147	50,7	8.047	55,9	171.013	55,9
RS	91	3,4	4.200	29,2	100.990	33,0
SC	52	17,9	2.132	14,9	33.995	11,1
<b>BRASIL</b>	<b>3.180</b>	<b>100</b>	<b>337.064</b>	<b>100</b>	<b>14.909.812</b>	<b>100</b>

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - UNESP/MST.

☎ - nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: INCRA-MST-ITESP-CPT.

TABELA 7 - BRASIL - ASSENTAMENTOS RURAIS - 1979 - 1999

REGIÃO/UF	Nº ASSENTAMENTOS	%	Nº FAMÍLIAS	%	ÁREA (ha)	%
<i>NORTE</i>	787	18,0	189.206	37,6	13.092.865	55,0
AC	57	7,2	10.558	5,5	783.077	6,0
AM	32	4,0	16.295	8,6	2.032.598	15,5
AP	24	3,0	8.407	4,4	927.510	7,1
PA	372	47,2	99.053	52,3	5.756.651	44,0
RO	85	10,8	25.910	13,6	1.963.945	15,0
RR	29	3,6	12.542	6,6	948.663	7,3
TO	188	23,8	16.441	8,6	680.421	5,2
<i>NORDESTE</i>	1.994	45,6	172.165	34,2	5.058.679	21,3
AL	50	2,5	5.362	3,1	33.837	0,7
BA	281	14,0	29.038	16,8	950.317	18,7
CE	427	24,4	22.440	13,0	762.550	15,0
MA	380	19,0	58.685	34,0	1.910.398	37,8
PB	164	8,2	9.729	5,6	126.325	2,4
PE	197	9,8	11.368	6,6	143.400	2,8
PI	219	10,9	16.117	9,3	697.616	13,7
RN	199	9,9	14.624	8,4	359.222	7,1
SE	77	3,8	4.802	2,7	75.014	1,4
<i>CENTRO-OESTE</i>	559	12,8	81.264	16,1	4.301.151	17,8
DF	03	0,5	103	0,1	1.870	0,0
GO	187	33,5	12.422	15,2	499.528	11,6
MS	88	15,8	13.408	16,4	373.014	8,7
MT	281	50,2	55.331	68,0	3.426.739	79,7
<i>SUDESTE</i>	446	10,2	31.075	6,2	811.589	3,4
ES	56	12,5	2.844	9,1	27.448	3,4
MG	179	40,2	10.835	34,8	466.750	57,6
RJ	59	13,2	6.027	19,4	67.157	8,3
SP	152	34,1	11.369	36,6	250.234	30,8
<i>SUL</i>	587	13,4	29.732	5,9	587.935	2,5
PR	271	46,2	16.398	55,1	318.980	54,3
RS	208	35,4	8.869	29,8	194.774	33,1
SC	108	18,4	4.465	15,0	74.181	12,6
<b>BRASIL</b>	<b>4.373</b>	<b>100</b>	<b>503.442</b>	<b>100</b>	<b>23.852.219</b>	<b>100</b>

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - UNESP/MST.

☎ - nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: INCRA-MST-ITESP-CPT.

**TABELA 8 - BRASIL – ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 1985.**

<b>Grupos de Áreas</b>	<b>Nº de Estabelecimentos</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
- de 10	3.064.822	52.82	9.986.636	2.66
10 a – 50	1.722.510	29.69	39.424.882	10.51
50 a – de 100	437.380	7.53	30.140.278	8.04
100 a – de 200	283.004	4.88	37.402.696	9.98
200 a – de 500	174.758	3.01	53.071.677	14.16
500 a – de 1000	59.669	1.03	40.958.296	10.92
1000 a – de 2000	29.060	0.5	39.642.491	10.57
2000 a – de 5000	15.688	0.3	46.023.655	12.27
5000 a – de 10.000	3.538	0.06	23.959.751	6.39
10.000 a – de 100.000	2.066	0.03	42.241.725	11.26
100.000 e +	59	0.001	12.072.839	3.23
<b>Total</b>	<b>5.801.809</b>	<b>99.99</b>	<b>374.924.929</b>	<b>99.99</b>

Fonte: Censo Agropecuário 1985

**TABELA 9 - BRASIL – ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 1985.**

<b>Grupos de Áreas</b>	<b>Nº de Estabelecimentos</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
- de 10	2.402.374	49.66	7.882.194	2.23
10 a - 50	1.516.112	31.35	35.237.833	9.97
50 a – de 100	400.375	8.28	27.455.753	7.76
100 a – de 200	246.314	5.09	32.919.190	9.31
200 a – de 500	165.243	3.42	50.436.030	14.26
500 a – de 1000	58.407	1.21	40.186.297	11.36
1000 a – de 2000	28.504	0.6	38.995.636	11.02
2000 a – de 5000	14.982	0.3	44.178.250	12.49
5000 a – de 10.000	3.688	0.08	24.997.369	7.07
10.000 a – de 100.000	2.147	0.04	43.031.313	12.17
100.000 e +	37	0.0007	8.291.381	2.35
<b>Total</b>	<b>4.838.183</b>	<b>99.99</b>	<b>353.611.246</b>	<b>99.99</b>

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96









Como pode se observar nas figuras e nas tabelas a seguir, o maior número de assentamentos e de famílias está concentrado nas Regiões Norte e Nordeste, principalmente, no sudeste do Pará, noroeste de Mato Grosso, no Maranhão e no Piauí. As únicas microrregiões que não pertencem as macrorregiões citadas são Pontal do Paranapanema (microrregião de Presidente Prudente), que aparece em segundo lugar com o maior número de assentamentos até 1999, Unai (MG) e as microrregiões de Guarapuava (PR), Serras do Sudeste (RS) e Xanxerê (SC). Observe nas tabelas 10, 11, 12 e 13, as classificações por assentamentos e famílias para as microrregiões e municípios.

**TABELA 10 - BRASIL - MICRORREGIÕES COM MAIOR NÚMERO DE ASSENTAMENTOS - 1999.**

MICRORREGIÃO	UF	CLASSIFICAÇÃO	Nº DE ASSENTAMENTOS
Baixo Parnaíba Piauiense	PI	1º	81
Presidente Prudente	SP	2º	80
Marabá	PA	3º	70
Bico do Papagaio	TO	4º	68
Norte do Araguaia	MT		
Pindaré	MA	5º	65
Conceição do Araguaia	PA	6º	60
Guarapuava	PR	7º	57
Baixada Maranhense	MA	8º	56
Ilhéus - Itabuna	BA		
Sertão de Quixeramobim	CE	9º	52
Sertão de Cratêus	CE	10º	48
Médio Mearim	MA	11º	46
Mata Meridional Pernambucana	PE		
Redenção	PA	12º	45
Canindé	CE	13º	43
Unai	MG	14º	42
Itapecuru Mirim	MA	15º	40
Tucuruí	PA		
Litoral de Camocim e Acaraú	CE		
Brejo Paraibano	PB		
Rio Vermelho	GO	16º	39
Miracema do Tocantins	TO	17º	38
Serras do Sudeste	RS	18º	34
Xanxerê	SC	19º	33
Parauapebas	PA		
Mossoró	RN	20º	32
Imperatriz	MA		

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra - UNESP - MST

✉ - nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: INCRA - MST - ITESP - CPT.

**TABELA 11 - BRASIL - MICRORREGIÕES COM MAIOR NÚMERO DE FAMÍLIAS - 1999.**

<b>MICRORREGIÕES</b>	<b>UF</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>Nº DE FAMÍLIAS</b>
Conceição do Araguaia	PA	1º	13.929
Pindaré	MA	2º	13.523
Itaituba	PA	3º	13.291
Marabá	PA	4º	12.856
Norte do araguaia	MT	5º	12.069
São Felix do Xingu	PA	6º	11.053
Gurupi	MA	7º	9.149
Porto-velho	RO	8º	8.734
Parauapebas	PA	9º	8.104
Colíder	MT	10º	7.925
Redenção	PA	11º	6.056
Aripuanã	MT	12º	5.932
Rio Branco	AC	13º	5.807
Presidente Prudente*	SP	14º	5.770
Alto Mearim e Grajaú	MA	15º	5.501
Baixada Maranhense	MA	16º	5.492
Baixo Parnaíba Piauiense	PI	17º	5.107
Bom Jesus da Lapa	BA	18º	4.740
Bico do Papagaio	TO	19º	4.723
Canarana	MT	20º	4.442

Fonte: DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra – UNESP – MST

✉ - nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: INCRA – MST – ITESP – CPT.

\* Pontal do Paranapanema

**TABELA 12 - BRASIL - MUNICÍPIOS COM O MAIOR NÚMERO DE ASSENTAMENTOS - 1999**

MUNICÍPIOS	UF	CLASSIFICAÇÃO	Nº DE ASSENTAMENTOS
Marabá	PA	1º	50
Santa Luzia	MA	2º	36
Canindé	CE	3º	35
Conceição do Araguaia	PA	4º	31
Mirante do Paranapanema	SP	5º	26
Coroatá	MA	6º	25
Goiás	GO	7	23
Vitória do Mearim	MA	8º	21
Cantagalo	PR		
Santa Quitéria	CE		
Cáceres	MT	9º	20
Itupiranga	PA	10º	18
Unaí	MG		
Abelardo Luz	SC		
Quixeramobim	CE	11º	16
Maragogi	AL	12º	15
Crateús	CE		
Hulha Negra	RS		
Santana do Livramento	RS		
Teodoro Sampaio	SP		
Novo Repartimento	PA	13º	14
Eldorado dos Carajás	PA	14º	13
Santa Maria das Barreiras	PA		
Dorvelândia	GO		
Independência	CE		
Itapipoca	CE		
Amontada	CE		
Itapecuru Mirim	MA		
Moreno	PE		
Piratini	RS	15º	12
Rondonópolis	MT		
Confresa	MT		
Água Boa	MT	16º	11
Santana do Araguaia	PA		
Morada Nova	CE		
Caxias	MA		
Amarante do Maranhão	MA		
Honório Serpa	PR		
Passos Maia	SC		
Arinos	MG		

MUNICÍPIOS	UF	CLASSIFICAÇÃO	Nº DE ASSENTAMENTOS
Tapurah	MT	17º	10
Água Azul do Norte	PA		
Euclides da Cunha Paulista	SP	18º	09
Ariquemes	RO		
Rio Branco	AC		
Barra do Corda	MA	19º	08
São Félix do Araguaia	MT		
Corumbá	MS	20º	07
Nioaque	MS		
Pontes e Lacerda	MT		
Turiacu	MA		
Pimenta Bueno	RO		
Rodrigues Alves	AC		

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra - UNESP- MST.

✉ - nera@prudente.unesp.br

Bases de dados; INCRA - MST - ITESP - CPT.

**TABELA 13 - BRASIL - MUNICÍPIOS COM MAIOR NÚMERO DE FAMÍLIAS - 1.999.**

MUNICÍPIOS	UF	CLASSIFICAÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS
Itaituba	PA	1º	10.572
Santa Luzia	MA	2º	9.219
Itupiranga	PA	3º	5.244
Machadinho D'Oeste	RO	4º	4.842
Bico do Papagaio	TO	5º	2.754
Guarapuava	PR	6º	2.493
Serra do Ramalho	Ba	7º	2.378
São João da Baliza	RR	8º	2.233
Pauini	AM	9º	2.000
Maragogi	AL	10º	1.758
Rio Branco	AC	11º	1.750
Canindé	CE	12º	1.735
Itaquiraí	MS	13º	1.558
São Félix do Araguaia	MT		
Barras	PI	14º	1.570
Unai	MG	15º	1.376
Poço Redondo	SE	16º	1.314
Mossoró	RN	17º	1.299
Mirante do Paranapanema	SP	18º	1.245
Campo dos Goytacazes	RJ	19º	1.066
Flores de Goiás	GO	20º	963

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra - UNESP - MST

✉ - nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: INCRA - MST - ITESP - CPT.

## **Bibliografia**

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. *Relatório preliminar do DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra*. Presidente Prudente: NERA, 1999.

Fernandes, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Fernandes, Bernardo Mançano. Questões teórico – metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. In *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1999, p. 83-129.

Fernandes, Bernardo Mançano. *A formação MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

# O CAMINHO FEMININO PARA A REFORMA AGRÁRIA

Dulcinéia Pavan<sup>1</sup>

## Introdução

Esta reflexão é parte de uma dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de História da PUC-SP, em abril de 1998<sup>2</sup>. O estudo apresenta a análise das experiências vividas por mulheres assentadas em Promissão-SP, procurando desvendar se haveria um caminho feminino para a reforma agrária.

Para compreender o significado que atribuem à sua luta enquanto sem-terras, as mulheres foram focalizadas em três dimensões: na sua trajetória de vida, no trabalho e na vida cotidiana, analisando-se a experiência de estarem construindo uma nova cultura, conseqüência de um projeto que é, ao mesmo tempo, um projeto pessoal, de mulheres que sonham com uma vida melhor; das respectivas famílias, que finalmente conquistaram um espaço para viver e trabalhar; e do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao qual se identificam, à medida que se assumem como sem-terras.

Algumas interrogações se colocavam como ponto de partida para o estudo:

- que significado teria para as mulheres assentadas a experiência de terem participado de uma ocupação de terra, deixando o modo de vida anterior, na cidade ou no campo e se dispondo a morar debaixo de barracos de lona por tempo indeterminado?

- haveria uma nova qualidade no cotidiano da mulher rural, especialmente daquelas que não sendo lideranças, limitam suas atividades ao espaço do assentamento?

- que benefícios concretos teriam obtido com essa luta, do ponto de vista social, econômico e cultural?

- se homens e mulheres são protagonistas dessa luta e crescem juntos na consciência social e política desde que decidiram ir para a ocupação de terra, por que elas não estavam em número equivalente nas instâncias de decisão do MST? Seria esse um critério para avaliar a contribuição feminina ao MST?

- enfim, haveria diferenças significativas na trajetória de homens e mulheres na luta dos sem terras e, nesse sentido, haveria um caminho feminino para a reforma agrária?

O estudo busca uma resposta a essas interrogações, em primeiro lugar, olhando o MST da perspectiva das mulheres, compreendendo gênero como construção histórica e, em segundo lugar, buscando identificar e analisar os aspectos culturais, sociais e econômicos que influenciam na visão de mundo e na vida cotidiana das mulheres assentadas, condicionando comportamentos e práticas.

---

<sup>1</sup> - Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do Setor de Relações Internacionais do MST.

<sup>2</sup> Pavan, Dulcinéia. As Marias Sem-Terras - Trajetória e Experiências de vida de Mulheres Assentadas em Promissão - SP - 1985/1997. Dissertação. Programa de História, PUC-SP, 1998.

Trabalhar com a história oral, centrando a investigação nas trajetórias femininas, requer um cuidado especial, segundo Paul Thompson<sup>3</sup>. Torna-se necessário, para o/a historiador/a oral, "estar atento às diferenças na linguagem narrativa de homens e mulheres. Os homens tendem a considerar a vida vivida como sua e utilizam o "eu ativo" enquanto as mulheres falam de suas vidas em termos de relações, utilizam expressões e fazem referência à vida passada como 'nós, a gente, eu e meus filhos, eu e meu marido', simbolizando relações subjacentes àquela parte de sua vida". É a internalização, segundo o autor, de atitudes que carregam o peso da cultura na qual as mulheres, para assumirem um lugar positivo no mundo, têm que lutar desde criança e numa luta desigual.

A participação ativa das mulheres, excluída da escrita da História (assim como a dos operários e dos prisioneiros, de acordo com Michelle Perrot<sup>4</sup>), somente há pouco tempo tem sido objeto de pesquisas e investigações. Dentre os estudos recentes que tentam dar visibilidade à luta política das mulheres nas diferentes sociedades, destacam-se os que tentam recuperar as formas de resistência e as saídas que encontraram. E.P. Thompson, no texto: "*La economía moral de la multitud*", estudando os motins no final do século XVII, diz que as iniciadoras dos motins eram, com frequência, as mulheres: "*Sabemos que en 1693 una gran cantidad de mujeres se dirigieron al mercado de Northampton, con 'cuchillos escondidos en sus corpiños' para forzar la venta del grano según su propia evaluación*". Sobre a disposição de luta das mulheres, escreve, referindo-se a outro motim, de 1807: "*Las mujeres están más dispuestas a amotinarse: tienen menos temor a la ley, en parte por ignorancia, y en parte porque abusan del privilegio de su sexo, y por consiguiente en todo tumulto público sobresalen en violencia y ferocidad*".<sup>5</sup>

Recuperar, pois, a presença ativa das mulheres e sua contribuição histórica no passado tem sido uma preocupação da historiografia atual e nesse sentido, destaca-se o papel desempenhado pelos movimentos feministas. Mas, igualmente importante, é registrar esse protagonismo nas lutas atuais, para que as mulheres das classes populares ganhem visibilidade e a memória de suas lutas seja preservada.

## **A divisão sexual do trabalho no mundo rural**

A especificidade do MST, enquanto movimento social e popular, é que ele envolve toda a família, homens e mulheres, adultos, jovens, idosos e crianças, desde as primeiras fases do processo, dando a todos um protagonismo quase sempre ausente em outros movimentos políticos.

A organização do acampamento exige o atendimento imediato a algumas necessidades básicas que dependem do próprio grupo, independente das respostas às reivindicações que começam a fazer junto aos organismos públicos. O que fazer com as crianças no acampamento; como organizar a alimentação do coletivo; como garantir a segurança interna e externa; onde e como buscar a solidariedade; quem vai negociar com INCRA, governo, latifundiários, são questões que fazem parte do

---

<sup>3</sup> Thompson, Paul. *A Voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 203-205.

<sup>4</sup> Ver Entrevista com Michelle Perrot. In: Revista Brasileira de História n. 10, São Paulo, 1993. p. 126.

<sup>5</sup> Thompson, E.P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979, p.109.

conjunto de preocupações iniciais, logo após ocupação e determinam a primeira divisão de tarefas entre os acampados.

A necessidade de organização do trabalho e da moradia e, mais do que isso, o fato de terem que normatizar as relações sociais e culturais, vão gerando um novo modo de vida, típico do acampamento dos sem-terras, o que será, por sua vez, base da nova cultura que se observa no assentamento de reforma agrária.

As mulheres têm papel fundamental nesse processo, dada a função de educadoras, de responsáveis pela socialização dos filhos que desempenham na família, de responsáveis pelas tarefas de reprodução e, como trabalhadoras rurais, por atividades produtivas na roça ou na casa.

Ao se estruturar o assentamento, entretanto, esse protagonismo feminino, desempenhado em condições equivalentes em relação aos homens na ocupação e no acampamento, se expressa numa aparente resignação diante da condição de subalternidade, imposta social e culturalmente às mulheres. As práticas de enfrentamento, de solidariedade e de resistência desenvolvidas no acampamento e que eram ressaltadas como positivas pelos militantes e dirigentes do MST e pela sociedade de uma maneira geral, são esquecidas pelas próprias mulheres já que se constituem em “ações miúdas” que não aparecem ou contam pouco na luta política.

Em Promissão, as próprias mulheres se referem às suas lutas como “ações miúdas”:

*“... eu acho que os homens não se preocupam tanto igual a mulher se preocupa(...) eles se preocupavam muito mais, com muito mais coisa, mas coisa que... a gente não sabe, vamo supor, eles se preocupava em ganhá um pedaço de terra, eles se preocupava em construi os barraco, cavá poço, isso era coisa que a gente não tinha como preocupá por eles, que o serviço era pesado demais. Então, a gente ajudava, né. Então eles não podiam tá também se preocupando com essas coisas miúdas, que para eles era miúda, mas pra gente era muito grande. Vê homem passando fome? Então a gente tinha que se preocupá com isso. Não que ele não tinha interesse, às vezes porque não tinha tempo” (Cleusa)*

A preocupação com o cotidiano, expresso nas coisas miúdas, é da mulher. Aos homens cabe o trabalho mais pesado. A divisão natural das atividades entre os sexos não se dá apenas no trabalho produtivo mas nas tarefas do cotidiano. Não culpam os homens por não terem essa preocupação, ao contrário, encontram argumentos para justificar que é tarefa delas e não dos homens que “se preocupam com coisas maiores”. É normal, do ponto de vista delas, que haja essa divisão não só de tarefas mas do tipo de preocupação. Essa concepção expressa, por outro lado, a internalização de que, na relação de gênero, é natural que as mulheres assumam tarefas mesmo que sejam as mais desvalorizadas socialmente.

Além da nítida divisão sexual segundo os padrões culturais que definem tarefas femininas e masculinas, explicita-se nessa fala a não valorização assumida daquilo que é realizado pelas mulheres. A saúde, a educação, a comida, o cuidado com as crianças são “coisas miúdas”. O que os homens fazem é “coisa muito mais grande”, ou seja, o trabalho da mulher na roça ou na cidade é “para ajudar o marido”.

Em Promissão, a cooperativa foi consequência de um processo de discussão que envolveu homens e mulheres, a partir do trabalho político-organizativo



desenvolvido pelas lideranças do MST, mas o argumento principal foi a experiência anterior das próprias mulheres "que os homens viram que dava certo".

No acampamento as mulheres haviam assumido tarefas tidas como tradicionalmente femininas, ou seja o cuidado das crianças e dos idosos, da alimentação, da higiene e da saúde. Mas participaram também das comissões de vistoria, de segurança, de negociação e outras necessárias naquele momento da luta, o que lhes dava a sensação de estarem em condições de igualdade.

Quando chegaram ao assentamento, começaram a se questionar: "*afinal nós participamos de todo o processo e agora os homens vão pra roça e nós fica fazendo o que?*" (Maria Rodrigues) . Decidiram trabalhar na produção e iniciaram o cultivo de uma horta que durante muito tempo garantiu a sobrevivência da família porque possibilitava um retorno financeiro imediato, enquanto que na roça o resultado era anual, dependia do sucesso da colheita e mesmo quando apresentava excedente, esse era empregado em investimentos para melhorar a produtividade.

Na propriedade familiar individual a relação de poder entre o casal é ainda mais fortemente sentida, porque o homem é o "chefe da família". Ter o título da terra em nome coletivo poderia se constituir numa saída para diminuir as desigualdades entre os gêneros, evitando que o homem seja dono "*até do pensamento da mulher*", como diz uma das entrevistadas. Poderia facilitar o acesso aos créditos, aos direitos trabalhistas, enfim, aos benefícios da luta desenvolvida em conjunto. Na cooperativa, ao tornarem-se sócios, essa relação tende a ser ao menos questionada, o que, entretanto, não quer dizer ainda mudança na correlação de forças, pois persistem discriminações socialmente construídas.

Concordando com autores que argumentam não ser a opressão de gênero um simples fenômeno do capitalismo, pode-se constatar, nesta situação concreta, que à mudança nas relações de propriedade não corresponde automaticamente uma modificação nas relações familiares. As relações desiguais podem se reproduzir dentro de um modelo mais democrático de propriedade e uma das razões é o fato de que as relações afetivas que permeiam as relações familiares, de vizinhança e de comunidade, geralmente se constituem em instrumento para abafar os confrontos. É difícil manter a afetividade em relações desiguais e onde o companheiro tem autoridade de patrão, além de chefe da família.

Na cooperativa, embora não tenham se extinguido as estruturas objetivas ou culturais de dominação masculina, percebe-se uma nova qualidade nos relacionamentos, gerada pela experiência partilhada da luta pela terra, onde homens e mulheres vivenciaram cotidianamente, durante vários anos de acampamento, formas de trabalho socializado. Entre as mulheres, quem percebe mais claramente essa relação são as lideranças, que passam a não encarar mais como "natural" que o chefe da família seja sempre o homem, cabendo-lhe as tarefas de direção e de administração sobre a casa e a propriedade rural. Essa noção se evidencia nas críticas que fazem aos individuais:

*"eles não conseguem dividir nem com a mulher, quanto menos ela souber o que ele tá fazendo, pra eles, melhor. Inclusive elas não sabem nem o que que rola num talão de cheque. E se vão perguntar acha que tão perguntando é porque tá desconfiado. Não é porque tá querendo*

*saber(...) isso já é uma coisa que, que a gente percebe é que já existe um machismo por si, mas o camponês é muito mais (...)" (Maria Rodrigues)*

Entretanto, mesmo na cooperativa, há ainda um caráter de complementaridade, embora não necessariamente hierárquica, nas atribuições de homens e mulheres. Na casa ainda cabe às mulheres a organização do quintal e da moradia e nesse aspecto são semelhantes as tarefas de mulheres cooperativadas ou individuais. De modo geral, são responsáveis pelo trabalho produtivo na horta (estufas) ou cuidado dos animais, preparação de ração e outras atividades da roça.

Modificar essas relações de desigualdade significa superar fatores ligados à subjetividade, pois para a maioria das mulheres esta é uma situação natural e imutável e está ligada a relações afetivas, que não estão alheias às relações de trabalho e produção. Mas, por outro lado, essa mudança depende de encontrarem condições objetivas, de terem recursos para viabilizar uma igualdade no trabalho socializado, seja na produção, seja no âmbito doméstico, pois há limitações comuns que afetam homens e mulheres enquanto classe e isso não depende apenas das mulheres:

*"se nós vamos trabalhar, nós precisa de estruturas, meios pra dar condições de trabalho. Se vão trabalhar, certamente, se tem criança, precisa de creche. Então isso já modifica, né, pros homens, precisou de creche, tem que ter uma organização que abranja isso" (Maria Rodrigues).*

A presença das mulheres na cooperativa questiona toda a estrutura e aos poucos elas vão percebendo. Essa seria uma das resistências dos individuais à participação das mulheres:

*"todas as agrovilas tem associações, mas as dificuldades delas são muitas, muitas mesmo, porque acham que isso é pra homem mesmo. E essa coordenação da Reunidas ...acha que não tem mesmo que mulher participar, inclusive uma das críticas que fazem à Copajota<sup>6</sup> é o medo da participação das mulher. Quando a mulher começa a participar começa a modificar todo o processo" (Maria Rodrigues.)*

Os conflitos surgem muito mais na organização do trabalho do que na vida comunitária, embora as posições divergentes tenham influência nos relacionamentos. E se caracterizam pelo contraste entre as relações sociais solidárias, de companheirismo, de fraternidade que eram cultivadas no acampamento e no início da cooperativa, o que os diferenciava de outras comunidades rurais, dando-lhe uma identidade coletiva, e as relações impessoais de trabalho, de comércio que se estabelecem a partir da normatização do trabalho coletivo e das regras da cooperativa. Entretanto, ainda cultivam relações de solidariedade, cuidam-se mutuamente, procuram resolver as dificuldades de maneira democrática.

Para as mulheres, os obstáculos não estão apenas na própria divisão sexual das atividades, mas nas oportunidades de se capacitarem:

---

<sup>6</sup> COPAJOTA-Cooperativa Padre Josimo Tavares.

*"a gente sempre reunia no acampamento, as mulheres também pra dar idéias e ajudar os homens na luta. É claro que eles sempre saíram mais, né? (...) sei lá se era porque tinham mais vontade, se era porque era mais fácil. (...) tudo era feito assim em conjunto, mas pra sair pra fora, assim, eles sempre saíram mais que a gente. E aí eu acho que isso é história também porque a gente que é mulher é mais difícil a gente sair. Por exemplo, seu eu for sair, ele não vai cuidar das crianças igual eu cuido, nem da casa." (Maria Inês).*

Os homens saíam mais, o que significa que tinham mais oportunidades de crescerem do ponto de vista social e político. A experiência da horta como prática de trabalho coletivo, era o espaço de socialização das mulheres, mas muito mais restrito. Uma clara diferença de comportamento ideológico se observa. As mulheres foram para a cooperativa achando que ia resolver todos os seus problemas e era a concretização do "socialismo". Os homens a entendiam como experiência de organização que superava a forma artesanal de produção e que havia dado certo em outros assentamentos.

No entanto, as práticas coletivas, impostas pela necessidade de organizar a vida comunitária e de buscar a integração das agrovilas, significou um aprendizado político para ambos, uma vez que as comissões eram mistas.

Essa experiência constituiu-se num processo acelerado de politização, principalmente para o grupo de Campinas<sup>7</sup> pois ao terem que agir em conjunto, viram-se forçados a refletir sobre a experiência das mobilizações, sobre o conteúdo das reivindicações e sobre as ações subsequentes, bem como a lidar com as necessidades do grupo de famílias ocupantes. Passaram a entender o funcionamento da sociedade capitalista e seus mecanismos para manter ou modificar a estrutura fundiária e as políticas governamentais que afetam diretamente o campo.

No entanto, o desenvolvimento de uma consciência social crítica não ocorre de forma homogênea porque atinge homens e mulheres que se encontram em níveis diferenciados de consciência social e política, com diferentes visões de mundo, dependendo de sua experiência de vida. Mesmo buscando formas alternativas de organização, há um permanente confronto entre os valores elaborados na sua trajetória de vida, entre os novos valores forjados na experiência da luta e entre os valores cotidianamente impostos pelas classes dominantes através de todos os seus mecanismos políticos e ideológicos.

Toda luta de classe é uma luta acerca de valores, como diz Thompson, e por isso, a experiência tem tanto peso quanto a estrutura na formação da consciência social dos indivíduos pois ela se interpõe entre o modo de produção e o processo histórico:

" A experiência foi gerada na vida material, foi estruturada em termos de classe e conseqüentemente o ser social determinou a consciência social. A estrutura ainda domina a experiência mas sua influencia determinada é pequena se levamos em conta a cultura. As pessoas experimentam sua própria experiência não apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou como instinto proletário. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses

---

<sup>7</sup> Grupo de Campinas é o conjunto das famílias oriundas da região de Campinas. O assentamento está dividido em 7 agrovilas, conforme da região de origem das famílias.

sentimentos na cultura como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou na arte ou nas convicções religiosas(...) Toda luta de classes é ao mesmo tempo, uma luta acerca de valores"<sup>8</sup>.

Ao mesmo tempo, é uma luta dos trabalhadores contra eles próprios na medida que são levados a experimentar a todo momento esses novos valores no cotidiano, sob a influência que sobre eles exerce a cultura da classe dominante e ainda, em confronto com os seus próprios condicionamentos culturais.

### **A organização da produção cria novas relações sociais**

Ao problematizar essas experiências e o lugar onde elas são vivenciadas, fui percebendo que o que caracteriza um assentamento de reforma agrária, não é apenas a maneira como as famílias ali constroem suas casas, ou o seu estilo de vida, mas as relações sociais e as formas de produção que se estabelecem como resultado do processo de luta anterior.

Por ser uma comunidade em implantação, num território recém conquistado pela luta de todos, no assentamento as relações de gênero têm influência talvez maior do que em outras comunidades, porque nele as mulheres têm um papel de maior destaque.

O assentamento de Promissão é o maior do Estado de S. Paulo e tem uma característica peculiar por ser constituído de famílias que vieram do MST e outras, em numero maior, que foram selecionadas pelo INCRA. São 117 do MST e 500 do INCRA. Das famílias que vieram do MST, 40 optaram por organizar a produção em cooperativa e as demais pelo lote individual, entrando ou não em outras formas associativas, posteriormente, como em associações de máquinas ou de comercialização. Das 40 famílias, 20 se desligaram da cooperativa depois de 2 anos de funcionamento.

A convivência entre assentados que vieram do acampamento, que constituem a minoria, e as famílias selecionadas pelo INCRA constitui-se em outro elemento de análise das relações sociais e das formas de organização da produção.

Para entender essa especificidade das relações sociais que caracterizam o modo de vida do assentamento, tomei como referência teórica o conceito de cultura elaborado por Raymond Williams<sup>9</sup>. Segundo ele, "cultura não é apenas um corpo de trabalho imaginativo e intelectual; é também e essencialmente todo um modo de vida". Para o autor, "não devemos limitar-nos a evidências tais como a forma de morar, a maneira de vestir ou de aproveitar o lazer" pois "a produção industrial tende a impor uniformidade nesses campos. O elemento básico não é a língua, nem a vestimenta, nem o lazer... a distinção crucial está em formas alternativas de se conceber a natureza da relação social". Nesse sentido, sustenta que

“quando se fala, por exemplo, de uma idéia da classe trabalhadora não se pretende afirmar que todos os trabalhadores a tenham ou a aprovem. Pretende-se,

---

<sup>8</sup> Thompson, E. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 182.

<sup>9</sup> Williams, Raymond. *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969. p. 333.

ao contrário, asseverar que essa idéia está essencialmente corporificada nas organizações e instituições que a classe gera: o movimento da classe trabalhadora é considerado em termos de tendência e não em termos individuais”.

A organização coletiva da produção nos assentamentos rurais é uma das formas de luta e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nas práticas dos assentados - homens e mulheres - se pode identificar os elementos que caracterizariam aquilo que Williams afirma como sendo específico da cultura das classes dominadas, ou seja, as formas alternativas de convivência e de trabalho recriadas a partir de seus valores, hábitos e costumes ao estruturarem o assentamento.

A exigência de estabelecerem regras e normas para a vivência comunitária e para o trabalho, traz à tona toda a contradição entre aquilo que idealizaram durante as primeiras fases da luta e os valores da cultura dominante, cotidianamente impostos através de vários mecanismos, cuja expressão mais evidente é a indústria cultural.

Há um confronto permanente, de uma maneira mais explícita do que em outros espaços sociais, entre a ideologia dominante, que tenta abafar as contradições e conter os avanços dos sem-terras e a formação teórico-prática desenvolvida pelo MST, assumidamente uma organização política, com propostas de desenvolvimento rural em moldes coletivos e de enfrentamento com os poderes constituídos.

O assentamento de Promissão tem uma característica peculiar que é o fato de que parte das famílias, especialmente as que entraram para a cooperativa, já havia passado pela experiência de trabalho na cidade, embora todas fossem migrantes. Desde a infância as mulheres acompanharam a família que migravam de uma região para outra, sempre que os pais ou maridos o decidiam. É uma situação ainda mais difícil para as mulheres porque tradicionalmente cabe a elas seguir as famílias. Durante a maior parte de suas vidas, elas se submeteram a esse "destino".

Os estudos sobre migração falam, em geral, no masculino: os migrantes, os trabalhadores, ou então, se referem às famílias operárias, às famílias migrantes, mesmo quando centrados no cotidiano. Não explicitam como reagiram as mulheres às transformações culturais impostas pela migração, pelos modos de vida diferenciados das regiões por onde passaram, das cidades para onde migraram ao serem expulsas do campo, pela adaptação ou não adaptação de maridos e filhos a essas situações, pela realização ou não dos projetos familiares.

As mulheres aparecem quase sempre na história sem vontade própria, coadjuvantes de uma peça cujo roteiro está determinado pelo destino da família que, por sua vez, está determinado pela dinâmica social. Cabe-lhes desempenhar os papéis segundo os padrões, social e culturalmente, determinados. Durante a maior parte de suas vidas, para entrevistadas, o que delas era esperado, era que respondessem ao padrão familiar, vivido no mundo rural:

*"Eu, por ser a mais nova, que todos já tinham casado, eu tive que assumir todo o trabalho, além da roça, a casa. Também tive que aprender costurar pra fazer as roupas pra casa, porque era uma exigência, né, da própria família...(...) . tinha que levar comida na roça e tinha às vezes que trabalhar na roça, às vezes eu ajudava quando era época de colheita...era um costume da*

*minha sogra que a mulher, ela precisava participar ativamente de todos os trabalhos, não só domésticos, mas também os trabalhos que tinha fora da casa..” (Lurdinha).*

Nesse padrão de organização e comportamento característico do mundo rural, cabe à mulher todas as tarefas da casa, o cuidado das crianças e idosos, o cuidado dos quintais, dos jardins, o plantio das “miudezas” para o consumo familiar, as criações e, nas épocas em que a roça exige mais mão-de-obra, o auxílio aos homens na lavoura.<sup>10</sup> As tarefas cotidianas condicionam o comportamento pois limitam-nas ao mundo doméstico, socialmente desvalorizado e as subordina ao chefe da família, em geral, o pai ou o marido, o qual determina até mesmo o uso do tempo.

Esse padrão aparece nas falas e representações das mulheres entrevistadas, qualquer que seja a região de origem da família. Foi se modificando apenas com a migração para a cidade, onde o modo de vida urbano exigiu que se capacitassem para responder às tarefas femininas tradicionais e, ao mesmo tempo para o trabalho fora de casa.

Começam a discutir que há uma causa para essa migração constante e que podem ter um papel diferente na família a partir das reflexões sobre fé e política nas CEBs, especialmente aquelas que passaram pela experiência de trabalho na cidade, que para muitas era a última etapa da migração.

Nas CEBs tomam consciência de que a terra é um bem de todos, dado por Deus e que, portanto, não pode permanecer concentrada nas mãos de poucos, e que a ocupação de terra é uma forma de pressão para readquirirem (recuperarem) esse direito, e isso lhes deu uma noção de legitimidade que as impulsionaram a ingressar na luta e a continuar no MST, mesmo depois de assentadas.

Uma característica marcante das mulheres assentadas é linguagem místico-política que utilizam. Mesclam uma linguagem bíblico-religiosa e conceitos político-ideológicos, numa síntese daquilo que assimilaram dos discursos das CEBs e do MST. Constata-se duas fortes motivações para a decisão de retornarem ao campo ou ingressarem na luta do MST: de um lado, a perspectiva de recuperar o direito à terra e realizar o sonho de ter uma vida de maior tranquilidade e de fartura; e de outro lado, a perspectiva de uma saída para a situação que vivenciavam na cidade ou no campo, possibilitada pelo ingresso no MST.

Essa reelaboração dos discursos aos quais tiveram acesso, aliada à experiência vivida como trabalhadores rurais migrantes, forma sua consciência social e política e vai influenciar na postura que assumem tanto no assentamento e nas associações de que participam, como nas formas de resistência à participação nesses processos.

A maioria permanece no lote individual, com tarefas e papéis específicos das mulheres rurais, pequenas proprietárias ou assalariadas, desenvolvendo atividades típicas como cuidar da horta, do gado, ajudar o marido na roça, além do trabalho doméstico. No lote individual a tendência é reproduzirem a organização anterior de trabalho familiar da pequena propriedade, que reduz o papel da mulher a auxiliar do marido. Esse papel também é desempenhado pelas que se desligaram da cooperativa e voltaram para o lote individual.

---

<sup>10</sup> Cordeiro, Angela. *Diversidade, substantivo feminino*. In: Revista Alternativas A-PTA. Curitiba, 1990. p. 29-36.

O lote individual reproduz a forma de produção mais próxima das experiências anteriores, do sítio de seus antepassados, a organização tradicional da pequena propriedade familiar, que é incentivada pelo Governo, através do INCRA, ITESP e outros órgãos governamentais ou por muitas organizações não governamentais. Enquanto que a cooperativa é a novidade do ponto de vista da organização da produção e da comunidade, constituída em agrovila.

São duas formas de organização em permanente disputa ideológica, pois estão ligadas a dois projetos diferentes de assentamento: um do Governo (incentivo à pequena propriedade familiar) ainda que sem os investimentos necessários para que realmente se efetive um projeto de reforma agrária; e outro, do MST que propõe a cooperação agrícola como saída para a pequena propriedade no sistema capitalista atual.

Em Promissão, a cooperativa foi consequência de um processo de discussão que envolveu homens e mulheres, a partir do trabalho político-organizativo desenvolvido pelas lideranças do MST, mas o argumento principal foi a experiência anterior das próprias mulheres "que os homens viram que dava certo".

No acampamento as mulheres haviam assumido tarefas tidas como tradicionalmente femininas, ou seja o cuidado das crianças e dos idosos, da alimentação, da higiene e da saúde. Mas participaram também das comissões de vistoria, de segurança, de negociação e outras necessárias naquele momento da luta, o que lhes dava a sensação de estarem em condições de igualdade.

Quando chegaram ao assentamento, começaram a se questionar: "*afinal nós participamos de todo o processo e agora os homens vão pra roça e nós fica fazendo o que?*" (Maria Rordigues). Decidiram trabalhar na produção e iniciaram o cultivo de uma horta que durante muito tempo garantiu a sobrevivência da família porque possibilitava um retorno financeiro imediato, enquanto que na roça o resultado era anual, dependia do sucesso da colheita e mesmo quando apresentava excedente, esse era empregado em investimentos para melhorar a produtividade.

O resultado imediato e positivo da horta foi, portanto, o argumento principal para organizarem a cooperativa. Mas também havia uma outra motivação que vinha da discussão anterior, ainda nas CEBs de que indo para o assentamento poderiam fazer a experiência das comunidades cristãs, de terem tudo em comum, de viverem enfim a fraternidade. Essa concepção vai gerar profundas frustrações quando percebem as contradições e dificuldades de se organizarem em cooperativas, inseridas que estão no sistema capitalista, naturalmente voltado para a propriedade privada, e quando se dão conta de que a política agrícola não beneficia o pequeno produtor rural.

Na prática, não basta a vontade política, nem a motivação religiosa, nem mesmo a organização proposta pelo MST. Ao enfrentarem as dificuldades econômicas e organizativas se decepcionam e se frustram com o que antes pensavam ser 'um projeto socialista'. E, evidentemente, esse desânimo se estende ao conjunto do assentamento.

Os benefícios gerados pela cooperativa, entretanto, são reconhecidos pelas demais, mesmo por aquelas que se desligaram dela. Ao decidirem ir para a roça ajudar os maridos ou para a horta, tiveram que discutir o cuidado dos filhos. Criaram a creche. Depois perceberam que todas tinham que voltar no mesmo horário

para suas casas para fazer o almoço e criaram o refeitório comunitário. Depois, ao discutir o estatuto da cooperativa, começaram a levantar a questão do título da terra, no nome de ambos os cônjuges, para garantir o direito a voz e voto das decisões, bem como a outros direitos como crédito, benefícios previdenciários, etc. Ou para terem direito a permanecerem no lote em caso de separações conjugais. Os horários de trabalho tinham que ser diferenciados para que pudessem cuidar dos filhos doentes.

São resultados visíveis e concretos mas geraram tensões, não só pelas expectativas frustradas e outros condicionamentos culturais da propriedade familiar tradicional, difíceis de serem superados, como por coexistirem as duas formas distintas de organização, cada uma sendo reforçada nos seus aspectos positivos, usados como argumentos para convencimento dos demais. O lote individual, como uma forma de organização foi a escolha da maioria e é incentivada externamente. Mas reforça todo um sistema de valores que classifica o trabalho da mulheres rurais como complementar e portanto, dispensável ou provisório. Ao se assumir como auxiliar do marido na roça, a mulher deixa de lado sua própria identidade de trabalhadora rural e não luta para modificar nem mesmo sua posição no interior do espaço doméstico, muito menos no espaço do trabalho.

A desqualificação do trabalho feminino no campo e as tarefas de reprodução, socialmente desvalorizadas, que lhe são atribuídas por tradição, faz com que internalizem essa desvalorização e não se assumam nem mesmo como trabalhadoras.

A cooperação agrícola foi assumida por um grupo minoritário, mas se tornou referência para todo o assentamento, pela influência que exerce no conjunto e pelo maior efeito-demonstração de suas estruturas e atividades produtivas diversificadas.

Essa situação do assentamento se reflete na situação da mulheres. Para os dois projetos, as mulheres são sempre alvo de um trabalho político-ideológico, devido ao papel que desempenham na família. Mas as que estão na cooperativa têm mais alternativas de sair do espaço doméstico, a cooperativa libera algumas para o trabalho fora, possibilita acesso a curso de formação, a encontros e atividades mais amplas a nível regional e estadual. Enquanto que as que permanecem no lote individual, dificilmente podem deixar as tarefas domésticas e o trabalho no campo porque constituem a única mão de obra disponível para ajudar o marido.

O questionamento dessa situação naturalmente parte das lideranças ou de agentes externos e a comparação inevitável da situação das mulheres nas duas formas de produção mostra que apesar das tensões e dos conflitos, a cooperativa cria mais condições para modificarem as relações sociais.

### **O cotidiano reproduz a experiência vivida com uma nova qualidade**

Enquanto no acampamento a organização da comunidade estava centrada na perspectiva das famílias serem assentadas o mais rápido possível, no assentamento, a preocupação se desloca para a organização do trabalho e da produção.

A forma de organização da produção vai influenciar nas outras áreas de vivência comunitária e acentuar uma divisão preexistente, que é a divisão sexual do



trabalho. As relações desiguais entre os gêneros entram em contradição com a experiência anterior de divisão de tarefas no acampamento. A experiência democrática, onde todos eram consultados sobre todos os passos das negociações e sobre a vida cotidiana no acampamento, vai dando lugar a uma organização patriarcal, que supõe direitos e deveres desiguais segundo o gênero.

Na vida cotidiana, segundo Agnes Heller<sup>11</sup>, colocam-se 'em funcionamento' todos os sentidos, todas as capacidades intelectuais, as habilidades manipulativas, os sentimentos, paixões, idéias, ideologias do indivíduo e constituem partes orgânicas da vida cotidiana: "a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação".

No assentamento, a organização do trabalho é a esfera principal das relações sociais e esta exerce influência na vida privada de homens e mulheres, condicionando comportamentos e práticas sociais. No caso da cooperativa, isso se acentua porque ela gera, de um lado, uma maior integração entre os que dela participam e, de outro lado, possíveis conflitos com os demais grupos de famílias.

Para as mulheres, menos habituadas às discussões políticas e econômicas, esses conflitos, muitas vezes, se transformam em obstáculo para a convivência e para a permanência nas associações. A "cabeça foi ficando confusa" é a expressão que utilizam para explicar como isso ocorre: "tava tudo caminhando, depois simplesmente deu uma viravolta, a coisa começou a descambar, não deu certo, a cabeça da gente ficou muito confusa" (Maria da Graça).

Também a vida familiar e comunitária é afetada pela organização do trabalho porque este se exerce no ambiente mesmo da comunidade. A necessidade de realizarem reuniões e assembléias com muita freqüência é outro fator condicionante dessa inter-relação, uma vez que tudo tem que ser decidido no coletivo, sob pena de aumentarem as possibilidades de divergências que, por sua vez, implicariam no relacionamento familiar e comunitário.

Ao se observar o trabalho da mulher na roça ou na estufa (horta), percebe-se como influencia não só na organização do assentamento, como também na dinâmica interna da família. No primeiro caso, porque surgem novas necessidades para as quais é preciso criar infra-estrutura, redirecionando a aplicação dos recursos de que dispõem. Assim, creche, refeitório comunitário e os horários diferenciados de trabalho são conquistas das mulheres e modificam a organização "racional" originalmente pensada para o assentamento. Em segundo lugar, porque a construção desses equipamentos coletivos muda profundamente o cotidiano das mulheres. Já não precisam mais cada uma ir para sua casa preparar o almoço, ou fazerem o café da manhã, antes de ir ao trabalho. Já não precisam ficar em casa para cuidar dos filhos pequenos. O refeitório, além disso, passa a ser o centro comunitário, o local onde se encontram antes e depois das atividades na roça e é onde se realizam as atividades conjuntas da cooperativa. Na prática, modifica-se o padrão tradicional de organização do trabalho rural.

Para as famílias das lideranças que assumiram tarefas de direção ou de representação da cooperativa ou do assentamento, surgem outras ansiedades e preocupações. Modifica a presença da mulher na casa, questionando o papel que sempre desempenharam junto aos maridos e filhos, o que não ocorre,

---

<sup>11</sup> Heller, Agnes. Op. cit. P.17-18.

evidentemente, sem conflitos. À medida que uma liderança feminina, fica semanas fora de casa, a família tem que assumir as tarefas domésticas:

*"eu acho que a gente batalha pra ter o menos estrago possível. Mas é bastante complicado(...) tá dentro do contexto, né, da sociedade. Ele entende, defende a luta, defende a participação da mulher, mas não aceita muito isso não. Ele acha que poderia ser outras, né, (...) ele agora tá ficando paizão. Antes ele não ligava muito, não. mas agora parece que ele tá bem mais amigo das crianças, né". (Maria Rodrigues.)*

Assumir tarefas fora de casa supõe uma negociação com o marido. A relação conjugal também se modifica na cooperativa porque, a partir do momento em que ambos são sócios, o discurso sobre a igualdade da mulher tem que ser testado na prática. A convivência é afetada pelos confrontos que naturalmente se estabelecem entre sócios. A potencialidade de cada um, expressada na sua forma de pensar, de dirigir, de expor, de participar pode se tornar motivo de conflitos. Têm que aprender a trabalhar essas questões, para que as diferenças não interfiram no relacionamento familiar e conjugal.

As mudanças no modo de vida das famílias resultam numa nova concepção dos papéis que adultos, jovens e crianças desempenham e que já não estão mais em função apenas do projeto familiar, mas do engajamento da família na comunidade e na luta mais ampla. E, direta ou indiretamente, influencia o conjunto do assentamento, não apenas porque se constitui numa alternativa ao modelo familiar tradicional, mas também porque as lideranças passam a ser exemplo para as demais.

A cooperativa possibilita também uma relação menos desigual entre homens e mulheres, que são sócios e têm os mesmos direitos, diferentemente dos lotes individuais onde as mulheres esbarram em mecanismos legais, que as obrigam a outras lutas específicas, para adquirir direitos que os homens já tem garantidos "naturalmente", como por exemplo, o título de propriedade:

*"os jovens a partir de 16 anos também (são sócios), têm o mesmo direito que eu tenho... Porque tudo o financiamento a gente faz em conjunto, mas paga em conjunto, né. Então, todo mundo financia e todo mundo paga, né. [No lote individual] só usa o nome do lote porque o modelo de assentamento proposto pelo governo é o do patrão, do dono da família, que é só o homem. E as mulheres, elas não tem acesso ao documento. Elas não são donas do lote sozinhas, dentro do modelo oferecido pelo governo. Elas não tem o nome na nota de produtora e assim por diante. Elas tem que fazer essa luta pra participar. E na cooperativa isso desmistifica, né. Elas participa junto, em outro setor, com outros companheiros, então, cresce a relação". (Maria Rodrigues)*

Por outro lado, mesmo tendo normas, reguladas pelos estatutos e procedimentos discutidos pelo conjunto dos sócios, estas se constituem em pautas de discussão permanentes nas assembléias e reuniões. Podem ser alteradas sempre que a maioria assim o decidir. O que resulta num exercício democrático.

O cuidado das crianças, preocupação normalmente feminina, passa a ser do conjunto dos sócios que nas normas estabelecidas de comum acordo, definem também o horário de trabalho das mulheres com filhos pequenos. O recebimento

por horas trabalhadas é um dos regulamentos para possibilitar o cuidado infantil: *"(...)é assim ó, as mulheres trabalham da sete e meia até, elas pode chegá até sete e meia, oito horas na roça né, das sete e meia por exemplo até as quatro e meia da tarde, é isso que ela vai trabalhá o dia inteiro. O dia que tivé uma criança doente, tem os seus três dias, quatro dias, se tivé que fica em casa, ela fica em casa."* (Dulce)

O funcionamento da cooperativa, enquanto empresa, é regulamentado pelos estatutos definidos em assembleias, mas estes recebem influência da prática de outros assentamentos já constituídos. Regulam o pagamento por horas trabalhadas, a divisão dos excedentes, os horários de trabalho, também as linhas de produção, o tipo de lavoura para cada safra, as formas de comercialização e todas as atividades da empresa: *"a gente fizemo a colheita de milho, que deu mil e setenta saca, ai a gente vende, paga as despesas né, dos caminhão e tudo e depois reparte o dinheiro pro sócio, mas por hora trabalhada, então a gente recebe por horas."* (Dulce)

O que se observa é que, na propriedade familiar individual, a situação da mulher continua desigual, mesmo quando desempenha trabalhos produtivos, pois a forma de propriedade não permite a criação de novas relações sociais, o que possibilitaria se libertar dessa situação de alienação, tornando-se sujeito de sua própria emancipação. Mas o isolamento no lote individual e as dificuldades que ele impõe à socialização das mulheres faz com que, para muitas delas, a luta termine no assentamento: *" Porque a gente veio pra lutá, vamo lutá até o fim, né, porque a gente necessita disso daí, desse pedacinho de terra. Porque se não fosse por esse pedacinho de terra, eu acho que nós tava lá na cidade sofrendo até hoje. Por isso que nós tem que fazer a reforma agrária, quanto mais logo, a gente tem, nós precisa fazer pelos outro"*<sup>12</sup> (Gessy)

A maioria dessas mulheres "individuais" entendem que já fizeram a sua parte na luta pela reforma agrária. O esforço e o desgaste da luta, para muitas delas, chegou ao limite e agora entendem que outros devem continuar. Resistem a assumir os compromissos que as formas associativas exigem e às normas que devem contemplar as necessidades da maioria. Essa postura se contrapõe às ações daquelas mais politizadas e que já passaram por outras experiências de organização.

O questionamento do papel desempenhado pela mulher rural surgiu na prática coletiva das tarefas. Foi se estendendo aos poucos às demais esferas da vida cotidiana e à organização como um todo. A horta, a creche, o refeitório comunitário existentes na cooperativa são conquistas das mulheres que alteraram o modelo de organização do assentamento. Mas ainda se reproduzem muitos mecanismos de dominação de gênero, mesmo na cooperativa.

A visível acomodação das mulheres nos assentamentos, entretanto, pode esconder formas de resistência, nem sempre entendidas como tal. Nesse sentido, o estudo ainda tem que ser aprofundado para explicitar com mais dareza quais são esses mecanismos de resistência, concordando com Michelle Perrot quando esta diz que as mulheres "se afirmam por outras palavras, outros gestos... traçam um caminho que é preciso reencontrar"<sup>13</sup>

## **Considerações finais**

---

<sup>12</sup> Refere-se à ocupação de uma fazenda no município de Iaras-SP.

<sup>13</sup>Perrot, Michelle. Os excluídos da história - operários, mulheres e prisioneiros.

A presença feminina nas ocupações e acampamentos tem sido destacada, nos últimos dois anos, pelo próprio MST e pelos meios de comunicação. Estudos e reportagens sobre os acampamentos, sobre as caminhadas - como a marcha a Brasília - e outras formas de luta dos sem-terras têm sido publicados com muita frequência.

O destaque em geral é para as práticas cotidianas de solidariedade e os resultados econômicos da produção para a família. Mas, mais importante que isso, é o crescimento da consciência social e política, decorrente dos enfrentamentos, que as capacita a participarem mais ativamente da luta política. Observa-se que as reivindicações tendem a ser coletivas, não por objetivos que lhe são impostos, mas por objetivos que decorrem de suas próprias necessidades e que são demandas do coletivo e não individuais. Essa luta política não se refere apenas ao MST, onde estão inseridas enquanto categoria social, mas a outros espaços, como sindicatos, partidos políticos e outros movimentos populares.

Entretanto, a conquista da cidadania e a emancipação feminina ainda demandam outras modalidades de luta também políticas, uma vez que continuam a se reproduzir hábitos e costumes tradicionais da mulher rural. Ainda é muito forte a influência de fatores culturais ligados à religiosidade popular, aos meios de comunicação e a projetos, às vezes, contrários aos seus objetivos de classe.

Mesmo dentro do MST, existem, ainda, muitos obstáculos a serem superados pelas mulheres, relacionados à capacitação política, ao baixo grau de escolaridade, ao espaço ainda reduzido dentro da organização, à capacidade de lidar com as contradições geradas pelas relações de afetividade que, no campo, se misturam às de trabalho, uma vez que, na maioria das vezes, os papéis de marido, patrão, chefe ou coordenador se confundem.

Mais especificamente, no que se refere às questões de gênero, o que se observa é que, homens e mulheres vivenciam situações diferenciadas e avançam na consciência dependendo da formação política adquirida no MST, de um lado, do confronto de idéias que se estabelece na sociedade, de outro lado, das experiências vividas e da elaboração que fizeram desse processo. Ambos são obrigados a se posicionarem diante dos obstáculos para realizarem os seus projetos pessoais e coletivos, o que, por sua vez, exige que revejam valores, costumes e hábitos adquiridos ao longo de sua trajetória de vida, possibilitando darem um novo significado às suas vidas, o que não ocorre de maneira igual e nem no mesmo ritmo.

Na cooperativa essas condições são mais favoráveis porque homens e mulheres porque são sócios com direitos iguais, o que permite às mulheres um crescimento na consciência política de que são também elas sujeitos de transformação social, de que devem lutar por outras transformações no cotidiano e não se submeter mais aos mecanismos de dominação social e culturalmente impostos, nem pelas classes dominantes, nem pelos companheiros. Há uma possibilidade de crescimento mais acelerado porque exige delas um posicionamento mais crítico diante da luta de classes e diante dos conflitos de gênero que se estabelecem ao se reconhecerem como sujeitos políticos com iguais direitos que seus pares.

## **Bibliografia**

- Burke, Peter (org.). *A Escrita da História - novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992
- Carneiro, Maria José e Teixeira, Vanessa Lopes. *Mulher rural nos discursos dos mediadores*. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 1995.
- Chauí, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1981
- . *Subjetividades contemporâneas*. In: Revista do Instituto Sedes Sapientiae n. 1. S.Paulo, 1997
- Ciampa, Antonio da Costa. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 1993
- Cordeiro, Angela. *Diversidade, substantivo feminino*. In: Revista Alternativas APTA. Curitiba, 1990
- D'Aquino, Teresinha. *A Casa, os Sítios e as Agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão-SP*. Texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, outubro de 1996.
- DESER e Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná. *Gênero e Agricultura Familiar - cotidiano de vida e trabalho na produção de leite*. Curitiba: DESER - CEMTR, 1996
- Fenelon, Dea Ribeiro. *Trabalho, cultura e história oral: perspectivas de investigação*. In: Revista Projeto História n. 4. PUC/SP, 1985.
- . *Cultura e História Social*. In: Revista Projeto História n. 10. PUC/SP, 1994

- Fernandes, Bernardo M. *MST formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec., 1996
- Grele, Ronald J. *Quién y por qué contesta?* In: *História y Fuente Oral* n. 5 El peso de la história. Universidad de Barcelona, 1989
- Heller, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1970
- Martins, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- Novaes, Regina. *A Questão Agrária e o governo FHC*. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1996
- Perrot, Michelle. *Os excluídos da história - os operários, as mulheres e os prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- . *Entrevista com Michelle Perrot*. In: *Revista Brasileira de História* n. 10, São Paulo, 1993.
- Portelli, Alessandro. *A morte de Luigi Trastulli e outras histórias: forma e significado na história oral*. São Paulo, PUC, 1995. Mimeo.
- . *O que faz a história oral diferente*. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. São Paulo, PUC, 1995. Mimeo.
- Revista Projeto História, números 4, 10, 11, 12 e 13
- Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- . *À lucta, trabalhadores!* In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, 1984
- Saffioti, Heleieth I.B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica. *Mulher Brasileira é Assim*. São Paulo: Ed. Rosa dos Tempos, 1994
- Scott, Joan. Apud SOIHET, Rachel. *Enfoques Feministas e a História: Desafios e Perspectivas*. In: *Gênero em Debate - trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.
- Soihet, Rachel. *Enfoques Feministas e a História: Desafios e Perspectivas*. In: *Gênero em Debate - trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.
- Souza-Lobo, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- Stédile, João Pedro. *Questão Agrária no Brasil*. S. Paulo: Atual, 1997.
- (org.). *A Reforma Agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997
- Stolcke, Verena. *Caféicultura - homens, mulheres e capital*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- Thompson, E.P. *La Economía "moral "de la multitud en la Inglaterra del Siglo XVIII, in Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979
- . *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- Thompson, Paul. *A Voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992
- Tierra, Pedro. *A política como dimensão da cultura*. Goiânia: CEN/PT, 1995. Mimeo.
- Williams, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1988
- . *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

# **ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NA PARAÍBA: caminhos e armadilhas das formas associativas**

**Emília Moreira<sup>1</sup>**  
**Ivan Targino<sup>1</sup>**  
**Genaro Ieno Neto<sup>1</sup>**

## **Introdução**

O modelo adotado pelo governo brasileiro para a implementação da política de reforma agrária tem, nos Projetos de Assentamentos, o seu elemento estruturador fundamental. Segundo o modelo, o INCRA deve garantir as condições infra-estruturais básicas de modo a permitir a sustentabilidade do projeto, visando a sua emancipação. Nesse processo, a dimensão organizativa ocupa uma posição de destaque, uma vez que a estrutura de gestão implantada passa a ser a mediadora entre a comunidade dos assentados e a estrutura burocrática oficial.

Na Paraíba, a organização dos assentamentos estrutura-se a partir da criação e em torno do desenvolvimento da “Associação dos Pequenos Produtores Rurais”. O funcionamento dessas associações tem comandado, efetivamente, todo o processo associativo nas áreas objeto de reforma agrária. Se, de um lado, elas têm propiciado a aglutinação e a coordenação dos esforços dos trabalhadores assentados, garantindo uma estrutura mínima para o encaminhamento dos problemas, de outro, têm disseminado algumas práticas que se não forem revistas podem colocar em risco a possibilidade de se destruir instâncias democráticas de auto-gestão.

O objetivo dessas notas é tentar sistematizar algumas observações para subsidiar uma discussão mais aprofundada quer no interior dos assentamentos, quer no âmbito de entidades e organizações envolvidas com a luta dos trabalhadores pela conquista da terra e com o seu processo organizativo subsequente. A reflexão aqui apresentada representa um esforço de estruturação da experiência vivenciada pelos autores em diversos momentos de suas vidas com a luta dos trabalhadores pela conquista da terra, assim como da experiência de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Arquidiocese da Paraíba e da experiência recente com o Projeto Lumiar. Trata-se, portanto, de uma tentativa de dar forma a uma série de inquietações que têm surgido a partir do contato direto com a realidade dos assentamentos. É um esforço em sistematizar informações e observações colhidas no cotidiano, buscando repartir as inquietações e as buscas com outros atores intervenientes no processo de democratização da estrutura fundiária e de melhoria das condições de vida de parte da população rural brasileira.

Busca-se desenvolver a reflexão em quatro momentos: a tradição cultural da população rural; as formas organizativas gestadas durante o processo de luta pela

---

<sup>1</sup> - Professores dos Departamentos de Geociências, Economia e Psicologia da Universidade Federal da Paraíba.

conquista da terra; as formas associativas sedimentadas após a aquisição da terra e; algumas proposições de encaminhamento, à guisa de conclusão.

## **A tradição cultural**

Dentre as marcas culturais da população rural nordestina pode-se destacar dois aspectos que estão intimamente correlacionados: o conformismo e a busca de soluções individuais com base em um elemento externo.

### *a) Conformismo como traço característico da cultura camponesa*

O conformismo é um traço muito forte da cultura camponesa, sedimentado pela religiosidade católica tradicional. Para o homem do campo, tudo o que acontece é decorrência da vontade divina contra a qual é inútil lutar, mas à qual, ao contrário, deve-se subordinar. A fome, a miséria, a doença, a morte, tudo ocorreria conforme estabelecem os desígnios divinos.

Tal visão de mundo desempenhou um papel fundamental na estruturação da sociedade rural. Se tudo é vontade de Deus, a divisão da sociedade em senhores e escravos, em patrões e moradores, em proprietários e trabalhadores, em ricos e pobres tem que ser aceita e cultivada. A insubordinação, a desobediência, a contestação, a revolta são sentimentos que devem ser afastados, dando lugar à obediência, ao respeito, ao acatamento das ordens, dos costumes e das leis (Comblin, 1975).

Essa concepção religioso-social tinha uma manifestação concreta nas relações entre a Igreja e a oligarquia fundiária: nas igrejas havia lugar de destaque reservado para os proprietários e seus familiares, a mesa dos senhores acolhia a hierarquia eclesiástica, etc. Os donos do mundo tinham um lugar destacado no espaço religioso, manifestação explícita de que essa ordem terrena conformar-se-ia a uma ordem espiritual.

### *b) A procura de soluções individuais pela mediação externa*

A busca de soluções individuais a partir de um elemento externo é uma decorrência da visão fatalista de mundo. Basicamente, recorre-se à divindade e aos santos, instâncias intermediárias de apelação, diante das adversidades. Enquanto o socorro divino não chega, busca-se recurso no senhor das terras. Controlar o acesso à terra representa deter o poder sobre a fonte de trabalho e de vida da massa camponesa. Desse modo, a proteção do senhor da terra é fundamental para a sobrevivência do trabalhador e da sua família. O senhor era quem detinha também as chaves de acesso não só à terra como também a outros bens e serviços, tais como saúde, segurança, etc.

As limitações das condições objetivas de sobrevivência levam à busca das soluções fora de si mesmo e de sua classe, o que caracteriza o processo de alienação: buscar a fonte e o motivo da ação em outra pessoa ou instância, deixar que esse outro externo aja em seu lugar. O mais grave é que a busca desse elemento externo de resolução dos problemas, implica no acatamento subordinado dessa entidade



bem como das regras societárias daí decorrentes por parte dos camponeses. Vale dizer que o espaço das ações da massa está delimitado pela sua subordinação às regras e aos princípios estruturadores da ordem vigente. Agir fora desses contornos constitui na representação camponesa um ato culposos, quando não criminoso, que deve ser evitado. Só a extrema necessidade leva à rebeldia, à insubordinação, à insurreição. Desses desvios, os maiores exemplos da nossa história são os quilombos, a guerra do “quebra quilos”, os movimentos messiânicos, a formação dos bandos de cangaço e, mais recentemente, os movimentos de organização dos trabalhadores rurais tais como as Ligas Camponesas, a JAC (Juventude Agrária Católica), a ACR (Ação Católica Rural), o MER (Movimento de Evangelização Rural) a CPT (Comissão Pastoral da Terra), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), esses últimos atuando sempre nas tênues fronteiras entre a legalidade e a justiça.

É interessante observar que se, de um lado, a religiosidade foi o elemento que estruturou essa concepção ideológica, de outro lado, foram alguns segmentos da Igreja Católica acima referenciados que deram sustentação à resistência camponesa na sua luta pela terra, nas últimas três décadas, em particular após o golpe militar de 1964. Com efeito, após o golpe, houve o dismantelamento dos movimentos de massa presentes no campo: as ligas camponesas foram desbaratadas, a atuação dos partidos políticos ficou bastante limitada. Naquele momento, a partir da atuação do chamado clero progressista foi sendo gestada uma retomada das organizações dos trabalhadores rurais. Embora a organização sindical continuasse atuando, a sua ação não só passou a ser estreitamente vigiada, como também sofreu um forte processo de cooptação por parte do aparelho militar.

Na verdade, os sindicatos rurais passaram a ser uma sucursal do sistema previdenciário, principalmente após a criação do FUNRURAL, quando os sindicatos passaram a intermediar as aposentadorias dos trabalhadores idosos e a prestar assistência médica e odontológica nos ambulatórios implantados pelo sistema previdenciário oficial. Se o movimento sindical encontrava-se dominado e subordinado aos interesses do estado militar, por outro lado os problemas do campo aceleravam-se em decorrência do processo de modernização da agricultura que estava em curso. A agudização dos problemas sociais no campo vai levar alguns membros do episcopado e do clero brasileiro a se posicionarem de forma clara pela reforma agrária (Moreira e Targino, 1997).

### **Formas organizativas durante a luta pela terra**

A história recente dos trabalhadores na luta pela terra representa uma ruptura com a visão de mundo consolidada na cultura camponesa. Em primeiro lugar, constitui uma desobediência em relação aos poderes constituídos e, em segundo lugar, uma mudança da cosmovisão segundo a qual as condições de vida do povo não são pré-determinadas pela divindade, mas resultado da exploração humana. E mais, essa exploração representa uma desobediência a Deus, pois os bens da terra foram criados para o bem de todos e não de alguns. Essa transformação não se dá espontaneamente, mas é propulsionada pelas críticas condições impostas aos trabalhadores: ou reagem ou têm a vida e a dignidade jogadas fora. Nesse processo

é fundamental a presença de um agente externo de transformação, em particular dos agentes pastorais. Parcela da Igreja Católica rompe a sua secular aliança com a ordem estabelecida e busca construir uma nova ordem, o que é visto pelos antigos aliados como uma traição. Alguns padres saem da mesa dos patrões para se constituírem em seus principais oponentes. A foto, publicada em jornais na década de 70, de Dom José Maria Pires, de Dom Hélder Câmara, de vários padres e agentes pastorais tangendo o gado do patrão que estava destruindo a lavoura dos trabalhadores em Alagamar, retrata com muita clareza a nova situação de alianças (Moreira, 1997). Além da presença da Igreja, os trabalhadores têm contado com o apoio de sindicatos, de grupos de estudantes e de intelectuais e mais recentemente do MST no processo de sua conscientização e de sua mobilização.

A situação objetiva em que se encontravam ou em que se encontram e os apoios desses elementos externos são determinantes no processo de deflagração e de sustentação da luta. Colocados em uma situação de confronto a que não estão habituados, onde os oponentes são os detentores do poder econômico além de gozarem do respaldo do poder político, do poder judiciário e do poder militar, os trabalhadores têm que construir um processo organizativo que garanta a unidade do grupo e a sua capacidade de resistência. São elementos fundamentais nessa dinâmica:

*a) a consolidação do sentimento de pertinência ao grupo*

Essa consciência se assenta na condição objetiva de perigo e de agressão a que um determinado grupo de trabalhadores se acha submetido por um conjunto de agentes externos (proprietário, capangas, polícia, etc.). Essa situação aumenta substancialmente a coesão do grupo, ficando, nesse período de perigo, amortecidas as diferenças, divergências e antagonismos existentes no seu interior. O fato de estarem todos em face de uma situação de agressão externa é fundamental para a formação do sentimento de grupo. Por interferência do trabalho da Igreja, o grupo passa a se chamar de “comunidade”, onde “todos são iguais”, “todos falam por uma boca só”. Se por um lado, a idéia de “união” é fundamental para se ter força na luta, por outro lado pode dar margem a uma concepção ambígua de democracia, onde “todos” têm direito de dar a sua opinião, mas a divergência é vista como quebra dessa união. Algumas vezes, na prática, “todos falam por uma boca só” mesmo: o “líder” fala por todos ou um sub-grupo, com algum tipo de poder na comunidade, fala e decide “democraticamente” por todos.

*b) a mobilização de todos os membros*

A busca de encaminhamentos para responder rápida e eficientemente aos problemas concretos requer a participação de todos os integrantes do grupo. A mobilização de todos os membros da comunidade, ou de quase todos, é uma característica marcante do processo de organização. Isso ocorre mesmo nos momentos de confronto físico com as forças policiais ou com os homens armados pelo patrão. Para tanto, faz-se necessário, ao longo de toda a luta, um intenso processo de formação e conscientização a partir do cotidiano de enfrentamentos e

de resistência. Além disso, requer também o sentimento de “disciplina” no interior e nas atividades do grupo. A idéia de “disciplina” que prevalece inclui, por vezes, a idéia de hierarquização de funções, onde alguns decidem e os outros cumprem a decisão.

*c) a organização de comissões*

Uma estratégia bastante freqüente é a organização de comissões para o encaminhamento de diferentes questões. Esse procedimento permite que as pessoas se agreguem e se organizem independentemente da figura de um dirigente ou de um chefe, pois há o funcionamento de várias comissões ao mesmo tempo. O que vale dizer que não há a personalização do movimento na figura de uma pessoa carismática. Com isso não se quer afirmar a inexistência de lideranças no movimento. Porém, diferentemente das lideranças habituais que, através da sua capacidade individual mantém a ação coletiva, tenta-se fazer com que as lideranças surgidas da luta encontrem a sua sustentação na ação coletiva. O funcionamento das comissões, ao requerer o envolvimento direto dos trabalhadores, é uma oportunidade efetiva de crescimento e de formação para eles e propicia um exercício real de distribuição de responsabilidades e, portanto, de poder no interior da comunidade. Embora se reconheça a importância das comissões no envolvimento de um número maior de trabalhadores e, portanto, na democratização da luta, não se pode negar que as comissões também desempenharam uma importante função na estratégia de segurança do grupo, uma vez que *“tinha gente que estava do outro lado e se tudo fosse discutido abertamente o patrão sabia e a polícia sabia”*. Isto é, as comissões constituíam uma instância de discussão e articulação das medidas a serem tomadas para enfrentar o poder dos patrões e da polícia, a exemplo dos mutirões para arrancar a cana e o capim, das formas de organização para enfrentar a agressão dos capangas e da polícia.

*d) a organização de trabalhos em mutirão*

No processo de luta, são bastante comuns as tentativas de explorar a tradição do trabalho em mutirão pelo qual o camponês se dispõe a prestar dias de serviço no roçado do companheiro quando se faz necessário (Camargo, 1994). A execução do mutirão em roçados comunitários, além de garantir uma renda para as despesas da luta, tem também como funções o reforço da coesão do grupo e, nos momentos mais críticos, a garantia da segurança física dos comunitários face às agressões dos proprietários;

*e) o envolvimento das mulheres na organização da resistência*

A participação das mulheres é outro ponto que merece destaque. Rompendo com um outro traço da cultura camponesa, a posição subordinada da mulher é superada, ainda que temporariamente, pela necessidade de sua participação em momentos decisivos da organização. Isso faz com que ela assuma a posição de companheira na resistência. Não são poucas as figuras femininas que se destacam. A

presença da mulher é particularmente importante nos momentos de enfrentamento com as forças policiais e com os bandos armados, nas mobilizações para as ocupações de praças e prédios públicos, na organização de manifestações públicas, nas organizações de mutirões para a realização de atividades internas, na sustentação das roças familiares e comunitárias etc. A mulher é forçada a sair do espaço doméstico a que está confinada pela tradição e pelos costumes camponeses e a exercitar uma nova possibilidade de inserção social num momento agudo, mas transitório, da vida do grupo. Passada a excepcionalidade da situação do conflito produzido pela luta da terra, a maioria das mulheres volta a sua situação costumeira no interior da família camponesa: *“Passado o conflito, afastado o perigo, vitoriosa a luta pela conquista da terra, o pacto firmado entre homens e mulheres durante a luta é suspenso, com isso volta-se à divisão dos espaços: público para os homens, privado para as mulheres”*(Miele e Guimarães, 1998, p 214).

*f) envolvimento dos jovens e das crianças*

Também importante é a participação dos jovens e até mesmo das crianças, seja enquanto elementos de manutenção das tarefas agrícolas que garantem a sobrevivência familiar, seja enquanto agentes ativos nas formas encontradas de sustentação pública do movimento como, por exemplo, nas ocupações e passeatas; essa participação de crianças tem, inclusive, sido utilizada por alguns juizes como fundamento para acusar alguns agentes de pastorais de impor maltratos físicos a crianças e adolescentes.

Em suma, a luta pela conquista da terra requer uma dinâmica de organização que envolva todos os membros da comunidade. Esse envolvimento é particularmente propiciado pela estratégia de formação de comissões que também inibe o surgimento de lideranças messiânicas, “acima” e “adiante” da comunidade. O perigo externo embora seja um elemento importante da agregação não é o único fator mobilizador. A mudança de mentalidade e o sentimento de unidade resultantes do processo de resistência do grupo também jogam um papel decisivo. Ao mesmo tempo, e de forma ambígua, essa experiência de gestão apesar de buscar a repartição de responsabilidades e o envolvimento de todos, algumas vezes tem também reproduzido mecanismos de concentração de poder com o surgimento e consolidação de lideranças que passam a deter o controle e a comandar as ações de organização do grupo.

Sem dúvida, o trabalho de organização dos trabalhadores implica na superação de uma gama significativa de dificuldades, dentre as quais pode-se destacar: a) a dispersão dos lugares de moradia dos trabalhadores impõe limitações para a realização de reuniões; b) a presença no grupo de trabalhadores ligados aos proprietários e que funcionam como olheiros, transmitindo aos patrões as decisões tomadas pelo grupo assim como procurando desmobilizar os trabalhadores; c) a inexistência da prática de se reunir, pois os trabalhadores só se reuniam nas missas, no mais viviam em suas casas, cuidando de suas lavouras; d) não havia a consciência dos direitos; e) existência de desentendimentos entre os trabalhadores proveniente de diversos fatores: desavenças antigas, pontos de vista diferentes sobre a situação conflituosa, conflitos religiosos entre católicos e protestantes; f) a vida dos

agricultores é muito centrada na família, onde quem manda é o pai, gerando uma relação de subordinação em relação à posição da mulher e dos filhos, etc.<sup>2</sup>

### **As formas associativas após a conquista da terra**

A conquista da terra após um longo processo de luta coloca os trabalhadores em uma situação absolutamente nova nas suas vidas, onde pode-se destacar alguns aspectos:

a) cessa o perigo externo a que estavam submetidos, que, como foi visto acima, desempenhava uma função importante na coesão interna do grupo. Doravante essa coesão deve ser buscada unicamente nos interesses internos do grupo que não são estritamente homogêneos, o que vale dizer que o grupo deve desenvolver uma capacidade muito maior de articulação interna para conviver com as diferenças e com os interesses conflitantes;

b) desaparece a figura do patrão que durante toda a história de vida dos trabalhadores dirigia o seu destino e o de suas famílias. Com a conquista da terra, o trabalhador de ontem passa à condição de gerenciador de uma unidade produtiva, requerendo dele capacidade de decisão e de poder organizativo. Essa mudança, obviamente, não é simples, sobretudo considerando-se que ela ocorre em uma situação de extrema penúria da família dos trabalhadores, sem qualquer nível de acumulação prévia, na grande maioria dos casos. Acrescente-se a isso, a necessidade de também interferir na organização da vida do assentamento, o que implica em ter de controlar gastos e receitas da associação sem ter tido uma preparação mais sólida para tanto. Levando-se em consideração o alto nível de analfabetismo prevalecente entre os chefes de família, essa dificuldade torna-se significativamente maior;

c) a organização interna dos trabalhadores passa a sofrer uma influência direta de órgãos governamentais, gestores das políticas fundiária e agrícola, diminuindo gradativamente o papel desempenhado pelas assessorias seja da Igreja, seja de outras instituições não governamentais que os acompanharam na luta pela conquista da terra (Moreira e Targino, 1997). A criação de uma associação passa a ser condição necessária para que os assentados tenham acesso aos benefícios dos programas assistenciais e creditícios dirigidos quer pelos órgãos gestores da política agrária quer da política agrícola. Algumas associações surgem, portanto, como uma imposição externa, onde o presidente passa a ser o grande interlocutor entre a comunidade e os órgãos públicos, propiciando o fortalecimento de uma estrutura centralizada de poder entre os assentados.

Essas mudanças vão implicar em novas formas de organização das comunidades rurais. Por exigência dos órgãos governamentais que condicionam a concessão de alguns benefícios à existência de associações comunitárias, são fundadas essas entidades segundo um modelo mais ou menos padrão. Nesse particular, vale a pena lembrar que não se observam diferenças marcantes entre os estatutos dessas entidades. É possível encontrar casos de prefeituras que já têm todo o processo formal de criação de associações organizado: estatutos, convocações de reuniões, atas, etc. Basta fazer os ajustes imprescindíveis: mudança dos nomes das

---

<sup>2</sup> Para uma melhor compreensão do processo organizativo dos trabalhadores durante o processo de luta pela permanência na terra, veja Moreira, 1997.

associações, das datas, da composição das diretorias, imprimir os documentos e dar entrada ao processo de registro das associações.

Esse novo modelo organizativo representa, no mínimo, duas mudanças básicas em relação à dinâmica anterior: em primeiro lugar surge a figura de um presidente que, por força do cargo, passa a deter um poder que antes era distribuído pelas diferentes comissões, originando uma estrutura verticalizada de poder e, inclusive, dando margem, à personalização do poder, alimentando tendências de estruturação e concentração de poder que algumas vezes são vivenciadas durante o processo de luta; em segundo lugar, e com raras exceções, há a exclusão de uma parcela significativa de membros das comunidades, principalmente das mulheres, dos jovens e das crianças, do processo de discussão dos problemas e de decisão sobre os encaminhamentos a serem seguidos, uma vez que em muitos casos só os chefes das famílias assentadas associam-se nas entidades criadas.

A redução do nível de engajamento dos trabalhadores com o coletivo é uma outra tendência que se observa após o assentamento, isto é, assiste-se ao reforço do traço individualista da cultura camponesa. É freqüente a afirmativa de que após a conquista da terra diminui a união do grupo. Alguns fatores concorrem para isto, podendo-se sublinhar:

a) a disputa pela partilha dos lotes melhor situados é uma razão freqüente para o início de querelas entre os assentados;

b) a necessidade de garantir a subsistência familiar com o trabalho na gleba faz com que um dia dedicado a reuniões ou à realização de tarefas coletivas seja uma redução efetiva na “renda” familiar;

c) a ênfase dada pelas associações ao aspecto econômico-produtivista dos assentamentos, inclusive por força das ações do poder público, coloca em segundo ou terceiro lugar outras dimensões da vida dos assentados como educação, saúde, lazer que teriam um papel importante no processo de aglutinação de esforços e compartilhamento de tarefas;

d) durante o período de luta não se discute suficientemente a idéia de como conviver com as diferenças de opiniões e de interesses existentes na comunidade, pois o que interessa é o reforço da unidade e da homogeneização do grupo para que seja garantida a sua coesão. Deixando de existir o “inimigo externo”, a coesão não aparece mais como a prioridade. As divergências aparecem e não se sabe muito bem o que fazer com elas, como trabalhá-las, levando o grupo a se frustrar e, no limite, a se dividir.

As associações resultantes do processo de organização durante a luta pela terra e da interferência dos órgãos governamentais apresentam níveis organizacionais e dinâmicas de funcionamento bastante diferenciados. Numa tentativa preliminar de caracterizá-las, é possível identificar pelo menos quatro tipos de dinâmicas no funcionamento dessas associações:

a) *associações com descentralização organizada do poder*: do período da luta pela conquista da terra, algumas comunidades conseguiram manter o princípio da participação comunitária como eixo principal da organização do assentamento. Embora seja adotada a estrutura formal das associações com todos os seus cargos, a organização real do assentamento não está a ela subordinada. Para tanto são mantidos alguns mecanismos: há um rodízio nos cargos de direção da associação,

permitindo que várias pessoas passem pelo aprendizado de exercer esses cargos; as assembleias são dirigidas por membros da comunidade previamente determinados e não exclusivamente pelo presidente; mantém-se a estrutura de comissões para resolver os problemas que aparecem, o que garante, de um lado, a mobilização de um maior número de pessoas e, de outro lado, a despersonalização do poder da figura do presidente. No entanto, mesmo nessas comunidades, observa-se uma baixa participação das mulheres que não sejam cabeça de família assim como dos jovens e das crianças. Ainda que permaneça bastante elevada a união no grupo, é possível notar um arrefecimento na sua coesão interna seja pelo surgimento de atritos na determinação dos lotes, seja pela desmobilização para a realização das tarefas comunitárias;

b) *associações com descentralização anárquica do poder*: alguns Projetos de Assentamento conservam do tempo da luta a prática da discussão coletiva dos problemas, porém perderam a capacidade de encaminhamento das soluções. A comunidade não consegue o envolvimento dos seus membros na execução de tarefas comuns previamente acertadas, desenvolvendo-se a prática de se acusar mutuamente pelo não cumprimento das decisões acordadas. Essa prática desenvolve as diferenciações internas, acirrando os conflitos. Em virtude dos laços de parentescos existentes, os desentendimentos ganham facilmente uma dimensão muito maior do que atritos interpessoais. O clima de descomprometimento pelo coletivo (e não raramente também no nível individual) praticamente impede o surgimento ou fortalecimento de lideranças. A direção da associação não consegue levar adiante o processo organizativo, havendo um rodízio permanente nos cargos de direção das associações. Destaque-se que, ao contrário do caso anterior, onde o rodízio representava um comprometimento da comunidade com o coletivo, no presente caso ele reflete o esvaziamento de uma proposta de organização e do comprometimento do grupo com ela;

c) *associações com centralização do poder mantendo a unidade*: em muitos assentamentos, a organização da comunidade desembocou na constituição de uma associação que passou a exercer o efetivo controle das decisões. A estrutura verticalizada do poder ensejou o surgimento de lideranças que, na qualidade de presidentes, passaram a personalizar o poder dentro dos assentamentos, não deixando espaço para a consolidação interna de um grupo de oposição. Os demais membros da diretoria são pessoas da sua mais inteira confiança, quando não com laços de parentesco, que se limitam a uma função de coadjuvantes e não de interlocutores ativos. Como a configuração das intervenções do INCRA e das demais instituições pública privilegia a estrutura da associação como o canal de interlocução, a figura do presidente adquire status de única e exclusiva via de acesso aos melhoramentos e benefícios para a comunidade. Nesses casos, “o presidente tem fortes ligações com os políticos locais” (prefeito e vereadores) e, segundo a apreciação de um membro da CPT, “só pensa em projetos: ‘Vou trazer projeto tal’ como se fosse um político. O presidente gosta de ser assim, mas também os sócios acham bom que haja alguém que seja o tal para ter os seus problemas resolvidos sem precisar fazer força”. Desse modo, os presidentes de associações conseguem se manter quase que definitivamente no poder, passando as eleições a serem uma mera formalidade administrativa; não raramente as eleições ocorrem por aclamação. Observa-se, em

muitos casos, um processo de burocratização da vida associativa. As assembleias deixam de ser uma instância de discussão dos problemas para se tornarem instâncias de homologação das decisões tomadas e apresentadas pela direção da associação. Nesses casos, há pelo menos dois tipos de riscos: o primeiro é a transformação do presidente em representante da oligarquia política local com uma vinculação muito forte aos esquemas do poder municipal; o segundo é o risco de usufruto pessoal do poder com malversação ou desvio dos recursos comunitários, ou ainda com o aproveitamento do posto para garantir algumas vantagens pessoais (cargo na administração municipal, pagamentos de diárias, etc.). É interessante observar que várias associações estão procurando se transformar em cooperativas, única e exclusivamente para aproveitarem a possibilidade de acesso ao dobro do financiamento oferecido antes pelo PROCERA e hoje pelo PRONAF<sup>3</sup>. Saliente-se que a estrutura de poder dentro da cooperativa em nada difere da existente nas associações. A respeito da importância que assume a figura do presidente na vida dos assentamentos Ieno Neto e Blamat, 1998, p. 167, afirmam:

*“Foi dito que tudo fica nas costas do presidente, para o bem e para o mal. Os assentados delegam ao presidente a solução dos problemas do assentamento. O resultado é que o presidente concentra muito trabalho, informações e decisões. Se ele quiser usar isso para proveito próprio e/ou de um pequeno grupo de assentados, ele faz. Se ele quiser ser eficiente no encaminhamento dos problemas do assentamento, ele tem dificuldades: não consegue agradar a todos, não dá conta de encaminhar todo o trabalho, não consegue dar conta de seu próprio roçado e/ou de sua família”.*

d) *associações com centralização do poder, sem superação da divisão interna*: tal como no caso anterior, aqui também a organização da comunidade em associação levou ao abandono da prática de gerenciamento coletivo do assentamento em virtude do fortalecimento da figura do presidente. No entanto, as disputas internas adquiriram visibilidade e consolidaram-se na estrutura de poder comunitário. O presidente tem que conviver com uma oposição, no mais das vezes, sistemática. É comum encontrar, nesses casos, um tratamento claramente discriminatório da direção da associação em relação aos integrantes da oposição, buscando o seu aniquilamento político. Se, de um lado, a presença de um grupo opositor reduz os riscos de aproveitamento pessoal do cargo e/ou dos recursos, por outro lado, acirra o atrelamento aos esquemas políticos locais, uma vez que os grupos internos procuram consolidar a sua posição através do apadrinhamento com as lideranças políticas do município. Nos casos extremos, as diferenças tornam-se tão fortes que levam ao desmembramento do assentamento, originando a formação de outra associação.

Evidentemente que, como toda tipologia, a esquematização das formas de organizações dos assentamentos em quatro modelos procura tão somente captar os traços mais gerais daquelas situações que parecem ser as mais marcantes. Com

---

<sup>3</sup> Até 1999 o financiamento para custeio e investimento dos assentados era realizado através do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Desde então, o Governo Federal extinguiu o PROCERA e os assentados passaram a ter acesso aos recursos oferecidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).



certeza, nenhum caso individual enquadra-se completamente em um dos tipos acima descrito, mas, provavelmente, pode ser reconhecido em um deles com maior ou menor grau de aproximação.

Da descrição feita, pode-se afirmar que o processo de gestão implementado após a conquista da terra é marcado por:

- a) uma verticalização da estrutura do poder decorrente do modelo associativo adotado, cujos cargos estão hierarquicamente ordenados, favorecendo a personalização do poder na figura do presidente;
- b) uma influência decisiva das políticas públicas voltadas para as áreas de assentamento no sentido de favorecer e estimular o fortalecimento dessa forma associativa;
- c) um abandono gradativo de instâncias intermediárias de organização que favorecem a participação ativa de todos os membros da comunidade, restringindo o processo participativo aos chefes de família;
- d) uma transformação gradativa das assembleias em instâncias formalmente homologadoras das decisões tomadas pela direção das associações;
- e) tendência à “perpetuação” das lideranças em consequência dos laços de favores e de apadrinhamento que se criam internamente;
- f) atrelamento da organização dos assentamentos a grupos oligárquicos locais.
- g) a dificuldade das associações trabalharem as divergências internas entre os assentados, em muitos casos estas surgem dos encaminhamentos tomados pela diretoria. Essas divergências são consideradas como *“algo muito sério, pois prejudica fortemente aquilo que foi considerado fundamental para a vitória na luta pela terra: a união de todos em função de um objetivo comum”* (Ieno e Bamat, 1998:196).

### **Alguns encaminhamentos à guisa de conclusão**

A realidade organizativa encontrada na maioria dos assentamentos leva ao questionamento da inevitabilidade ou inexorabilidade do padrão associativo dominante. De antemão, cabe lembrar que a experiência das comunidades onde há uma experiência de participação mais efetiva mostra que a presença de uma associação não é, necessariamente sinônimo de verticalidade do poder, de centralização das decisões, de controle da vida e da gestão comunitárias. No entanto, é preciso que sejam tomadas algumas precauções a fim de se evitar algumas tendências “naturais” do associativismo, tais como:

- a) colocar nos estatutos um parágrafo limitando o processo de eleição das diretorias de modo a evitar a renovação indefinida de mandatos, transformando os presidentes em mandatários permanentes;
- b) pensar uma organização das associações onde os cargos sejam exercidos de forma mais colegiada, evitando a personalização do poder na figura do presidente;
- c) estimular a prática de formação de comissões ou de grupos de interesse de modo que se tornem instâncias preparatórias e intermediárias de tomadas de decisão. Essa prática tornaria as assembleias em fóruns mais vivos de discussão em vez de instância puramente homologatória das decisões da direção, e na maioria desses casos, do presidente;

d) dar continuidade ao processo de formação e de conscientização dos membros dos assentamentos a respeito do funcionamento e da dinâmica da associação<sup>4</sup>. Esse trabalho tenderia a tornar os membros mais participativos e mais críticos. À medida que aumenta o grau de comprometimento dos integrantes da comunidade com os problemas e com as soluções, reduz-se consideravelmente o risco de se ter uma estrutura de poder verticalizada, pois a direção passa a ser uma executora das decisões coletivas e não a impositora de encaminhamentos isoladamente estabelecidos.

e) adotar práticas de transparência administrativa como, por exemplo, a sistemática de prestação de contas da movimentação financeira do assentamento. Isso, entre outras coisas, facilita a tomada de decisão sobre a utilização e a gestão dos bens coletivos como caminhão, trator, casa de farinha, etc.

f) estimular a elaboração participativa de planos de desenvolvimento para os assentamentos pode ser uma estratégia importante para libertar o assentamento da tutela dos presidentes e para transformá-los em instrumentos viabilizadores das estratégias e dos programas traçados de forma coletiva.

A necessidade de se repensar e de se atuar sobre a estrutura organizativa dos projetos de assentamento é tão mais crítica e urgente à medida que ocorre a “massificação” das desapropriações e a instalação simultânea de vários Projetos de Assentamento pelo INCRA. Não é demais lembrar que muitos dos novos Projetos não resultaram de um processo de luta pela terra que, no passado recente, funcionou também como um mecanismo de formação e de conscientização dos membros das comunidades.

Em muitos desses novos assentamentos, não existe a consciência de pertinência a um grupo, sendo mais facilmente manipuláveis por pessoas ou grupos políticos localmente dominantes. Sem terem passado por um processo de aprofundamento de discussões e de formação mais sistemática no sentido de reforçar a dimensão coletiva da vida nos assentamentos, os novos assentados apresentam uma dificuldade adicional no processo organizativo, uma vez que o traço individualista da cultura camponesa não teve oportunidade de sofrer um choque crítico, conservando-se praticamente intocado. Por isso essa característica deve ser objeto de permanente debate e discussão crítico-pedagógica no interior dos assentamentos e de suas organizações. As dificuldades práticas para se organizar processos produtivos mais eficientes do ponto de vista econômico e social, podem ser o ponto de partida para uma análise das posturas individualistas e autoritárias.

Nesse contexto, ganha uma dimensão maior o papel das assessorias técnicas. Se, de um lado, elas não podem, nem devem, ocupar o lugar dos assentados, transformando-os em meros teleguiados seus, por outro lado, elas não podem circunscreverem-se apenas ao que tradicionalmente tem sido a chamada assistência

---

<sup>4</sup> Convém não esquecer que existe um elemento relativamente novo na dinâmica ideológica rural, qual seja a expansão do protestantismo. Se, de um lado, o protestantismo reforça a idéia da busca da melhoria do padrão dos comportamentos morais individuais, tal como abandono de vícios, e associa a melhoria das condições materiais como sinal da benção divina, por outro lado, não estimula as formas organizativas que ocorrem fora do espaço religioso, numa clara transferência para as relações sociais do princípio religioso de que a salvação é um ato estritamente individual. Vale dizer que são reforçados os traços individualistas da cultura camponesa, representando um elemento complicador não desprezível no processo de formação de uma nova mentalidade associativa entre as comunidades dos assentados.

agronômica. Pois, assim procedendo, corre-se o risco dos assentamentos não ultrapassarem o limite da produção de subsistência. Não se pode esquecer que a pequena produção familiar para sair dos limites historicamente fixados precisa romper com esquemas produtivos, de comercialização e de organização a que estava submetida. Nesse novo cenário, a dimensão organizativa assume um papel estratégico fundamental: os resultados econômicos, sociais, políticos e culturais a serem alcançados estão intimamente condicionados às formas organizativas vivenciadas nas comunidades formadas pelos assentados.

## **Bibliografia**

- Camargo, Regina A. L. *Da luta pela terra à luta pela sobrevivência na terra: do resgate da discussão, ao estudo de experiências concretas de reforma agrária na Paraíba*. João Pessoa, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFPB, 1994.
- Comblin, Joseph. *Teologia da Enxada*. Petrópolis, Editora Vozes, 1975.
- Ieno Neto, Genaro e Bamat, Thomas (org). *Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba*. João Pessoa, Unitrabalho/UFPB, 1998.
- Miele, Neide e Guimarães, Flávia. As mulheres nos assentamentos rurais: o antes e o depois. In Ieno Neto, Genaro e Bamat, Thomas (org). *Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba*. João Pessoa, Unitrabalho/UFPB, 1998.
- Moreira, Emília. *Por um pedaço de chão*. João Pessoa, Editora Universitária, 1997.
- Moreira, Emília e Targino, Ivan. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa, Editora Universitária, 1997.

# ANÁLISE PRELIMINAR DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL<sup>1</sup>

**Rosemeire Aparecida de Almeida<sup>2</sup>**

## **Introdução**

A análise da assistência técnica estatal nos assentamentos rurais no Estado do Mato Grosso do Sul insere-se no projeto “Avaliação do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária”, realizado em 1998, por sua vez, resultado de uma ampla discussão a respeito da questão agrária brasileira, principalmente no que se refere as dificuldades de acesso e permanência na terra pelos assentados. Deste modo se a luta pela terra é uma luta específica de um segmento da sociedade, a Reforma Agrária é uma luta de todos porque possui um sentido mais amplo. Portanto, investigar e analisar os desdobramentos da luta pela terra, principalmente os instrumentos creditícios e a assistência técnica, é hoje algo premente, tanto em função da carência de pesquisas sobre a temática como pela relevância da problemática.

Na pesquisa realizada com os técnicos agrícolas e agrônomos que prestam assistência técnica aos assentamentos de Reforma Agrária, no MS, foram entrevistadas 17 pessoas. Verificamos que alguns são responsáveis por vários assentamentos dependendo da localização do escritório.

A empresa estatal EMPAER — Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul, aparece como única na assistência aos 22 assentamentos selecionados na pesquisa de Avaliação do PROCERA, em que a assistência técnica é parte integrante.

Em relação à escolarização dos entrevistados, 70,6% (12 no total) têm formação média em agropecuária. A minoria, 29,4% (5), tem nível superior - agronomia. Embora se tenha verificado a presença de engenheiros agrônomos trabalhando com os assentados, e se em tese esses profissionais oferecem melhores condições de assistência por terem uma visão mais globalizante do processo, tal inferência não foi confirmada na pesquisa. O local de formação da maioria dos técnicos agrícolas tem sido o CERA — Centro Educacional Rural de Aquidauana —, sendo, por sua vez, a UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – a instituição de formação dos engenheiros agrônomos. Há alguns profissionais formados em outros Estados, como: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba.

Quanto à empresa de assistência técnica, todos os entrevistados são funcionários da EMPAER, fato já citado anteriormente. Os entrevistados fizeram referência as mudanças introduzidas a partir do Projeto LUMIAR de assistência técnica. No entanto, as informações não foram trabalhadas porque os assentamentos

---

<sup>1</sup> Texto elaborado com informações obtidas através do Projeto “Avaliação do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária no Estado do Mato Grosso do Sul”, com coordenação nacional da FCAU/UNESP e recursos da FAPESP/FINEP-BID/INCRA.

<sup>2</sup> Professora assistente do curso de Geografia DCH/CEUL/UFMS e integrante da Coordenação Sul-Mato-Grossense do Projeto de Avaliação do PROCERA, 1998.

selecionados para nossa avaliação não são atendidos pelo LUMIAR, pois esse entrou em funcionamento em 1997 atendendo apenas aos “novos” assentamentos.

### **Compromisso do técnico**

Considerando-se o critério tempo de trabalho no assentamento, podemos classificar a atuação dos técnicos da seguinte forma: 17,6% (3), entre 1 e 3 anos; e 82,4% (14), entre 4 e 13 anos. Assim concluímos que os entrevistados têm significativa experiência junto aos assentados, portanto desconhecimento da realidade não parece ser o problema maior.

Em relação à periodicidade de acompanhamento técnico no assentamento, a maioria diz fazer visitas semanais (3), no entanto alguns admitem a impossibilidade da assistência, como no depoimento do técnico do assentamento Indaiá (Itaquiraí): *“É impossível responder a essa pergunta, basta dizer que temos aqui mais de 600 famílias para atender”*.

Quanto à forma de atendimento, são as mais diversas possíveis, a saber: visitas (individuais e grupos); palestras; cursos. O atendimento por grupo foi apontado como a forma de trabalho mais utilizado, considerando que há um técnico por município. As visitas individuais, segundo a maioria, existem no caso de solicitação ou para expedição dos laudos exigidos pelo banco (fiscalização).

Os chamados “contatos” também são apontados como forma de atendimento: esses contatos são as visitas que os próprios assentados fazem ao técnico no escritório. Os dados, que podem ser visualizados no Quadro 01, sobre número de assentados atendidos são extremamente preocupantes e confirmam a impossibilidade do trabalho de assistência individual/semanal. É necessário ressaltar que o técnico foi orientado a incluir na resposta todos os projetos atendidos e não somente o assentamento em destaque.

Em relação ao período de trabalho em que realiza as idas ao assentamento, nenhum técnico conseguiu enquadrar suas visitas nas etapas propostas pelo questionário. Todavia, baseando-se nas respostas obtidas, essas foram agrupadas da seguinte forma:

a) Elaboração do projeto: atendimento em grupo, de três a seis visitas/ano, dependendo do número de assentados.

b) Plantio; tratos culturais; colheita: três visitas/ano individuais, visando, na maioria, à elaboração do laudo de fiscalização. (Lembrando que no assentamento Marcos Freire, o escritório de Dois Irmãos do Buriti, responsável pela assistência, permaneceu oito meses sem técnico, segundo depoimento do entrevistado, o que acarretou problemas junto à Comissão Estadual do PROCERA pela inexistência dos laudos exigidos).

c) Animais (compra e manejo): uma visita por grupo para compra. O manejo é orientado através dos cursos e mediante solicitação.

Com relação à comercialização das culturas e dos animais foi unânime a ausência dos técnicos no processo, a maioria justifica através de questões como falta de tempo e desconfiança do assentado.

**QUADRO 01 - RELAÇÃO TÉCNICO/NÚMERO DE FAMÍLIAS**

<b>TÉCNICO/MUNICÍPIO</b>	<b>Nº DE ASSENTADOS</b>
PARANHOS	136
RIBAS DO RIO PARDO	306
NOVO HORIZONTE DO SUL	758
DOIS IRMÃOS DO BURITI	187
TERENOS	60
GUIA LOPES DA LAGUNA	171
NIOAQUE	693
ANASTÁCIO	431
JATEÍ	111
NOVA ANDRADINA	450
ITAQUIRAÍ	632
CORUMBÁ	150*
SANTA RITA DO PARDO	46
BELA VISTA	47
BODOQUENA	270
BONITO	30
SIDROLÂNDIA	132

\* Representa a soma do número de famílias que, divididas em grupos, são atendidas atualmente pelo entrevistado nos 04 assentamentos alvos da pesquisa de Avaliação do PROCERA, 1998.

### **Grau de compromisso com as necessidades/potenciais da região**

A escolha da cultura e/ou da criação é feita mediante as seguintes observações: solo; mercado; aptidão do assentado; zoneamento (vocação da região); procedência do animal; objetivos do assentado e infra-estrutura. No caso do assentamento Marcos Freire, o entrevistado alega não ser possível orientar pelos critérios básicos, pois há interferência de atravessadores, conhecidos como "marreteiros" os quais, na maioria das vezes, ditam a cultura e compram o produto antes mesmo da colheita.

Em rela o ao fornecimento de sementes, matrizes e insumos, no geral observam-se os seguintes aspectos: semente certificada; tipo de solo; procedência; adapta o; variedade; idade; atestado negativo de doenças, como brucelose, aftosa e preço. Alguns técnicos não conseguiram entender a pergunta e, portanto, deixaram de responder ou então repetiram a resposta dada na questão anterior. Nos critérios utilizados para a defini o dos preços, os entrevistados se dividem entre a orienta o visando   compra em grupo mediante pesquisa no município e total ausência dos técnicos nos casos de compra de animais. Quanto aos critérios de viabilidade econômica apontados, destacamos: análise do mercado (rentabilidade); culturas de baixo risco (ex. mandioca); diminui o do frete; proximidade com agroindústrias; demanda local; infra-estrutura da família; solo.

  interessante ressaltar que dois técnicos afirmaram que essa viabilidade econômica já está definida pela Comissão Estadual do PROCERA, situa o geradora de certo zoneamento regional: basta seguir as orienta es (pacote) e montar os projetos. Esse tipo de afirma o nos leva a pensar a inexistência de um trabalho conjunto técnico-assentado. Todavia, na verdade   um enquadramento segundo uma

média regional existente, embora a heterogeneidade tanto das condições materiais quanto humanas seja a marca registrada dos assentamentos no Estado.

A forma encontrada pelos entrevistados para orientar os assentados no projeto PROCERA constitui-se de reuniões, visitas, cursos, com objetivos variados, tais como: “incentivar a busca de retorno financeiro e garantir a subsistência”; “mostrar alternativas de acordo com dimensão do lote e buscar superar as dificuldades de planejar”; “aplicar os recursos conforme planejado no projeto”; “orientar o assentado, mas deixá-lo decidir, pois quem vai pagar é ele”.

Dentre estes depoimentos, chamamos a atenção especificamente para o de Corumbá, porque traduz uma preocupação crescente dos entrevistados: “A orientação para opção pelo PROCERA/investimento visando à aquisição de gado tem garantido um retorno seguro para o assentado, pois ele tem leite diário e bezerros no final do ano”.

Quanto à definição das atividades desenvolvidas nos assentamentos, conforme demonstra o Quadro 02, há uma diversidade muito grande de respostas. Destarte, acreditamos que a influência do técnico depende da realidade de cada assentamento.

**QUADRO 02 - DEFINIÇÃO DE ATIVIDADES PELO ASSENTADO/TÉCNICO (%)**

<b>TÉCNICO/MUNICÍPIO</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>
Bodoquena	80	15	5
Sidrolândia	3	95	2
Terenos	99	1	0
Anastácio	30	50	20
Jateí	80	0	20
Nova Andradina	95	0	5
Corumbá	80	15	5
Novo Horizonte do Sul	85	10	5
Dois Irmãos do Buriti	100	0	0
Bonito	100	0	0
Nioaque	50	30	20
Bela Vista	45	20	35
Itaquiraí	90	0	10
Santa Rita do Pardo	40	30	30
Guia Lopes da Laguna	50	30	20
Paranhos	30	60	10
Ribas do Rio Pardo	100	0	0

A: Em média quantos já definiram sua cultura/criação?

B: Quantos mudam de opinião após a consulta do técnico?

C: Quantos não têm nenhuma opinião e a assistência orienta a escolha

Observa-se que houve diferença de percentual para cultura e criação. Apresentamos a média para cultura. No caso para criação, o entrevistado considera que 100% dos assentados mudam de opinião após consulta técnica.

### **Postura do técnico perante o PROCERA**

No que se refere à participação do assentado no processo de contato com a agência bancária, 64,7% (11) dos entrevistados disseram que é o técnico quem intermedeia a relação agência bancária-assentado, com destaque para o depoimento

do técnico de Itaquiraí: “o contato é com a EMPAER (técnico), o assentado só assina, pega o dinheiro e paga”.

Para os entrevistados de Paranhos, Novo Horizonte do Sul e Ribas do Rio Pardo: “O assentado controla todas as fases do processo”. Dois técnicos disseram que a associação dos assentados acompanha o processo, e, por fim, o técnico de Paranhos afirma que o assentado acompanha parcialmente.

Em relação ao controle por parte dos assentados dos preços contratados, dos valores financiados e parcelas a serem pagas, as respostas, em relação a estas três fases, foram diferentes, pois, segundo os entrevistados, o assentado tem certo controle sobre os preços contratados, o problema reside justamente na capitalização, ou seja, no financiamento e nas parcelas a serem pagas.

Outra questão apontada refere-se à diferença entre os financiamentos. No caso do custeio, o controle dos preços contratados e pagamento com rebate são relativamente de fácil compreensão para o assentado, situação que não se repete no financiamento para investimento em função do valor contratado ser maior, bem como o tempo para pagamento e a quantidade de parcelas. Todavia agrupamos as respostas da seguinte forma: 58,8% (10) dos entrevistados afirmam que os assentados não têm controle; 17,6% (3) acreditam que o controle é parcial e, para 23,5% (4), o controle por parte do assentado existe.

Na indagação “como o técnico orienta o assentado sobre as questões ligadas ao sistema financeiro”, as opiniões foram as seguintes:

*“Solicitamos ao banco os saldos devedores no mês de vencimento e deixamos a listagem afixada no escritório da EMPAER” (35,3%).*

*“É difícil, pois nem mesmo a EMPAER tem controle sobre a situação bancária deles” (5,9%).*

*“Através de reuniões, pedimos que eles leiam as cédulas, destaquem as datas de pagamento e organizem o material em pastas.” (35,3%).*

*“Orientamos principalmente o presidente da Associação no sentido de fazer visitas regulares junto à agência bancária procurando ter informações sobre os saldos devedores e o teto disponível.” (23,5%).*

Na avaliação do técnico a respeito da relação do assentado com a agência bancária, as opiniões são divergentes, mas a maioria destaca a dificuldade que o assentado possui no entendimento dos tramites burocráticos, situação que acaba gerando conflitos no seu relacionamento com os funcionários da agência. Vejamos as opiniões:

*“O sistema financeiro, por não ter recursos humanos suficientes, presta um serviço de atendimento a desejar, desta forma os assentados ficam com dúvidas principalmente em relação aos valores das parcelas de seu financiamento.” (17,7% - 3).*

*“A relação é boa. No caso específico, há por parte da agência uma postura de reconhecer as dificuldades e tentar orientar o assentado” (5,9% - 1)*

*“É boa a relação, com pequenos desentendimentos que são logo esclarecidos.” (17,7%- 3).*

*“É péssima. Eles não entendem e desconfiam de todos. É necessário a EMPAER ser melhor equipada de funcionários e infra-estrutura para ter maior acesso a agência bancária, para fazer o verdadeiro trabalho de integração e assim poder orientar o assentado.”*



“O assentado se coloca como indefeso e não entende que existem direitos e deveres. Aqueles que compreendem isso vivem bem.”

“Os assentados tem pouca informação e há um complicador que é a burocracia, na verdade o PROCERA se tornou burocrático porque tanto a EMPAER, a agência bancária e a Comissão Estadual estão mergulhados em burocracia.”

“As dificuldades variam de acordo com o grau de instrução do assentado, há problemas de entendimento em todas as fases, ou seja, desde a elaboração do projeto até a liberação dos recursos.” (23,5% - 4)

“Regular. Há pouca inadimplência no caso do assentamento Novo horizonte do Sul.”

“No início do processo foi problemático, hoje o assentado é visto como um cliente normal. É claro que esta situação dependerá muito da gerência do banco, portanto, encontra-se em constante mudança.” (5,9% - 1)

“A postura da EMPAER é de acompanhar as partes” (5,9% - 1).

Na avaliação do PROCERA feita pelos entrevistados, foram destacados pontos favoráveis e desfavoráveis juntamente com os comentários que estão sintetizados no quadro a seguir:

<b>PONTOS POSITIVOS</b>	<b>PONTOS NEGATIVOS</b>
Atende parte dos anseios do produtos investimento	Não existe financiamento específico para moradia.
Programa acessível, juros baixos, pouca burocracia, direito ao rebate	O teto é muito baixo, tanto para investimento quanto para custeio.
Melhoria das condições sócio-econômicas dos assentados	Pouca divulgação.
É incentivo para permanência no campo	As dívidas prorrogáveis perdem o rebate de 50%
Aumenta a renda familiar	A agência bancária não exerce sua função fiscalizadora, ausência de regras rígidas.
Presença no momento fundamental da vida do assentado.	Atraso na aprovação e liberação dos recursos
	O rebate de 50% no montante e nos juros incentiva o desvio, pois o pagamento é fácil.
	Teto igual para todos gera distorções
	Burocrático. Projetos em grupo são confusos e geram inadimplência.
	Não consegue aumento de produtividade.
	Pouca participação deliberativa do órgão de assistência técnica.
	Pouca autonomia da Comissão Estadual gerando aprovação de projetos sem disponibilidade de recursos.

No Quadro 03, distribuímos as respostas por técnico/município em relação à avaliação do nível de controle que o assentado possui dos preços contratados junto aos fornecedores, dos valores financiados e das prestações/amortizações.

**Quadro 03 – Controle econômico dos assentamentos**

<b>TÉCNICO/MUNICÍPIO</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>
Novo Horizonte do Sul	Não	Sim	Sim
Bela Vista	Sim	Sim	Não
Itaquiraí	Não	Sim	Não
Nioaque	Sim	Sim	Não
Bonito	Sim	Sim	Sim
Bodoquena	Sim	Sim	Não
Nova Andradina	Sim	Não	Não
Jateí	Sim	Sim	Sim
Sidrolândia	Sim	Não	Não
Dois Irmãos do Buriti	Não	Sim	Não
Guia Lopes da Laguna	Sim	Sim	Não
Terenos	Sim	Sim	Sim
Corumbá	Não	Sim	Não
Anastácio	Sim	Sim	Não
Santa Rita do Pardo	Sim	Sim	Não
Ribas do Rio Pardo	Sim	Sim	Sim
Paranhos	Sim	Sim	Sim

A - Controle dos preços contratados junto aos fornecedores.

B - Controle dos valores financiados.

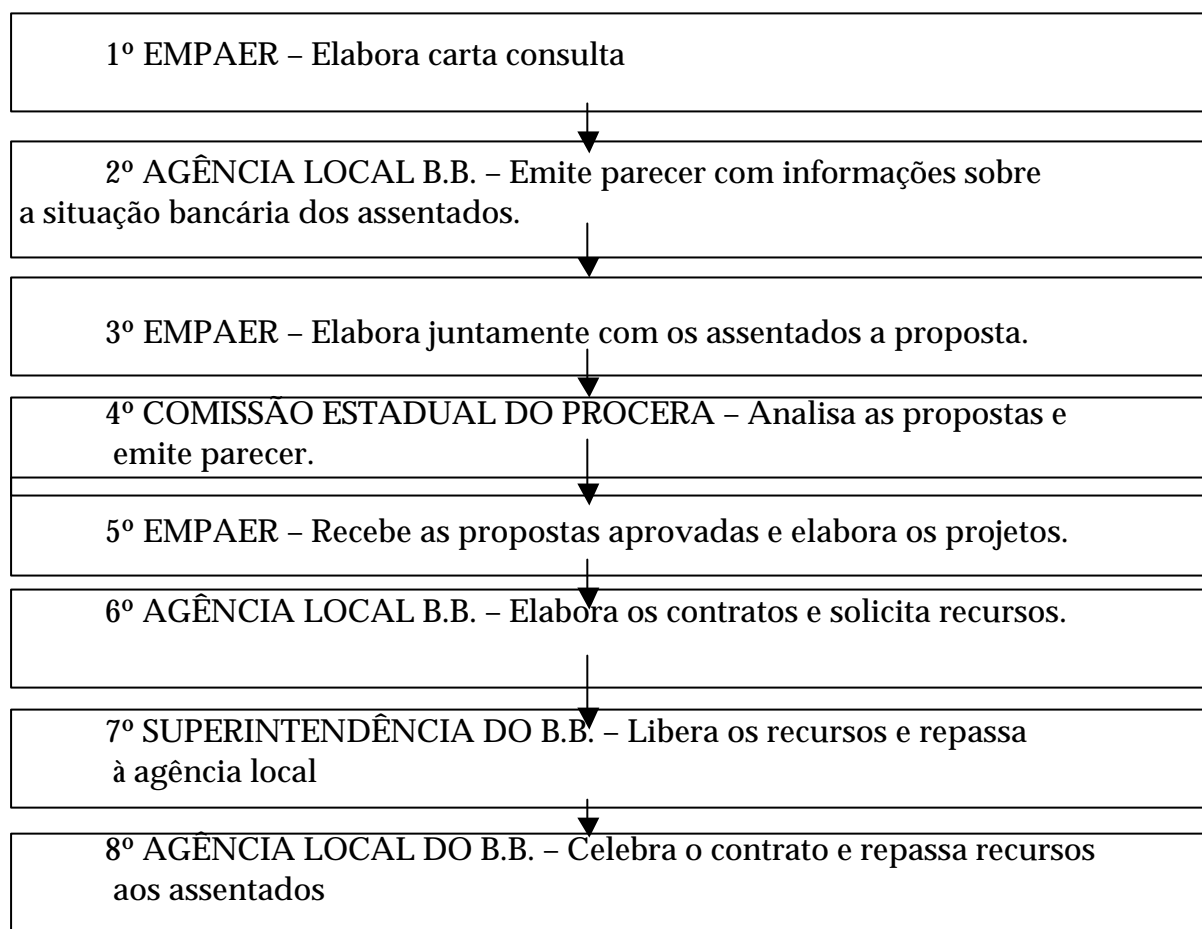
C - Controle das prestações/amortizações.

É interessante comentar que os entrevistados apresentaram objeções para responder a essa questão, em função daquilo que classificaram como extrema heterogeneidade do assentamento, portanto, sentiam dificuldades em enquadrar a realidade em respostas únicas, desta forma eles fizeram uma média por assentamento.

Quanto ao controle dos preços contratados junto aos fornecedores, alguns técnicos ficaram indecisos, pois dizem que essa relação é dinâmica, depende do movimento do mercado e da organização dos assentados, bem como da liberação dos recursos. Há momentos em que o assentado consegue controlar e outros em que há um verdadeiro lobby de vendedores, especuladores, aliado a prazos esgotados de compra de animais e outros investimentos.

Na questão referente a orientação em relação ao crédito, em especial ao caminho burocrático que a proposta do PROCERA-Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária- percorre, as respostas foram bastante diversificadas. Optamos por organizar um fluxograma baseado na análise dos questionários, objetivando aproveitar as informações não conflitantes, pois os entrevistados apontaram diversos caminhos.

## Fluxograma do PROCERA



## Considerações finais

Tendo como objetivo o entendimento dos problemas que circunscrevem a assistência técnica estatal nos assentamentos de Reforma Agrária, destacamos os depoimentos que ilustram de forma precisa a problemática da pesquisa. Devido a diversidade das observações coletadas optamos por transcrevê-las para que o leitor possa estabelecer seus parâmetros de avaliação.

*“O papel do técnico muda no decorrer do processo, no início ele é amigo para o assentado, na fase posterior ele precisa assumir a postura de fiscalizador e aí vira inimigo”.*

*“Não existe uma articulação entre os órgãos ligados a Reforma Agrária, principalmente no caso do PROCERA, pois cada parte tem um papel específico e acaba nisso. Por exemplo, a participação efetiva do Inkra é fundamental na garantia da aplicação dos recursos, pois a assistência técnica não possui condição humana nem material para identificar a verdadeira clientela da Reforma Agrária, o que torna fácil a compra de lotes, o arrendamento, a maracutaia”.*

*“Todos os técnicos agrícolas deveriam atender no máximo 100 famílias, pois assim teríamos condições de fazer assistência técnica”.*

*“Seria interessante se o teto fosse maior e liberado de uma só vez visando a execução a longo prazo, facilitaria tanto a assistência como diminuiria a burocracia, pois esse sistema parcelado e de fluxo contínuo fragmenta o trabalho e os resultados”.*

*“Há um processo de desmonte nacional da assistência técnica estatal”.*

*“Há problemas da EMPAER com a agência bancária, ou seja, não são somente os assentados que não conseguem ter controle, a EMPAER também não tem condições de acompanhar até porque não participa efetivamente dos trâmites bancários”.*

*“É interessante assumirmos que o assentado com todas as dificuldades que sabemos que ele tem, possui em torno dele uma estrutura montada para orientá-lo na relação com o sistema financeiro (situação que não existe para o não assentado). Talvez, o grande problema seja o excesso de paternalismo. É necessário encararmos que o analfabetismo é o vilão desta história, é necessário combatê-lo ao invés de soluções paternalistas que só geram conflitos e acomodações”.*

*“A assistência técnica é hoje deficiente no Brasil, como exemplo cito o escritório de Itaquirá, são dois técnicos para atender mais de mil famílias. Portanto, que conceito de assistência técnica resiste a tal realidade, e, pior, quem está preocupado com isso?”.*

*“Hoje a EMPAER atende mediante solicitação e muitas vezes no escritório mesmo, o cronograma de visitas e o trabalho de campo é só teoria.”*

Em função da pesquisa realizada e dos resultados preliminares aqui expostos, entendemos que a Reforma Agrária deve ser acompanhada de uma política agrícola com instrumentos creditícios, assistência técnica e extensão rural de qualidade, principalmente no início do processo de assentamento. Observa-se isto pelo fato de que no acampamento, o qual invariavelmente tem precedido ao assentamento, a expropriação material do trabalhador é completa. Assim, o grande desafio da Reforma Agrária hoje é promover a sobrevivência e viabilidade econômica dos assentamentos.

Todavia, essa não tem sido a tônica de nossa Reforma Agrária, na medida em que a própria assistência técnica é oficialmente reconhecida como deficiente tendo sofrido pressão dos movimentos sociais. Resultado disso está na implantação do Programa INCRA/LUMIAR, iniciado em 1997, numa tentativa de melhoria do já viciado sistema. Entretanto, apesar das distorções existentes no encaminhamento da questão agrária brasileira e ao contrário do que muitos imaginam, as famílias assentadas estão resistindo na terra. As operações do PROCERA apresentam, em média, um nível de inadimplência bastante inferior em relação ao crédito de linhas normais do Banco do Brasil. Todavia, muitos parceiros ainda não conseguiram romper o circuito de miserabilidade imposto pelo capital produtivo e, agora, financeiro. Conseqüentemente, o analfabetismo, a ausência de assistência técnica aliada aos problemas inerentes ao solo destinado ao assentamento, assim como a completa inexistência de um projeto de valorização da agricultura familiar no país produz um quadro de múltiplas determinações. Situação que, no mínimo, acaba comprometendo o futuro do PROCERA o qual, por sua vez, representa um capítulo fundamental na histórica luta por crédito rural desencadeada, em meados da década de 80, pelos assentados no Rio Grande do Sul.

À guisa de conclusão, podemos afirmar a existência de muitas outras questões relevantes apontadas pela pesquisa sobre as condições da assistência técnica e que estão relacionadas basicamente com a crescente dependência dos assentados ao

crédito rural para Reforma Agrária, situação geradora de dificuldades para a expansão desta assistência. Destacamos também a política desordenada de emancipação dos assentamentos implantada pelo governo, a qual aliada à implantação do PRONAF, acaba por mascarar os problemas limitantes da permanência do homem no campo.

# **A IMPORTÂNCIA DAS CULTURAS DE MILHO E FEIJÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA ATENDIDOS PELO PROJETO LUMIAR - PARANÁ<sup>1</sup>**

**João Edmilson Fabrin<sup>2</sup>**  
**Juan Artigas Souza Luz<sup>3</sup>**  
**Celso Lisboa de Lacerda<sup>4</sup>**

## **Introdução**

Os assentamentos de reforma agrária surgem, principalmente como resultado da organização e mobilização dos trabalhadores rurais sem terra que através de suas mobilizações passam a pressionar o Estado para atender suas reivindicações. A posse da terra coloca ao trabalhador rural assentado uma nova condição, ou seja, organizar a produção agrícola no assentamento como uma das condições básicas para garantir sua permanência na terra.

Assim, a organização da produção no assentamento é fundamental para garantir o progresso econômico, político e social das famílias assentadas. Neste contexto, as culturas de milho e feijão apresentam-se como atividades de importância fundamental para o desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária no Estado do Paraná. A importância destas culturas destaca-se tanto na comercialização e beneficiamento dos produtos como na sustentação de outras atividades agropecuárias desenvolvidas no interior dos lotes.

Cultivadas, praticamente, em todos os lotes, sobretudo através de força de trabalho familiar, a produção de milho e feijão contribui para o desenvolvimento de outras culturas, destinadas prioritariamente aos mercados, permitindo produção abaixo dos custos médios.

A compreensão da dinâmica de desenvolvimento das relações capitalistas de produção em que as culturas de milho e feijão estão inseridas é importante para apresentar alternativas de desenvolvimento para os assentamentos. Tratando-se de culturas tradicionais, destinadas em grande parte ao consumo alimentar e à sustentação de outras atividades, poder-se-ia atribuir importância secundária às lavouras de milho e feijão. Entretanto, isso não ocorre e embora não incorporadas completamente à dinâmica dos mercados capitalistas, mesmo assim, verifica-se a subordinação das referidas atividades agrícolas ao sistema e aos interesses do acúmulo capitalista.

---

<sup>1</sup> O Projeto Lumiar de assistência técnica aos assentamentos é integrante de um programa de qualidade e produtividade nos assentamentos de reforma agrária e foi implantado pelo Inbra a partir de experiências realizadas no Nordeste através do Programa Contacap de assistência. Assemelha-se a uma proposta de terceirização da assistência técnica nos assentamentos.

<sup>2</sup> Supervisor Externo do Projeto Lumiar/PR (1999) e Professor do Depto de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

<sup>3</sup> Engenheiro agrônomo e Supervisor Externo do Projeto Lumiar/PR (98/99).

<sup>4</sup> Engenheiro agrônomo assessor da CCA/PR (Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná) e Supervisor Externo do Projeto Lumiar/PR. (98/99)

Evidentemente que a organização da produção dessas lavouras faz parte da trajetória de vida e das experiências de cultivos, técnicas e sistemas agrícolas desenvolvidos no passado pelos assentados. Mas, as trajetórias de lutas desses trabalhadores imprimiram novos sentidos à organização, não apenas das lavouras que nos propomos a abordar neste trabalho (milho e feijão), mas também à produção nos assentamentos de um modo geral.

Daí a necessidade de uma abordagem que não tenha como limite a discussão da questão agrícola e “agronômica” apenas. Mas, a compreensão destas culturas a partir do contexto em que os assentados estão inseridos, tanto política como economicamente. Assim, emerge a necessidade de compreensão do desenvolvimento das culturas de milho e feijão nos assentamentos, contextualizando-a a partir das lutas pela reforma agrária. A dimensão econômica e produtiva não está desligada da dimensão política e social dos assentamentos.

A referência às lutas dos trabalhadores pela reforma agrária é fundamental para compreender o desenvolvimento de culturas no interior dos assentamentos, pois existe uma relação próxima entre as experiências de lutas e a prática nas lavouras.

A trajetória de luta pela terra e pela reforma agrária desenvolvida pelos trabalhadores rurais tem conotações políticas, com rebatimentos e implicações na produção e organização das lavouras. Portanto, torna-se muito difícil compreender a organização da produção nos assentamentos sem levar em consideração o desenvolvimento das lutas pela reforma agrária, principalmente aquelas desenvolvidas pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

Portanto, os assentamentos não significam apenas uma inclusão dos sem-terras à dinâmica econômica e produtiva, mas uma ressocialização destes trabalhadores, inseridos na sociedade não apenas do ponto de vista econômico. Por isso, a necessidade de entender os assentamentos no contexto político, social e econômico.

O trabalho foi dividido em três partes. A primeira parte refere-se à ação dos trabalhadores rurais destacando suas mobilizações e lutas na busca dos assentamentos. A segunda parte trata da relação entre assentamento e reforma agrária. A última parte trata do objeto deste estudo propriamente dito, ou seja, a organização da produção de milho e feijão nos assentamentos atendidos pelo Projeto Lumiar/Incra-Pr. A apresentação e análise de dados e informações sobre as condições dos assentamentos foram feitas também neste momento, além de destacar a importância da orientação técnica prestada pelas Equipes Locais (grupos de técnicos) organizadas pelo Projeto Lumiar.

A condição de Supervisores Externos do Projeto Lumiar permitiu a realização de uma pesquisa participante, visitando os assentamentos, coordenando e participando de reuniões junto aos assentados e técnicos e discussões sobre as variadas dificuldades enfrentadas pelos assentados, permitiu a ampliação das informações sobre os assentamentos estudados. Os 157 questionários aplicados às famílias e grupos coletivos, pelos técnicos das Equipes Locais, acompanhados pelos Supervisores Externos, permitiram coleta de dados e informações, as quais contribuíram para a sustentação empírica no desenvolvimento deste estudo.

## **Reforma agrária e luta pela terra**

As discussões sobre reforma agrária estão presentes no debate político desde o início do século XX, e no decorrer desse tempo têm assumido diferentes conotações, formas e significados. A reforma agrária já foi associada à modernização da agricultura, mudanças das relações de trabalho, colonização e ocupação de novas terras, desapropriação massiva, intervenções, assentamentos de trabalhadores rurais e criação de empreendimentos coletivos. (Medeiros, 1999)

As discussões do poder dos latifundiários e da reforma agrária não são uma questão nova, mas é na década de 60 que o debate sobre a reforma agrária vai tomar impulso a ganhar amplitude devido, principalmente, às ações do Partido Comunista. A idéia de que o campo brasileiro era marcado por traços feudais, o que impedia o desenvolvimento das forças produtivas, se constituía num obstáculo para a implementação da proposta política do PC. Para isso, seria necessário desenvolver um conjunto de ações políticas que consistiam numa aliança ampla, inclusive com os segmentos da burguesia.

Surgiu também a proposta de reforma agrária das Ligas Camponesas. Os camponeses investiam também na quebra do poder oligárquico, porém sem nenhuma aliança com segmentos burgueses. As ligas tiveram grande significado não pela sua territorialização, pois esteve mais concentrada nos Estados do Nordeste, mas pelos desdobramentos na formulação de uma proposta para as questões relacionadas ao campo brasileiro. As Ligas tinham como proposta principal a alteração do regime de posse e propriedade da terra.

Segundo Medeiros, neste contexto se fixaram politicamente significativos debates sobre a reforma agrária, quando foram incorporados novos conteúdos a algumas palavras-chaves, como por exemplo, o latifúndio. Este conceito foi construído e entendido não apenas como grande propriedade, improdutivo e atrasado tecnologicamente, mas passou a expressar uma relação de poder, de opressão e ausência de direitos (Idem, p.5). Assim, a luta contra o latifúndio passou a ganhar legitimidade e a alteração da estrutura fundiária passou a ser entendida no contexto das relações de poder e de conflito de classes. Dessa forma, foi incorporado conteúdo político ao latifúndio, pois não se tratava apenas de um “atraso econômico”.

No período compreendido de 1945 a 1964 ocorreu um fortalecimento dos movimentos populares de luta pela reforma agrária em todo o Brasil. O golpe militar de 1964 e conseqüentemente a centralização da questão agrária através da elaboração do Estatuto da Terra foi um dos instrumentos utilizados para conter as forças populares.

Baseado num modelo essencialmente desenvolvimentista, o Estatuto da Terra previa a classificação dos imóveis rurais em minifúndio, latifúndios por dimensão e exploração e empresa rural. O latifúndio e o minifúndio, fontes geradoras dos conflitos, deveriam ser substituídos pela empresa rural. Considerado como uma irracionalidade, o latifúndio seria substituído por uma exploração “racional”, ou seja, a empresa rural capitalista. Esse modelo ideal de imóvel rural deveria cumprir a função social da terra determinada pela Constituição.



A desapropriação por interesse social prevista no Estatuto da Terra ficou para segundo plano, sendo dada preferência para a tributação na extinção dos latifúndios. A reforma agrária dos militares foi pensada também a partir dos projetos de colonização, quando eram distribuídos títulos de posse de terra aos agricultores na Amazônia, principalmente. Assim, o elemento principal (desapropriações) para a eliminação do latifúndio e implantação da reforma agrária foi substituído pelo instrumento acessório (colonização e tributação). Os projetos de colonização com a distribuição de lotes de 100 ha nas margem das rodovias na Amazônia tinham entre outros objetivos a desmobilização da luta pela terra em outras regiões do País.

No final da década de 70, surgem os primeiros sinais de esgotamentos do plano político e agrário dos militares com o agravamento das tensões no campo.

Neste contexto, caracterizado pela emergência das lutas no campo, surge a mobilização dos trabalhadores rurais sem-terra, que procura colocar o Estado no centro das reivindicações, resultando na realização dos primeiros assentamentos de reforma agrária em todo o país. Evidentemente, não foram apenas os sem-terras que levantaram a bandeira da reforma agrária e passaram a promover lutas para a realização de assentamentos de trabalhadores sem-terra. A CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), após o período de intervenção militar, apoiando-se no Estatuto da Terra, passa a politizar e recorrer às “garantias” do Estatuto para a realização das desapropriações e dar suporte para as suas demandas.

A origem da luta dos sem-terras tem início no final da década de 70, por trabalhadores expulsos e expropriados com o processo de “modernização” ocorrido no campo. Esses trabalhadores, através de ação de resistência, passaram a promover ocupações de grandes propriedades improdutivas, recusando a proletarização e o deslocamento para a Amazônia ou Paraguai. Ao mesmo tempo em que ocorre a expulsão e expropriação com a evolução do capitalismo, abre-se a possibilidade de retorno à terra, através de ocupações de terra e lutas de resistência.

Discordando das práticas de luta da CONTAG, onde as vias legais se constituíam num dos principais instrumentos, as primeiras mobilizações dos sem-terras surgem de forma pouco articuladas com as ocupações realizadas nos cinco Estados do Sul do Brasil (RS, SC, PR, MS e SP). Embora isoladas, as lutas foram organizadas, principalmente, pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), criada, em 1975, para apoiar as lutas dos trabalhadores do campo.

Em 1984, foi realizado, na cidade de Cascavel-PR, o primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, marcando o início das articulações das lutas no campo. Neste Encontro, foram definidos os princípios, formas de organização, reivindicação e luta do Movimento.

Assim nasceu o MST, que com seu caráter popular passa a representar uma nova fase na organização dos trabalhadores do campo, com novas formas de luta, fazendo com que a sociedade veja a sua condição de excluído do processo produtivo e da apropriação da terra, criando situações para envolver o Estado na questão da terra, através de ocupações (terra e órgãos públicos), caminhadas, atos públicos, etc.

Para o MST, a reforma agrária tem como principal centro, a luta pela terra. Por isso as ocupações se constituem em importantes instrumentos de luta, que visam em última instância, solapar a estrutura agrária baseada na concentração de terras, o que garante poder às elites e segmentos dominantes no campo. Portanto, a “espinha dorsal” das classes hegemônicas é propriedade da terra e a sua democratização, efetivada através da reforma agrária, viabilizará outras conquistas, tanto econômicas como política. Assim, o acesso à terra seria a primeira condição para superar a situação de exclusão em que se encontram as diversas categorias de trabalhadores do campo.

No I Congresso do MST, realizado em 1985, foi definida a seguinte palavra de ordem: *Sem Reforma Agrária Não Há Democracia*. A prioridade dos sem-terras era a sua organização interna e a realização de ocupações nos vários Estados do Brasil. Os proprietários de terra e as forças conservadoras, através da UDR, investiram (inclusive com meios violentos) no fracasso da política do MST e da reforma agrária. Defendiam a inviabilidade dos assentamentos rurais, afirmando que estes eram verdadeiras favelas rurais. Neste contexto, o MST adota uma nova palavra de ordem: *Ocupar, Resistir e Produzir*, resultante do amadurecimento das experiências de luta. A preocupação, daí em diante, não seria somente a conquista da terra, mas também organizar a produção, como prova da viabilidade dos assentamentos e da reforma agrária. Resultante das experiências surge a proposta de organizar a produção através da cooperação agrícola nos assentamentos.

Procurando demonstrar que a reforma agrária pertence a toda a sociedade, os sem-terras decidiram levar as lutas para as cidades, integrando categorias urbanas, que também seriam beneficiadas com a reforma agrária. Em 1995, é definida outra palavra de ordem: *Reforma Agrária: Uma Luta de Todos*. Esta palavra de ordem, aparentemente desideologizada e despolidizada, chama todos os segmentos da sociedade para o debate sobre a reforma agrária.

Ao referir-se à gênese e desenvolvimento do MST no Brasil, Fernandes (1996), atribui sentido geográfico à expansão e desenvolvimento do movimento dos sem-terras, referindo-se ao conceito de territorialização e a importância que a ocupação da terra assume nas lutas desses trabalhadores.

A ocupação torna-se uma condição para a territorialização, pois é dessa forma que os sem-terras se “movimentam” e se mobilizam por todo o território nacional, minando, através das suas lutas, o poder do latifúndio. “A luta pela terra leva à territorialização porque ao conquistar um assentamento, abre-se as perspectivas para conquistar um novo assentamento. Se cada assentamento é uma fração do território conquistado, a esse conjunto de conquistas chamamos de territorialização” (Fernandes, 1998, p.33). É esta territorialização que diferencia o MST de outros movimentos sociais, pois as lutas não terminam com a conquista da terra. “Os sem-terra, ao chegarem na terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão MST é um movimento socioterritorial. A territorialização acontece por meio da ocupação da terra. Da ocupação que nasceu o MST.” (Idem, p.33).

Nos assentamentos, organizados pelo MST, principalmente, os trabalhadores assentados estão constituídos de caráter ativo, onde se desdobram ações políticas no sentido de garantir condições para desenvolver a produção, como crédito financeiro, infraestrutura, assistência técnica, etc.

O resultado positivo da produção nos assentamentos pode ser atribuído, entre outras razões, às formas de organização, comercialização e em muitos casos a agroindustrialização da produção. Nos primeiros anos de assentamento, os trabalhadores têm priorizado a produção para subsistência, isso considerando as atividades agrícolas cooperativas/associativas e individuais. Um segundo momento, quando as famílias se encontram mais “estruturadas” financeira, social e politicamente, elas tem priorizado a produção destinada ao comércio. Entretanto, essa é uma característica daqueles assentamentos que se encontram em estágio de desenvolvimento econômico e político “superior”, quando a produção de forma cooperativa assume grande importância.

Desenvolvem-se nos assentamentos de reforma agrária novas formas de produzir, apresentando um novo controle sobre o processo de trabalho que até então não fazia parte de relações sociais anteriores dos trabalhadores assentados. Surge uma redefinição de atividades e relações a partir da posse da terra, gestada na maioria das vezes em período anterior ao assentamento, ou seja, no desenvolvimento da luta pela terra. (Bergamasco, 1997)

### **A Luta Pela Terra no Paraná**

As lutas recentes dos trabalhadores sem-terras no Estado do Paraná estão inseridas num contexto de transformações da agricultura com a decomposição de formas de organização da produção, que levou à expulsão de trabalhadores rurais para as cidades. As mudanças ocorridas se caracterizam basicamente pela introdução de novas culturas e técnicas de produção agrícola. A referência à expulsão dos trabalhadores rurais justifica-se pelo fato de que a intensificação da concentração de terras no Paraná nos últimos anos com a expropriação do pequeno proprietário, fato de entendimento comum, não é característica principal do campo paranaense. O que se observa é que a terra apresentou-se sempre concentrada desde sua apropriação e apenas intensificou-se com a “modernização conservadora”. Através de dados coletados nos assentamentos pôde-se verificar que apenas 15,2% dos assentados foram expropriados de suas terras no passado, sendo que a maioria dos trabalhadores rurais assentados nunca foi proprietários da terra.

As transformações econômicas, políticas e técnicas, aliadas a uma estrutura fundiária já concentrada, criaram as condições para as mobilizações dos trabalhadores do campo. Segundo Bonin e outros, à essa mudança de caráter técnico/econômico, apesar de reconhecidamente fundamentais no entendimento do processo de luta no campo paranaense, acrescenta-se também a necessidade de atentar para os espaços de conscientização criados com a reativação da crítica política, ou seja, as características de elaboração ideológica e as mudanças na estrutura classista que serviram de base para as mobilizações sociais e políticas. (Bonin et al, 1991).

Os diversos agentes de organização social, como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e a CPT contribuíram na elaboração de lutas e processos de resistência popular de maior consistência política. “É o processo concreto da luta organizada que cria as condições favoráveis à compreensão mais clara da natureza das contradições sociais, e a seqüência dos episódios conflituos é que permite a

formulação progressiva da consciência e das formas e estratégias de luta.” (Idem, p.116).

Um conjunto de manifestações conflitivas no Estado do Paraná que evidencia a consistência das lutas, foram as mobilizações dos agricultores expropriados pela barragem de Itaipu, no final da década de 70. Organizado pela CPT, principalmente, surge, o “Movimento Justiça e Terra”, que reivindicava a justa indenização das terras. Destaca-se também, na mobilização dos expropriados pela barragem de Itaipu, a ação dos STRs (sindicatos dos trabalhadores rurais), e alguns pastores e adeptos da Igreja Luterana.

Os expropriados de Itaipu montaram acampamentos onde, diariamente, eram realizadas assembléias. Com isso, o ganho maior foi o crescimento político e social e a coragem de reivindicar direitos. A experiência das lutas de Itaipu foi a base para o surgimento de um forte movimento de agricultores sem terra no Oeste do Paraná, em 1981: o MASTRO. Somadas às lutas desenvolvidas em outros Estados, estas mobilizações desembocaram num grande Encontro de trabalhadores das regiões Sul, Sudeste e Centro do país, realizado na cidade de Medianeira, em 1982. Várias frentes de lutas surgiram em todo o Estado, como no Norte do Paraná (MASTEN) e Sudoeste (MASTES), entre outros.

A partir da criação da Coordenação Estadual dos Sem-Terras (CEST) ampliaram-se as iniciativas dos trabalhadores sem-terra, com uma seqüência de ocupações de latifúndios como a fazenda Padroeira do Brasil em Matelândia; uma área pertencente ao Incra em São Miguel do Iguaçu; Fazendas Mineira, Imaribo e Lambari no Sudoeste; a Colônia Penal de Tamarana, além de ações dos ilhéus do rio Paraná.

A partir daí, o Movimento dos agricultores vai coordenar a ocupação de vários latifúndios. Entre eles, destaca-se também a ocupação das fazendas Anoni e Cavernoso em Cantagalo (1983); Giacomet-Marodin em Chopinzinho (1983); Quinhão 11 em Sertaneja (1983); Imaribo em Mangueirinha (1984). Esta fase das lutas pode ser caracterizada pelo esforço da unificação das lutas, quando investiu-se na articulação interestadual das mobilizações de luta pela reforma agrária. (Idem, p.128).

A consolidação do movimento permitiu a territorialização das lutas, realizando ações massivas com ocupações e acampamentos em latifúndios nas mais variadas regiões do Estado. A maior ocupação de terra no Brasil foi realizada no Paraná, em 1996. Mais de 3.000 famílias (12.000 pessoas) acamparam na fazenda Giacomet, com 83.000 ha, dos quais 17.000 ha foram desapropriados para o assentamento de 900 famílias, no município de Rio Bonito do Iguaçu (assentamento Ireño Alves).

Pode-se observar que algumas regiões do Estado destacam-se pelas mobilizações e conquistas. Na década de 80 as regiões que apresentavam maior mobilização eram as regiões Oeste, Sudoeste e Centro. O Noroeste irá se destacar a partir de 1990 com mobilizações e assentamentos no município de Querência do Norte, principalmente.

Atualmente, estão assentadas 14.362 famílias em 259 projetos de assentamentos no Estado do Paraná, considerando os projetos de colonização,

reforma agrária, reassentamentos da Eletrosul e assentamentos realizados pelo Estado, ocupando uma área total de 298.771 hectares, (INCRA/PR, maio/2000).

### **Reforma agrária e assentamentos**

A crise do projeto nacional-desenvolvimentista imposto pelas elites industriais e agrárias, principalmente, a partir de 1930, no Brasil, tem raízes na elevada concentração de renda e dos meios de produção. Esta concentração, entre outras razões, acabou restringindo o mercado de consumo brasileiro e o próprio crescimento e desenvolvimento das forças produtivas do país. Desde então, as classes dirigentes têm investido na implantação de um novo modelo de desenvolvimento, conhecido como neoliberal. A política neoliberal consiste basicamente na ampliação da garantia de liberdade de circulação do capital, sobretudo o capital estrangeiro, materializado não necessariamente em fábricas (multinacionais), mas principalmente, na forma financeira. As elevadas taxas de juros para atrair capital estrangeiro, privatização de empresas estatais, redução de gastos com serviços públicos, se constituem como mecanismos de operacionalização do modelo.

Este novo modelo de desenvolvimento, caracterizado basicamente pela abertura do mercado brasileiro às empresas transnacionais, somadas à subordinação da economia nacional aos interesses do capital financeiro, tem trazido sérias conseqüências para a agricultura brasileira e para a reforma agrária.

Para os defensores desse modelo, a reforma agrária e os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra perderiam o sentido, pois fariam parte de uma proposta já ultrapassada e sem viabilidade técnica-econômica, pois as grandes empresas rurais modernas e o desenvolvimento de agroindústrias se encarregariam de garantir a produção no campo e o abastecimento dos mercados urbanos.

A transformação da estrutura fundiária, para resolver o problema da miséria no campo e na cidade, não se justificaria, pois o mercado se encarregaria de resolver este desajuste. Referindo-se de forma crítica a proposta das elites, Sampaio (1977) afirma: “Esta - estrutura fundiária -, não precisa ser transformada por meio de uma intervenção direta do Estado, porque os movimentos do capital e os estímulos do mercado já estão cuidando disso e cuidarão com maior intensidade ainda no futuro. O máximo que o poder público deve fazer em relação aos problemas criados pela extrema concentração da propriedade da terra consiste em realizar intervenções pontuais, localizadas nas áreas que surgirem tensões sociais mais preocupantes” (Sampaio, 1997, p.118).

Ainda segundo Sampaio (1997), a existência da fome de milhões de brasileiros seria causada pelo baixo poder de compra dos setores mais pobres da população e não pela falta de oferta de alimentos no mercado. A reforma agrária somente se justificaria se estivesse colocada uma crise de abastecimento. Reportando-se ao argumento daqueles que defendem que a reforma agrária não é necessária, o autor escreve: “Nossa agricultura já é moderna, seu dinamismo é assegurado pelo enorme capital dos complexos agroindustriais investidos na economia agrícola. A agricultura moderna não requer a quantidade de força de trabalho que requeria no passado” (Idem, p.118).

Por outro lado, como mostra Sampaio (1997), as forças populares, trazendo para o debate a questão agrária, procuram enfatizar que a estrutura fundiária altamente concentrada se constitui como o ponto central nas discussões, considerado o principal elemento de dominação e sustentação das classes oligárquicas. O monopólio da terra se constitui numa fonte de poder econômico e político que sujeita não só os trabalhadores do campo, mas também os da cidade. (Idem, p.120).

Considerado a reforma agrária no seu sentido mais amplo, onde se contemplaria os interesses dos pequenos proprietários familiares e assalariados do campo, deve-se ater na desconcentração de terra como elemento principal. É na desconcentração de terras que consiste o elemento essencial da reforma agrária.

Assim, observa-se de um lado, o projeto das elites que nega a reforma agrária como um instrumento de desenvolvimento, e do outro, as forças populares que buscam na reforma agrária, não apenas a solução de problemas econômicos para os trabalhadores do campo, mas colocam a reforma agrária como um problema nacional. Aqui, é necessário destacar que a proposta das forças populares não defende apenas uma reforma agrária como forma de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, como ocorreu em alguns países da Europa e EUA, quando o problema fundiário foi resolvido pelas classes dirigentes para atender as necessidades do mercado capitalista.

As forças populares acreditam que a reforma agrária não é uma necessidade de desenvolvimento de forças produtivas apenas, mas traz essencialmente em seu âmago, mudanças profundas na estrutura agrária do país. Por isso, a reforma agrária não deve ser visualizada apenas pelo lado técnico/econômico/assistencial, mas, sobretudo, pelo seu conteúdo político/social e questionador da ordem oligárquica estabelecida no campo.

### **Assentamentos: integração ao mercado**

A importância dos assentamentos é vista, muitas vezes, pelo seu caráter econômico, e a integração ao mercado é considerada como uma condição para o seu desenvolvimento e reprodução. Somente uma produção voltada para os mercados urbanos justificaria a sua realização.

A implantação dos assentamentos de trabalhadores sem-terra não deve ser vista como uma medida assistencial ou de socorro aos trabalhadores rurais excluídos. A reforma agrária e a implantação dos assentamentos abrem espaço para o desenvolvimento das forças produtivas, onde os sem-terras assentados criam mercados e inserem-se neles. A busca de colocação de produtos agropecuários no mercado assume grande importância no entendimento dos assentamentos, visto que é uma condição para o trabalhador assentado permanecer na terra. Entretanto, existem diferentes graus e formas dos agricultores integrarem-se ao mercado.

Para o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, o caráter camponês dos assentados e a produção aos moldes “artesanais” dos assentamentos, devem ser superados. Diante dessa “constatação”, os trabalhadores rurais sem-terra têm buscado outras formas de organizar a produção agrícola. As conquistas representadas pelos assentamentos levaram os sem-terras a articular o sistema

nacional de cooperativas, colocando a necessidade de organizar a produção no interior e viabilizar os assentamentos economicamente.

Como forma de fortalecer politicamente os assentamentos e a reforma agrária, os trabalhadores rurais sem-terra têm investido na viabilidade econômica dos assentamentos, pois os segmentos da sociedade contrários à reforma agrária, têm comparado os assentamentos a “favelas rurais”, como foi visto anteriormente.

A reforma agrária não é apenas um instrumento de acomodação da massa de trabalhadores excluídos. A reforma agrária e os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra devem ser entendidos como parte de uma política social e econômica. O mérito do assentamento não está apenas no aumento da produção/produktividade. Mais do que isso, os assentamentos significam uma reintegração e ressocialização dos trabalhadores, não necessariamente ao mundo econômico e do mercado, mas à sociedade de um modo geral. Portanto, não se trata de colocar o assentado competindo com os padrões de produtividade dos grandes proprietários, beneficiados por políticas de incentivos fiscais e que utilizam outros padrões tecnológicos.

O entendimento de que a produção empresarial tem se desenvolvido somente com forte participação do Estado, através de política de apoio que beneficiam estes segmentos da sociedade, levaram os sem-terras a conceber a organização da produção nos assentamentos de forma cooperativa. Embora reconhecendo a importância da competitividade, esta não é considerada questão central na produção nos assentamentos. A organização da produção nos assentamentos foi construída como um campo de disputas políticas, onde a agricultura familiar e as organizações associativa e cooperativas possam também receber a atenção do Estado. O Estado é entendido como um campo de disputa para afirmar-se no mercado.

Assim, a análise da viabilidade dos assentamentos não deve ser feita exclusivamente a partir do aspecto econômico, pois os assentamentos se transformam também numa retaguarda política para acumular forças na realização da reforma agrária e mudança da sociedade. A conquista da terra e o assentamento não significam apenas a inclusão do trabalhador sem-terra à produção, mas, também, a conquista dos seus direitos, participação política, da cidadania. Eis, o grande mérito dos assentamentos e da reforma agrária, razões estas que não podem ser avaliadas a partir da produtividade e dos mecanismos de mercado.

Considerar o assentamento válido enquanto uma forma de elevar a produção apenas, é escamotear todo um conjunto de benefícios que a conquista da terra pode proporcionar aos trabalhadores do campo.

A melhoria no padrão de vida dos trabalhadores rurais sem-terra é visível com o assentamento e a conquista da terra. Entretanto, os assentamentos não estão limitados às questões econômicas, pois o trabalhador não tem apenas necessidade de comer, vestir, morar, mas também necessidade de democracia, participação política, de contrapor-se ao poder; tomar decisões, enfim.

Portanto, os assentamentos tornam-se importantes não apenas pelo seu significado econômico e social, mas, sobretudo pela sua dimensão político. Os assentamentos são uma importante conquista para a realização da reforma agrária, pois se tornaram instrumentos questionadores da ordem capitalista/oligárquica.

É neste sentido que se constrói uma crítica das propostas produtivistas da reforma agrária e dos assentamentos, pois mais importante do que “lucrar”, é viver.

### **Caracterização de assentamentos a partir das culturas de milho e feijão**

A compreensão dos assentamentos de reforma agrária implica em considerar os vários aspectos da dimensão humana, ou seja, as questões políticas, econômicas, ideológicas, culturais, sociais, etc. A análise da viabilidade dos assentamentos apenas pela dimensão econômica/produtivista não permite compreender a complexidade dessa realidade. O mercado e a produção não são os únicos instrumentos importantes para compreender os assentamentos de reforma agrária.

Os assentados têm procurado fazer dos assentamentos o lugar da vida, onde se produz e garante a eficiência econômica, mas também onde pode se discutir e tomar decisões, onde o direito à escola, assistência médica, lazer e festas estão assegurados aos trabalhadores do campo.

Neste contexto, procuramos compreender a produção de milho e feijão sem reduzir a análise aos parâmetros “economicistas”. Procuramos compreender a produção e o desenvolvimento destas culturas não somente como atividades econômicas inseridas na dinâmica de mercados, mas como elas contribuem para o progresso social, político e econômico dos trabalhadores assentados. Dessa forma, as culturas de milho e feijão implicam no reconhecimento do desenvolvimento de uma atividade econômica para garantir a vida e não necessariamente a produção voltada para atender necessidades do mercado capitalista.

Assim, as culturas de milho e feijão desempenham papel importante para a vida dos assentados. Elas são cultivadas, praticamente em todos lotes dos assentamentos, embora os preços dos produtos não justifiquem os seus cultivos. Conforme se verifica na tabela a seguir, estas culturas são consideradas as principais lavouras dos lotes desenvolvidas pelas famílias e grupos coletivos de assentados. O milho foi apontado por 44,3% das famílias como a principal lavoura e o feijão, considerada como a cultura mais importante do lote, por 17,3% das famílias.

<b>TABELA 1 - PRINCIPAL LAVOURA DO LOTE</b>	
LAVOURA	%
MILHO	44,32
SOJA	17,84
FEIJÃO	17,30
ARROZ	13,59
MANDIOCA	4,31
HORTALIÇA	0,54
OUTRAS	2,10
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo

Observa-se que os assentados consideram as culturas “tradicionais” como as mais importantes no seu projeto de viabilidade do assentamento e de sustentabilidade familiar. A opção do assentado pelas culturas que estamos denominando de tradicional, deve-se a um conjunto de elementos, dentre as quais



se destaca a trajetória de vida destes agricultores e as experiências provenientes do passado recente de agricultor; a possibilidade de destinar estas culturas para o mercado, mesmo que os preços não sejam satisfatórios; sustentação de outras atividades no lote e subsistência da família.

As atividades agropecuárias são por essência as mais importantes nos assentamentos. A área destinada às pastagens e lavouras nos assentamentos compreende em média 67,9 % dos lotes, sendo que o restante da área do lote (32,1%) é utilizado de outras formas, como reservas florestais, área do “quintal” da casa, caminhos, e/ou áreas abandonadas e não aproveitáveis em vista de condicionantes naturais, principalmente.

### **Uma “outra” reforma**

O desenvolvimento de atividades agropecuárias pode ser considerada como não padrão para determinadas áreas do país, pois em algumas regiões, como a Sudeste, onde destaca-se o Estado do Rio de Janeiro, os projetos de assentamentos apresentam elevada “urbanização”, com elevado número de lotes utilizados como chácaras de lazer, estabelecimentos comerciais, etc. “Chama a atenção no censo - I censo da reforma agrária do Brasil/97- o elevado percentual de assentados que se dedicam a atividades não-agrícolas (16,55%, o maior do país)” (Medeiros et al, 1999, p.144).

Alguns estudiosos argumentam que a modernização das técnicas de produção no campo e a queda dos rendimentos provenientes da agricultura têm levado a uma mudança do perfil, ocupação e uso da terra nos últimos anos. A mudança a qual se referem estes autores diz respeito ao desenvolvimento de atividades não-agrícolas desenvolvidas pelos trabalhadores do campo, inclusive aquelas famílias assentadas em projetos de reforma agrária. Essa mudança do perfil estaria relacionada ainda a uma possível “purificação” das relações de trabalho no campo, resultantes da tendência à “urbanização e industrialização” do campo brasileiro.

A partir do diagnóstico da “urbanização” do campo, os programas oficiais ligados ao meio rural, e neste caso, aos assentamentos, deveriam contemplar ações que considerassem esta mudança de perfil. Os financiamentos, por exemplo, destinados aos assentados, devem contemplar as famílias pluriativas que obtêm renda de variadas atividades (não-agrícolas). A ausência de um planejamento na ocupação das áreas rural faz com que os assentamentos de reforma agrária sejam essencialmente agrícolas.

Entretanto, se considerar esta mudança de perfil, onde as atividades não-agrícolas ganham importância, a terra deixa de ser o elemento principal da produção no campo, ampliando a questão da reforma agrária. As atividades agrícolas, desenvolvidas essencialmente na terra, tornar-se-iam atividades secundárias. As atividades que não exigem de terra para serem desenvolvidas assumiriam maior relevância. Assim, a terra perderia sua importância como um meio de produção no campo (assentamento), pois os trabalhadores, desenvolvendo atividades não-agrícolas, necessitariam de pouca terra para sobreviver. Este projeto é semelhante ao

programas das Vilas Rurais desenvolvidos no Estado do Paraná, onde ocorrem assentamentos de trabalhadores rurais em lotes de 0,5 ha.

Evidentemente, a idéia de retirar a importância da terra como um meio de produção, está comprometida com o interesse dos grandes proprietários de terra. Não sendo importante na produção agrícola, a terra poderia continuar concentrada nas mãos da classe latifundiária, pois os trabalhadores necessitariam de pouca terra para sobreviver.

Na concepção de teóricos e estudiosos da questão agrária, os assentados não desenvolveriam essencialmente atividades agrárias/agrícolas nos lotes, e por isso, precisariam de pouca terra para produzir. Estes seriam agricultores de tempo parcial (*part-time*), que mesclariam o trabalho familiar agrícola com trabalho assalariado temporário, por exemplo. Os teóricos insistem em considerar que os agricultores familiares investem em atividades não-agrícolas, como comércio, construção civil, lazer, prestação de serviços e outras infinidades de atividades que não justificam a necessidade de terra para produzir no campo. Assim, não haveria motivo para a mobilização e luta dos trabalhadores pela conquista da posse da terra, como fazem aqueles camponeses e trabalhadores rurais vinculados ao MST.

A proposta de uma reforma agrária que contempla a necessidade das famílias desenvolverem atividades não-agrícolas/agrícolas, tira da discussão, o principal elemento da reforma agrária: a terra. Nesta “reforma agrária”, a propriedade privada da terra e conseqüentemente a concentração da terra nas mãos de poucos, não seria atingida e as classes dirigentes (burguesia e proprietários de terras) estariam livres de qualquer ameaça de democratização da posse da terra.

Portanto, um assentamento rural, que possui a proposta de desenvolvimento e implementação de atividades não-agrícolas, é um assentamento que interessa aos latifundiários e não aos trabalhadores rurais. Em última análise, é a não realização da reforma agrária, ou seja, uma forma para que as terras continuem nas mãos de quem nela não trabalha e nem produz.

## **Renda dos assentados**

A tabela 2 evidencia que a principal fonte de renda das famílias assentadas constitui-se nas atividades agropecuárias, somando um total 90,4% das famílias entrevistadas. As atividades não-agrícolas são consideradas por menos de 10% das famílias como a principal fonte de renda.

<b>TABELA 2 - PRINCIPAL FONTE DE RENDA</b>	
<b>ATIVIDADE</b>	<b>%</b>
LAVOURA	67,07
PECUÁRIA (LEITE/CORTE)	23,35
CARVÃO	4,79
SUINOCULTURA	1,20
SERICICULTURA	0,60
APOSENTADORIA	0,60
MOTORISTA	0,60

DIARISTA	0,60
OUTRAS RENDAS (FORA DO LOTE)	1,20
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo

Existe uma clara opção das famílias de permanecer no campo e, para garantir esta manutenção, alguns trabalhadores assentados desenvolvem atividades urbanas ou fora de seus lotes. Entretanto, os dados não permitem afirmar uma tendência à “urbanização” generalizada da agricultura e a unificação das atividades do campo e cidade, como fazem alguns estudiosos.<sup>5</sup>

A tabela 3 indica as atividades desenvolvidas pelos assentados fora dos lotes ou em atividades não-agrícolas. Em 18,4% dos lotes encontra-se pelo menos um membro da família que desenvolve atividades não-agrícolas ou fora dos lotes.

<b>TABELA 3 - ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS OU FORA DO LOTE</b>	
ATIVIDADE	%
Diarista Lavoura	7,00
Cooperativa/SCA	2,54
Professor	2,54
Tratorista	1,27
Corte e plantio de madeira (pínus)	1,27
Servente pedreiro	0,63
Assistente social	0,63
Serviços gerais	0,63
Cozinheira	0,63
Corte de lenha	0,63
Agente de saúde	0,63
<b>TOTAL</b>	<b>18,47</b>

Fonte: Pesquisa de campo

O assentamento significa também um considerável benefício relativo aos aspectos produtivos e materiais. Em pouco tempo de assentamento observa-se substanciais mudanças na maioria das famílias, verificada através de indicadores econômicos, como acesso a saúde, escola, tecnologia, e bens de consumo.

Ao entrar na terra, a maioria dos agricultores sem-terra, agora assentados, encontra-se desprovida de quaisquer equipamentos ou ferramentas de trabalho. Devido a baixa “capitalização” dos assentados e os insuficientes investimentos e formas de financiamento (crédito implantação, Pronaf), existem muitas dificuldades nos anos iniciais do assentamento para o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

Logo que é criado o projeto assentamento pelo Incra, as famílias recebem o crédito implantação. Este crédito tem o objetivo de permitir aos assentados

<sup>5</sup> Alguns estudiosos da agricultura brasileira, onde destaca-se José Graziano da Silva, afirmam que o campo brasileiro está passando por um processo de urbanização e industrialização, não sendo mais considerado um espaço eminentemente agropecuário. O desenvolvimento de atividades não-agrícolas, como lazer, turismo ecológico, prestação de serviços, construção civil, além de outras atividades, seriam consideradas estratégias de sobrevivência da agricultura familiar.

iniciarem suas atividades de produção. Devido à pobreza que se encontram os sem-terra assentados, os recursos do crédito implantação não são suficientes para permitir bom desempenho no desenvolvimento de atividades produtivas.

O crédito implantação é formado basicamente de três modalidades: crédito habitação, fomento e alimentação. O *crédito habitação* consiste no financiamento de construção de moradias para as famílias assentadas, com materiais adquiridos em regime comunitário. O *crédito fomento* destina-se à aquisição de ferramentas, equipamentos, insumos agrícolas e máquinas para o início das atividades produtivas nos assentamentos. O *crédito alimentação* é uma forma de proporcionar meios para a aquisição de gêneros alimentícios para a subsistência das famílias, enquanto iniciam o desenvolvimento de culturas.

Os poucos recursos financeiros ou a posse de alguns bens, onde destacam-se os animais, geralmente são desfeitos antes de entrar na terra para garantir sobrevivência à dura vida de acampamento. O tabela 4 indica a posse de bens antes do assentamento, na qual se verifica a elevada taxa de famílias assentadas que nada possuíam antes de entrar na terra (41,7%). Destacam-se também aquelas famílias que possuíam animais (22,9%) e ferramentas (17,1%), indicando que muitas delas possuíam algum vínculo com atividades agropecuárias antes de serem assentadas.

<b>TABELA 4 - POSSE DE BENS ANTES DO ASSENTAMENTO</b>	
BENS	%
ANIMAIS	22,99
FERRAMENTAS	17,11
IMPLEMENTOS	4,81
CASA	3,74
MOTOR	2,67
TRILHADEIRA	2,14
MÓVEIS	2,14
CARRO	1,07
TRATOR	0,53
BICICLETA	0,53
HERANÇA	0,53
NADA	41,71
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo

De modo geral, a trajetória de vida das famílias assentadas no Estado do Paraná, indicam que ela é essencialmente rural, com destaque para as categoria agricultor/camponês (66,3%), conforme pode-se verificar no I Censo da Reforma Agrária do Brasil.<sup>6</sup> As típicas atividades urbanas como pedreiro, motorista, mecânico apresentam pouca relevância. (INCRA/CRUB/UnB, 1996, p.58).

O tabela 5 indica que, embora a maioria dos assentados estivesse ligada às atividades rurais, a maior parte deles nunca possuiu terra. Isso demonstra que estes

<sup>6</sup> A idéia de que a reforma agrária e os assentamentos devem ser realizados necessariamente com trabalhadores que possuem algum vínculo com a terra ou que tenha passado de agricultor é defendida pelos órgãos oficiais e proprietários de terra. No sentido de descredenciar as ocupações e assentamentos os proprietários de terra investem na idéia de que os trabalhadores sem-terra não têm aptidão agrícola e por isso os assentamentos não devem ser realizados por ocupantes de latifúndio.

trabalhadores não foram expropriados de suas terras com o processo de modernização e mecanização da agricultura, como geralmente se afirma. Os assentados foram trabalhadores rurais que não tiveram acesso à terra na condição de proprietário em vista da elevada concentração de terras existente no Estado.

<b>TABELA 5 - POSSE DE TERRA ANTES ASSENTAMENTO</b>		
POSSE	N.º	%
SIM	24	15,28
NÃO	133	84,72
<b>TOTAL</b>	<b>157</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo

Portanto, estes trabalhadores foram expulsos e não expropriados da terra, no passado. Eles não eram proprietários de seus lotes. A dinâmica da agricultura também impediu que os filhos dos pequenos proprietários se reproduzam enquanto camponeses.

A resposta dos camponeses a essa dificuldade de manutenção de sua condição de agricultor nem sempre é explicada pelo deslocamento para as cidades ou para a fronteira, mas a recusa à proletarização e a subordinação do trabalho através do assalariamento, resulta em lutas de resistência e ocupações de terras improdutivas. As ocupações têm sido a principal forma de luta dos agricultores sem-terra contra sua exclusão e a proletarização do trabalho.

A explicação para a permanência e resistência do campesinato na agricultura pode ser buscada no próprio processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, que é entendido de uma maneira desigual e contraditório, quando se criam e recriam relações não-capitalistas de produção. Os camponeses buscam a terra, mesmo que não seja na região de origem deles. Eles retornam à terra mesmo que tenham que migrar, ou desenvolver lutas de resistência.

Considerando as características camponesas do assentado, as Equipes Locais do Lumiar, com destaque para a Equipe Sul do Paraná, passaram a estimular o desenvolvimento de atividades voltadas para o autoconsumo, destacando aquelas destinadas à alimentação das famílias. Em relatório de atividades a equipe relata: “Essa equipe de trabalho procurou atuar, de modo a incentivar a agricultura de subsistência, buscando valorizar a produção voltada para o consumo da família, como a criação de animais para produção de ovos, carne, banha, leite e queijo; produção de frutas e verduras. Este trabalho foi bastante gratificante, pois o resultado aparece em curto prazo, e é necessário pouco ou nenhum investimento de acordo com a fase de estruturação do assentamento, apenas discussões e incentivo às famílias para que estas possam produzir boa parte de seu alimento no lote” (COTRARA-Equipe Local/Região Sul, 1999, p.2).

É neste sentido que se pode tratar sobre as diferentes formas de organização dos trabalhadores assentados que estamos denominando aqui de camponeses. Eles criam formas que garantem suas manutenção e reprodução, tanto nas ações de ordem política como econômica/produtiva. Por outro lado, os assentados têm apresentado dificuldades de ações coletivas quando se trata de organizar a produção no interior dos assentamentos. Há resistências aos “grupos coletivos”, onde o trabalho, terra, máquinas, instrumentos são coletivizados.

Devido à característica familiar do trabalho nos assentamentos, poder-se-ia concluir que estes agricultores apresentassem práticas essencialmente individuais, uma vez que o trabalho não é coletivo, como ocorre nas fábricas com o assalariamento. Entretanto, quando se trata de mobilizações pela conquista da terra, as práticas individualistas são flexibilizadas. Mesmo nos assentamentos, as participações dos trabalhadores assentados nas diversas atividades associativas indicam um elevado grau de inserção nas discussões coletivas, quando se observa que eles encontram-se ligados à diversas atividades associativas (tabela 6).

Dentre as várias alternativas encontradas pelos trabalhadores para viabilizar os assentamentos, tanto política como economicamente, os assentados têm investido na organização da produção de milho e feijão, que inseridas nas relações de produção capitalista, constituem-se em atividades que garantem a sobrevivência destes trabalhadores. É importante ressaltar que a concepção de produção de milho e feijão nos assentamentos tem características técnicas, mas principalmente políticas, que diferem estas culturas desenvolvidas por outras “categorias” sociais. A produção de milho e feijão nos assentamentos é destinada aos mercados, mas estes não são a razão principal. O que move os assentados a desenvolverem estas culturas é a necessidade de produzir para garantir a vida e não necessariamente para atender as necessidades dos mercados e do “lucro”.

<b>TABELA 6 - ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NOS ASSENTAMENTOS</b>	
ATIVIDADES	%
MOVIMENTO POPULAR	79,71
COOPERATIVA	41,13
ASSOCIAÇÃO	40,12
PARTIDO POLÍTICO	30,57
SINDICATO TRAB. RURAIS	28,02
GRUPOS COLETIVOS DE PRODUÇÃO	14,64

Fonte: Pesquisa de campo

### **As culturas de milho e feijão nos assentamentos atendidos pelos técnicos do Lumiar/PR<sup>7</sup>**

A cultura de milho desempenha papel significativo na geração de renda para as famílias. Esta cultura, considerada a principal lavoura por 44,3 % das famílias, assume importância, tanto para a subsistência, comercialização e beneficiamento dos produtos, como na sustentação de outras atividades agropecuárias no interior dos lotes. O milho é o produto que mais aparece entre os cultivos desenvolvidos, sendo

<sup>7</sup> Devido ao grande número de assentamentos atendidos pelo Projeto Lumiar (60 assentamentos), objeto dessa pesquisa, será feita uma abordagem geral, sobre a cultura de milho e feijão desenvolvida nestes assentamentos. O tratamento dos dados específicos de cada assentamento foge aos objetivos desse trabalho.

cultivado em 82,98 % dos lotes. A área média entre aqueles que desenvolvem a cultura de milho é de 4,03 ha por lote e uma produtividade de 44,4 sacas por ha.

Embora o retorno em forma de renda financeira da cultura de milho apresenta-se reduzido, esta cultura possui uma certa estabilidade de preço, o que não acontece, por exemplo, com a cultura de feijão. A cultura de milho apresenta ainda a vantagem de seu desenvolvimento sem a necessidade de grande inversão de recursos financeiros, destinados à aquisição de defensivos agrícolas (agrotóxicos), por exemplo. Pouco mais da metade dos lotes (57,9%) utilizam algum tipo de “agrotóxico” na lavoura de milho, sendo os desseccantes utilizados por 45,4%. Entre os desseccantes, o Roundup é utilizado em 30,1% dos lotes.

A utilização de “agrotóxicos” no feijão, cultura mais exigente nos tratos culturais e condições do solo, é feita em 41,3% dos lotes. A menor utilização de “agrotóxico” no feijão, justifica-se pelo fato de apresentar área de cultivo e número de assentados inferior, se comparado com a lavoura de milho.

A cultura de milho, principalmente, assume grande importância também para o desenvolvimento dos assentamentos no sentido de que este produto é utilizado na sustentação de outras atividades, como por exemplo, na utilização para alimentação de animais.

A flexibilidade entre a venda e o consumo de milho e feijão, ocorre quando as condições de mercado não oferecem preços satisfatórios para o comércio, e o assentado pode optar pelo consumo no próprio lote. Esta flexibilidade evidencia uma integração parcial aos mercados. “É claro que esta possibilidade, em princípio, se apresenta a qualquer produtor mercantil. O que é característico do campesinato, entretanto, é que sua opção não consiste simplesmente em escolher o melhor momento para vender o produto - o que aliás, normalmente ele não pode fazer - mas sim no fato de que, caso o mercado não seja propício, o objetivo central de alimentar a família não estará fatalmente comprometido” (Abramovay, 1992, p.116).

A cultura de milho, principalmente, apresenta uma grande possibilidade de flexibilização, ampliando a margem de opção dos assentados. Entretanto, isso não significa que o mercado deixe de ser levado em consideração, mas a integração ao mercado não é dada por ele, e por isso pode-se caracterizar como parcial. Ainda, segundo Abramovay, o caráter parcial da integração da produção camponesa ao mercado reside no fato de que grande parte dos meios de produção não são comprados. “A alternativa-opção de comércio ou consumo - entretanto, não é sinônimo de independência e soberania econômica por parte do produtor. Ao contrário, ela é uma reação a um ambiente econômico onde tudo leva o agricultor à mais completa *dependência pessoal* daqueles pelos quais passa sua inserção na divisão social do trabalho. Neste sentido, o *caráter imperfeito* dos mercados é um elemento central na definição do campesinato”. (Idem, p.116).

Os parâmetros econômicos de regulação da sociedade não se constituem como um mecanismo absoluto na produção, neste caso, produção de milho e feijão, nos assentamentos, pois as relações pessoais assumem importância na organização econômica e social dos assentados. A existência de monopólios “microscópicos” muitas vezes nada tem a ver com a lei de oferta e da procura. É exemplar o dado sobre a comercialização do milho, quando mais de 70% da produção é destinada aos intermediários. Estes comerciantes, conhecidos como “picaretas” acabam exercendo

um controle sobre o preço dos produtos que muitas vezes é regulado por relações pessoais como o favor e o clientelismo.

Uma parte considerável da produção de milho é destinada ao comércio, feito, principalmente, com os intermediários. Outra parte destina-se ao consumo no próprio lote, como alimento humano e de animais. Nas tabelas 7 e 8, pode-se verificar que a maior parte da produção é destinada ao comércio. Entretanto, a maioria das famílias, utiliza o milho para o consumo no próprio lote.

A cultura de feijão apresenta algumas características que se diferenciam da cultura do milho. A flutuação do preço do feijão no mercado tem se constituído numa grande dificuldade para o desenvolvimento dessa cultura, mesmo se se considerar a flexibilidade entre a venda e o consumo. A política agrícola adotada pelo governo federal tem deixado os preços dos produtos agrícolas em geral, mais expostos às regras de mercado. Muitas vezes os preços praticados para o feijão não tem nem mesmo coberto os custos de produção, o que vem contribuindo para desestimular o desenvolvimento dessa cultura. O baixo preço, vulnerabilidade dos mercados locais, exigências nos tratos culturais e fertilidade do solo acabam levando os agricultores assentados a buscar outras alternativas de cultivo.

Por outro lado, todos os assentados que cultivam feijão (75,1% dos lotes) utilizam parte deste produto para o consumo no próprio lote, sendo que a média da área de cultivo por lote é de 1,9 ha e a produtividade de 10,5 sacas/ha. Dos lotes onde se desenvolve a cultura de feijão, 43,8% destina uma parte da produção para o comércio. Por outro lado, tratando-se de produção, verifica-se que a maior parte de feijão colhido (73,4%) é destinada ao comércio.

TABELA 7 – COMERCIALIZAÇÃO

<b>LOCAL</b>	<b>(Produção %)</b>
INTERMEDIÁRIOS	70,06
COOPERATIVA	13,08
VIZINHOS	1,97
COMÉRCIO (Varejo)	14,89
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo

TABELA 8 – COMERCIALIZAÇÃO

<b>DESTINO</b>	<b>(Produção %)</b>
COMÉRCIO	64,83
CONSUMO	35,17
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo

A utilização do feijão no assentamento é essencialmente para o consumo humano (alimentos), além de uma parcela considerável dos produtores (20,6%) utilizarem como semente para posterior plantio. A maior parte dos assentados comercializam a produção com os intermediários e com os vizinhos. Como foi visto anteriormente, nem sempre esta relação de troca é regulada por mecanismo de mercado (oferta e procura).



As tabelas 9 e 10 indicam o destino da produção e comercialização de feijão nos assentamentos.

**TABELA 9 - DESTINO DA PRODUÇÃO**

<b>DESTINO</b>	<b>(Produção %)</b>
COMÉRCIO	73,44
CONSUMO	26,55
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo

**TABELA 10 - DESTINO DA PRODUÇÃO**

<b>LOCAL</b>	<b>(Produção %)</b>
COOPERATIVA	21,70
INTERMEDIÁRIO	71,55
VIZINHO	5,02
COMÉRCIO	1,74
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo

De modo geral, nos assentamentos mais organizados, a partir do ponto de vista político e econômico, surgem propostas de “agroindustrialização” da produção agrícola através das cooperativas, onde se investe na transformação de produtos agrícolas originários dos assentamentos, como ocorre nas “agroindústrias” de erva-mate, frigoríficos, conservas, laticínios, rações, derivados de cana, ervas, etc.

Sobre a proposta de verticalização, é exemplar o caso do frigorífico/abatedouro e fábrica de ração organizados no assentamento do município de Lindoeste, que apesar de quase toda a infraestrutura construída, os assentados e a COARA (Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária do Oeste do Paraná), não a utilizam para o desenvolvimento de atividades “agroindustriais”. A infraestrutura construída a partir de capitais externos tinha o objetivo de desenvolver uma produção em cadeia, integrando as atividades de criação de suínos com o frigorífico aí instalado, a partir de soldagens para “a frente” e “para trás”. Entretanto, esta infraestrutura está desativada atualmente e toda a produção de milho e suínos daqueles assentamentos acaba sendo comercializada com empresas da região. Também não existem perspectivas em curto prazo de reativação do frigorífico/abatedouro e fábrica de ração.

Um conjunto de elementos contribui para que o abatedouro/frigorífico permaneça desativado, onde se destaca a ausência de participação dos trabalhadores assentados na elaboração e implantação do projeto. As condições objetivas, como falta de recursos para a aquisição de caldeiras e a ausência de “espírito empresarial” tornaram-se um grande obstáculo para o desenvolvimento das atividades de abate de suínos.

A ausência desse “espírito empresarial”, que se manifesta nas dificuldades de operacionalizar e compreender o funcionamento das atividades econômicas dentro da lógica desumanizada do mercado (competitividade, por exemplo), não deve ser atribuída a deficiências dos assentados. A forma como os trabalhadores sem-terra, agora assentados, se inserem na dinâmica das relações capitalistas, não permite

transitar com facilidade no mundo dos mercados. As suas regras não são necessariamente as do mercado.

Observa-se, entre os camponeses assentados, práticas que o mercado não admite, como por exemplo, cooperação e ajuda mútua entre os vizinhos de lotes, regidas por uma relação personalizada (pessoal) e não econômica. As relações pessoais, e não necessariamente o mercado, tornam-se a regra dos camponeses. Esta característica do campesinato deve ser reconhecida quando se procura compreender as suas relações e atividades econômicas.

A produção agroindustrial exige grandes mudanças na forma de produzir do assentado. Uma questão importante a ser destacada é a *especialização e divisão do trabalho*, que existem na produção camponesa de forma simples. Entretanto, a questão da especialização deve ser melhor estudada, pois muitas cooperativas têm se estruturado desenvolvendo culturas e atividades diversificadas.

Mesmo naqueles assentamentos pouco desenvolvidos política e economicamente, se desenvolvem atividades de transformação de produtos agropecuários. Esta produção, muitas vezes, não está voltada para o mercado e a transformação de matérias-primas tem objetivo de sustentar outras atividades e autoconsumo, como ocorre na produção de ração, farinha de milho, fubá, canjica, laticínios, etc. Destacam-se na transformação de matérias-primas as técnicas artesanais. Entre as máquinas e instrumentos utilizados para o beneficiamento do milho destaca-se o triturador mecânico, utilizado em 57% dos lotes que beneficiam a produção de milho. Os principais produtos elaborados através do beneficiamento do milho são os seguintes: quirera, fubá, canjica, ração, farelo e forragem

### **Tecnologia e assistência técnica nos assentamentos**

Para fugir dos esquemas econômicos empresariais, observa-se que os técnicos das Equipes Locais do Lumiar tem estimulado os assentados a utilizar as variedades de sementes produzidas nos próprios lotes. Este é o caso da produção de sementes de milho “variedade”, que possui características mais rústicas, se comparada às sementes de milho híbrido. O incentivo para o desenvolvimento de cultura de milho com sementes rústicas (variedades) tem sido bem aceito pelos assentados, pois a experiência do agricultor mostrou que a tecnologia, muitas vezes, se constitui num instrumento de dominação/subordinação da renda da terra e não de libertação dos trabalhadores das amarras criadas pelo sistema.

Entretanto, não se trata de uma recusa à tecnologia por parte dos assentados, mas aos esquemas de subordinação que a tecnologia pode engendrar. Por isso, a necessidade dos técnicos das Equipes Locais atentarem-se para as formas de acesso à tecnologia, pois a integração e modernização da agricultura com elevados financiamentos, apesar de escassos, poderão, ao invés de servir aos interesses dos trabalhadores assentados, servir ao interesses das grandes empresas transnacionalizadas do setor. A rejeição à tecnologia em si não é um fato observado nos assentamentos. A resistência ocorre na forma de acesso à essa tecnologia, pois a tecnologia acaba subordinando mais do que contribuindo para os assentados se livrarem das enrascadas colocadas pelos mercados capitalistas.

A tecnologia poderá se constituir num instrumento de reprodução das relações de dominação. O preconceito contra o saber camponês precisa ser desmistificado, pois na “lógica” capitalista, este conhecimento seria desprezível e incompatível com a complexidade verificada na sociedade moderna.

Por outro lado, é reconhecido pelos assentados e suas entidades organizativas, bem como pelas equipes técnicas que atuam nos assentamentos, a necessidade de capacitação tecnológica para viabilizar economicamente os assentamentos. Entretanto, se reconhece também que não se deve absolutizar o conhecimento tecnológico/científico, desprezando o saber camponês dos assentados.

Portanto, não se trata de levar a tecnologia a qualquer custo aos assentados. É preciso reconhecer a sua maneira de pensar e organizar a produção e, a partir daí, construir novas formas mais “eficientes” de produção, ou seja, técnicas agrícolas que respeitam a trajetória dos assentados, mas que possam contribuir na elevação da produção das lavouras.

A racionalidade econômica e a tecnologia, em si, não são suficientes para superar as dificuldades vividas nos assentamentos. O saber científico, que muitas vezes é desenvolvido para subsidiar o grande capital, não é uma solução para todos os tipos de deficiências no assentamento, tornando-se questionável a transplantação de técnicas de cultivo desenvolvida nas grandes propriedades para os assentamentos, por exemplo.

Os técnicos que atuam nos assentamentos são considerados, muitas vezes, pelos assentados como portadores de conhecimentos que solucionarão todos os problemas dos assentados. Acreditando nessa superioridade do conhecimento do técnico, muitos tendem a obedecer as suas orientações. Assim, não se constrói um saber, onde os assentados poderão “aplicá-lo” em circunstâncias variadas, mas cria-se uma dependência constante do saber dos técnicos.

As propostas homogeneizantes de tecnificação devem ser questionadas, pois cada assentado tem sua própria visão de mundo. Assim, existe a necessidade de se problematizar o conhecimento tecnológico, que produzido em função dos interesses dominantes, não atendem às necessidades específicas dos assentamentos, onde os trabalhadores apresentam características próprias, manifestadas nas diferentes trajetórias de vida, experiências agrícolas, enfim, diferentes projetos. É preciso reconhecer os diferentes projetos dos assentados procurando não homogeneizar as relações, e as características específicas de cada assentado devem ser reconhecidas.

Embora sejam atividades diferentes, é muito difícil fazer a separação entre o técnico e a militância nos assentamentos. Assim, a assistência técnica se constitui também num instrumento de militância e de luta pela reforma agrária. É inseparável a atuação do técnico e do militante.

Ao resistir à ideologia dominante e engajamento nos movimentos sociais, muitos técnicos podem ser considerados como militantes. Não existe separação em esferas diferenciadas da prática da assistência técnica e da militância, pois aquela (assistência técnica) pode se constituir num instrumento importante de contestação da ordem estabelecida. Pode-se observar nas visitas realizadas nos assentamentos que muitos técnicos-militantes fazem da assistência uma bandeira de luta contra as injustiças sofridas pelos trabalhadores sem-terra e assentados.

Assim, muitos técnicos são motivados a atuar nos assentamentos devido aos compromissos políticos e ideológico, assumindo a defesa da reforma agrária e transformação da sociedade. “Dessa forma, o assentamento, enquanto conquista democrática, constitui o local e a oportunidade quase que únicos, para onde convergem os anseios, esperanças e expectativas de se promover as transformações políticas e sociais que consideram indispensáveis e urgentes” (Masselli, 1998, p.106). O Assentamento torna-se o lugar onde se encontram técnicos e assentados, enquanto segmentos comprometidos com as transformações sociais.

Na vontade de contribuir com as transformações sociais, os técnicos acabam se incorporando à vida dos assentados a ponto de em muitos casos se confundir com os próprios sem-terras. Aí o técnico transforma-se num assentado. Além de ensinar técnicas de cultivo, eles devem se colocar como um companheiro de lutas dos assentados. Demonstrando comprometimento com as lutas dos trabalhadores, ele pode adquirir a sua confiança. Por isso, é preciso levar o assentado a reconhecer o técnico como um companheiro de lutas e não apenas um profissional da área.

Entretanto, cabe observar, que existe o risco dos técnicos deixarem de atuar nas reivindicações dos assentados, ou seja, naquilo que o assentado quer ser, para atuar naquilo que eles próprios entendem como importante nos assentamentos. O exemplo de produção coletiva é um caso ilustrativo. Neste contexto, pode-se referir às propostas de coletivização da produção agrícola no sentido do assentamento assemelhar-se a uma empresa, o que permitiria a transplantação dos conhecimentos desenvolvidos para a grande propriedade para a cooperativa e assentamentos. A coletivização a qualquer custo, muitas vezes, é uma forma de torna-se grande como é grande uma fazenda. A maioria dos técnicos apresentam ideário de assentamento semelhante àquele preconizado pelo MST e cooperativas de sem-terra, acreditando que a grande “alternativa” seja a implantação de uma cooperativa de modelo empresarial de exploração agrícola, o que viabilizaria a organização dos assentados.

Motivados pelos compromissos políticos assumidos, muitos técnicos acabam exercendo uma forte pressão para que certos modelos de organização da produção possam ser implementados. Destaca-se o empenho de técnicos no sentido de demonstrar a superioridade da produção coletiva/associativa. Verifica-se muitas vezes, que se recorre a determinados argumentos, comprovando “cientificamente” que a sua proposta é positiva. A convicção de seu acerto é comprovada até matematicamente. Enfim, apresentam dados que comprovam positivamente a forma de organização coletiva.

Muitas vezes, ao chegar no assentamento, os técnicos assumem a proposta de viabilidade dos assentamentos defendida pelo MST e pelas cooperativas. Não se trata de uma concepção de organização dos assentamentos, imposta pelas cooperativas, pois na maioria dos casos os próprios técnicos assumem estas idéias por acreditarem nelas.

Os assentados não necessitam de qualquer técnico, pois não mais se submetem à imposição daquele que teoricamente conhece sobre o assunto. Nos assentamentos precisa-se de um técnico que possa estabelecer uma relação democrática com o assentado. “É, pois, no caráter democrático da relação entre técnicos e assentados que reside a possibilidade de se problematizar a própria reprodução de relações de dominação e, assim, construir um saber que instrumento

a libertação da classe trabalhadora”. (Masselli, p.92) Além disso, a relação desigual entre técnicos e assentados, ou seja, aquele que sabe e aquele que não sabe, deve ser relativizada. Trata-se de valorizar o saber camponês dos assentados, sem desprezar a importância do conhecimento científico/teórico dos técnicos, promovendo uma interação entre o conhecimento empírico e o científico.

A assistência técnica prestada pelo Estado através do Projeto Lumiar não deve ser entendida como um instrumento de reprodução das relações dominantes. O fato dos sem-terras e assentados, através das cooperativas, tanto de produção como de prestação de serviços, imprimirem a direção política à assistência técnica nos assentamentos atendido pelo Lumiar, é entendida pelo Estado como um fato desfavorável.

Por outro lado, a direção e controle da assistência pelo movimento dos sem-terras, podem indicar uma importante conquista para os trabalhadores, onde o Inbra repassa os recursos para a assistência, e os trabalhadores assentados, através das suas várias instâncias organizativas, cooperativas, principalmente, administram tais recursos para a viabilização de uma orientação técnica de acordo com os propósitos dos trabalhadores assentados. Assim, o técnico deixa de ser um representante do Estado no assentamento para representar os segmentos organizativos dos trabalhadores. O controle sobre a assistência técnica dos assentamentos atendidos pelo Lumiar tem colocado obstáculos à participação de segmentos não reconhecidos como importantes para o MST.

Antes das experiências de luta de conquista da terra, muitos trabalhadores não reconheciam e não percebiam a necessidade da assistência técnica. As informações, muitas vezes, estavam reduzidas à troca de experiências entre os próprios agricultores. Ao estabelecer novas relações com a terra, agora na condição de trabalhadores assentados, se motivou outras reflexões sobre a relação entre o trabalhador e a terra. As antigas formas de exploração foram vistas como prejudiciais à sobrevivência dos agricultores, manifestadas na dificuldade de permanência na terra conquistada (Masselli, p. 93).

### **Considerações finais**

Diante das questões propostas para o trabalho e tratadas nesta abordagem, pode-se chegar à algumas verificações sobre a importância da produção de milho e feijão nos assentamentos atendidos pelo Projeto Lumiar.

As culturas de milho e feijão, desenvolvidas na maioria das parcelas representam uma significativa renda para as famílias assentadas. Além da produção destinada ao comércio, estas culturas destacam-se no consumo alimentar e na sustentação de outras atividades no interior dos lotes. É importante observar que o desenvolvimento destas lavouras não está necessariamente norteado para atender as necessidades dos mercados, mas pode-se verificar que estas culturas são desenvolvidas para garantir a sobrevivência das famílias. Isto não quer dizer que a produção nos assentamentos é toda consumida no lote (agricultura de subsistência). Evidentemente, uma parte significativa da produção é destinada ao mercado. Entretanto, os assentados organizam a produção de milho e feijão, colocando como prioridade a satisfação das necessidades da família. A conversão de mercadorias em

dinheiro é para adquirir outras mercadorias e garantir a satisfação das necessidades da família e não ampliar o dinheiro.

Entretanto, observa-se que a inserção cada vez mais do assentado ao mercado significa a sua subordinação, quando se sobrepõe interesses do acúmulo capitalista e não necessariamente os interesses das famílias. Neste contexto, as culturas de milho e feijão não estão incorporadas diretamente à dinâmica de mercados, visto que grande parte da produção é destinada ao consumo no próprio lote, ou quando vendida, muitas vezes, seus preços não são regulados pela lógica do mercado capitalista.

Pode-se verificar também, que a organização da assistência técnica, tema vinculado à produção nos assentamentos, é resultado das novas concepções dos agricultores sem-terra, onde o agricultor pode ser atendido e orientado por equipes de assistência técnica.

Neste contexto pode-se avaliar, a participação dos técnicos do Lumiar na orientação aos assentados. O Projeto Lumiar, considerado como um passo importante na extensão rural e assistência técnica é um mecanismo fundamental para contribuir na viabilidade produtiva dos assentamentos, visto que a Emater/PR encontra dificuldade de realizar este acompanhamento técnico.

## Bibliografia

- ABRA (Associação Brasileira Reforma Agrária). *Assentar, Assentados e Assentamentos. Solução ou Atenuante*. Campinas, ABRA, v. 22, 1992.
- Abramovay, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Hucitec. 1992.
- \_\_\_\_\_. *O Mundo Desencantado do Assentamentos*. In: Medeiros, L. et. al. *Assentamentos Rurais- Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo, Unesp. 1994. 313- 320.
- Almeida, R. A. *Diferentes Modos de Organização de Explorações Familiares no Pontal do Paranapanema (Reassentamento Santa Rosa e Assentamento Santa Clara)*. Presidente Prudente: Unesp, 1996. Dissertação de Mestrado em Geografia.
- Bergamasco, S. M.P. *A Realidade dos Assentamentos por Detrás dos Números*. In: Estudos avançados/USP. São Paulo. USP. vol. II. n. 31. set/dez. 37/49. 1997.
- Bonin, A. A. et al. *A Luta Pela Terra no Paraná Recente*. In: Paz, F. *Cenários de Economia e Política-Paraná*. Curitiba. Prephacio. p. 119/143. 1991.
- Concrab. *Sistema Cooperativista dos Assentados*. 2 ed. São Paulo. Concrab. Caderno de Cooperação. n. 5. 1998.
- COTRARA. *Relatórios de Atividades-Equipes Locais*. COTRARA: Curitiba. 1999.
- Fernandes, B. M. *MST-Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec. 1996.
- \_\_\_\_\_. *Gênese e Desenvolvimento do MST*. São Paulo: MST. 1998.
- Ganziroli, C. *Reforma Agrária; Viabilidade Econômica no Contexto de uma Política Agrícola em Transformação*. In: Medeiros, et. al. *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994. p. 261-269.
- Görgen, F. S. A, Stedile, J. P. (Orgs.). *Assentamentos: Resposta Econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes. 1991.
- Grzybowski, C. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. 2 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.
- INCRA/CRUB/UNB. *I Censo da Reforma Agrária no Brasil*. Brasília: Incra. 1998.
- INCRA. *Projeto Lumiar*. Brasília: Incra. 1996.
- \_\_\_\_\_. *O Incra e o Assentamento*. Brasília: Incra/PNUD. s/d.
- Martins, J. S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.
- Masselli, M.C. *Extensão Rural entre os Sem-Terra*. Piracicaba: Unimep. 1998.
- Medeiros, L.S. et al. (Org). *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: Unesp. 1994.
- \_\_\_\_\_. *A Luta Pela Terra e os Assentamentos Rurais no Estado do Rio de Janeiro*. In: Medeiros, L.S. Leite. *S A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade. 117/160. 1999.
- \_\_\_\_\_. *Reforma Agrária: Concepções, Controvérsias e Questões*. <http://www.dataterra.org.br>. 1999.

- MST *Construindo o Caminho*. São Paulo: MST. 1986.
- Oliveira, A. U. Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura. In: XII *Encontro Nacional de Geografia Agrária*. n, 12. 1994, Águas de São Pedro. Mesas Redondas.  
Rio Claro: IGCE, p.24-51.
- Sampaio, P.A. *Duas Lógicas Paralelas na Análise da Agricultura Brasileira*. In: *Estudo Avançados/USP*. São Paulo. USP. vol. II. n. 31. set/dez. 117/129. 1997.
- Silva, J.G. *Industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira*. São Paulo em Perspectiva: São Paulo. V.7. p. 2-10. n. 03. jul/set. 1993.
- \_\_\_\_\_. *O Rural Paulista (muito além do agrícola e do agrário)*. São Paulo em Perspectiva: São Paulo. v. 10. p. 60-72. 1996.
- Soares, S.M.O. *Diagnóstico e Planejamento de uma Área de Reforma Agrária*. Maringá. Monografia de Bacharelado em Agronomia. 1996.